

A MIRAGEM DO MERCADO

Wladimir Pomar

Publicado em 1991, pela Editora Brasil Urgente

ÍNDICE

Prefácio	3
Preliminares	6
Enfrentando o desconhecido.....	10
Confrontando realidades.....	10
Reafirmando premissas	13
Voltando ao mercado.....	17
Economia de comando	19
Despotismo socialista.....	24
Esperando milagres	30
O sistema desandou	30
Perplexidades.....	35
O peso do passado	38
O capital por nós.....	42
Civilizando o Capital.....	50
Democracia desigual	55
Socialismo de mercado	60
Planejamento vacilante.....	62
A sagrada propriedade.....	65
Preços em vigor.....	69
O trabalho no mercado	72
A divisão do bolo	74
Rumo ao desconhecido.....	78
Nem tudo que reluz é ouro.....	84
Liberdade do mais forte.....	85
O mito do consumidor soberano	90
Adoçante amargo.....	92
O disfarce da ditadura.....	97
O futuro a nós pertence.....	101
Combatendo as negações.....	102
Revisitando Marx	107
O caminho das pedras.....	113
Posfácio*	118
Sobre o autor	120

Prefácio

A *Miragem do Mercado* é o segundo da prometida coleção de três textos a respeito da crise do socialismo. No primeiro, *Rasgando a Cortina*, procurei dar um panorama geral do que pude ver, ouvir e sentir durante a viagem empreendida pelo Leste Europeu. E deixei clara minha opinião a respeito do fracasso do modelo de socialismo que ali foi tentado.

Neste, trato especificamente da economia de mercado, da democracia liberal e de seu significado para o socialismo. Ao contrário do que dizem os propagandistas neoliberais, a alternativa ao fracasso do modelo soviético de socialismo não é o mercado nem a democracia capitalistas. É isso o que procuro afirmar logo nas **Preliminares**, assumindo uma clara posição de combate em relação aos socialistas que agora só desenvolvem seu espírito crítico quando tratam dos problemas do socialismo.

O resgate histórico das tentativas socialistas é feito no capítulo **Enfrentando o desconhecido**. Nele são lembradas não só algumas experimentações restritas, em particular a primeira tentativa em larga escala de construção de uma nova sociedade, na União Soviética, mas também a dura realidade que precisou confrontar. Realidade que colocou de lado as rígidas premissas do comunismo de guerra, impondo o reaproveitamento dos mecanismos de mercado, com a Nova Política Econômica (NEP) e, mais tarde, na expectativa de uma outra guerra mundial, levando a economia de comando e ao despotismo político.

Esperando o milagre é um capítulo que retoma alguns aspectos de *Rasgando a Cortina*. Mostra como o sistema baseado na economia ultracentralizada e no despotismo político desandou e como o mercado e a democracia liberal se transformaram em milagres esperados e desejados por grandes parcelas da população da Europa Oriental.

Os resultados já evidentes da aplicação dos mecanismos capitalistas de mercado e da democracia nos países socialistas, com sua contraditória mescla de aspectos negativos e positivos, são tratados no capítulo **Socialismo de mercado**. As reformas ainda em curso, a ausência de uma estratégia clara de superação da crise no sentido socialista e os impasses desse processo são retomados para indicar as dificuldades em prever o rumo final dos acontecimentos.

Em **Nem tudo que reluz é ouro**, são acrescentados novos detalhes a realidade do mercado e da democracia capitalistas. Se os antigos países socialistas do Leste Europeu restaurarem o capitalismo pleno (liberal ou social, tanto faz), seus povos terão que se haver com a liberdade do mais forte, o mito

do consumidor soberano, as diferentes e constantes crises que tornam amarga a vida da sociedade e com um novo tipo de ditadura, mesmo disfarçada.

Por isso mesmo, o capítulo final procura resgatar a esperança, sem cair na utopia. **O futuro a nós pertence** combate a propaganda negativa do capitalismo, lembrando o fato cotidiano de que é o próprio capitalismo que gera socialismo, a medida que avança e se universaliza. E, numa breve visita a algumas teses de Marx, faz justiça à análise, em sua maior parte atual e moderna, das tendências do capitalismo, concluindo que o caminho da transição socialista é cheio de escolhos.

Este segundo texto da série *A crise do socialismo* foi concluído um ano após havermos iniciado a viagem pelo Leste Europeu. As mudanças nessa região continuaram se sucedendo com rapidez, a maior parte delas confirmando as tendências esboçadas em *Rasgando a Cortina*. A Albânia foi, provavelmente, o caso mais significativo, com a aceleração das reformas econômicas e políticas, embora na ocasião poucos enxergassem as modificações já em curso. A Iugoslávia também tem confirmado sua tendência a desagregação nacional, fruto em boa medida do desenvolvimento econômico e político propiciado anteriormente pelo socialismo. Na União Soviética, os fatores de desagregação nacional e de caos econômico continuam ativos, crescendo as forças que pretendem reviver o passado pré-revolucionário e encontrar aí uma democracia e um equilíbrio econômico e social que jamais existiram. A vitória apertada das forças que lutaram pela troca do nome de Leningrado por São Petersburgo, assim como a eleição de Boris Ieltsin para presidente da República Federativa Russa, são manifestações de um mesmo processo de desprestígio acelerado do Partido Comunista e de divisão política da sociedade soviética, que a vão conduzindo para a desestabilização (sobre o recente golpe de Estado na URSS, ocorrido quando este livro já se encontrava em produção gráfica, ver posfácio no final do livro).

O impacto dos acontecimentos da União Soviética e demais países da Europa Oriental sobre os outros países socialistas, ou pró-socialistas, é considerável. Em alguns casos esse impacto cresce à medida que as relações econômicas com o Leste Europeu eram determinantes. Cuba, Angola, Moçambique, Etiópia, além de enfrentar as questões políticas decorrentes da crise do socialismo, viram-se às voltas com a quebra dos compromissos econômicos acertados com a União Soviética, Checoslováquia, Hungria etc. A saída oferecida pelo capitalismo era a capitulação ou a asfixia econômica. O liberalismo americano e a social-democracia européia uniram-se nessa cruzada para varrer o socialismo.

Cuba resiste ao estrangulamento, mas suas dificuldades e seus problemas parecem desesperantes. A seu lado resta a incógnita asiática (China, Vietnã, Laos, Camboja, Coreia do Norte), que reafirmam sua opção socialista por caminhos diversificados. A China decolou sua economia, como reconhece o *Economist*, combinando planejamento, mercado e as propriedades

social e privada, mas deverá continuar enfrentando pressões por maior abertura política. Vietnam, Coréia e Laos ingressam no caiminho das reformas econômicas e políticas, embora sem abrir mão da direção do Partido Comunista. O Camboja ainda não saiu de sua prolongada guerra civil, mas qualquer que seja o acordo entre as partes deverá contemplar um caminho híbrido.

Os anos vindouros continuarão a ser marcados pela tentativa capitalista em matar o socialismo. Nenhum morto jamais será enterrado tantas vezes. E por mais que pessoas que se acreditam bem-pensantes considerem arcaico e atrasado que os povos marginalizados continuem buscando o socialismo, isto se deve à própria ação excludente e concentradora inerente ao capital. A vantagem desses povos, como o brasileiro, é que podem contar com as experiências daqueles que nestes últimos 70-100 anos tentaram, de modo pioneiro, construir uma nova sociedade.

O próximo e último texto da coleção - *A ilusão dos inocentes* - tratará justamente da perspectiva futura, aproveitando a experiência acumulada. Terá que começar retomando outras mortes anunciadas: a da luta de classes e da violência. O capitalismo procura relacionar o fracasso do socialismo no Leste Europeu com o fim da luta de classes e com a ineficácia da violência revolucionária. Entretanto, a realidade do mundo capitalista é cada vez mais a realidade da violência institucionalizada, inclusive dos países capitalistas desenvolvidos contra os países pobres e pouco desenvolvidos.

Um novo sonho socialista dificilmente conseguirá escapar dos ditames e da realidade da luta de classes, inclusive durante o processo de construção da sociedade socialista. O que significa dizer que cada povo, a partir de suas condições concretas, terá que encontrar vias e métodos próprios de construção econômica e política, visando democratizar ou socializar esferas cada vez mais amplas da vida social, contra a resistência das classes burguesas. Só os inocentes acreditam que o capitalismo aceitará o jogo democrático, superando assim os antagonismos de classe.

Preliminares

O presente texto trata das miragens e ficções criadas pela economia de mercado e pela democracia liberal nos países do Leste Europeu socialista. Dá uma visão geral das perplexidades que os envolvem, de suas crises econômicas e políticas e dos milagres que esperam para tirá-los do buraco.

Procuramos, assim, fornecer elementos para uma análise mais abrangente da crise do socialismo. Procuramos também tornar mais compreensíveis as procuradas fontes dos milagres - o mercado e a democracia liberal - destacando o cinza e o preto que as borram tão fortemente quando seus contornos são colocados sob luz mais forte. Afinal, ambos são apontados como a chave para a conquista da felicidade e muita gente tende a só enxergar as cores brilhantes.

A rigor não haveria muito o que relembrar. O capitalismo, com sua economia de mercado e seu sistema democrático liberal, está se expandindo há mais de quinhentos anos. Atravessou períodos de grande pujança e riqueza, que encobriram seus defeitos e suas mazelas, e momentos em que jogou o mundo em desastres e destruições. Suas mistificações e mitificações foram desvendadas por inúmeros cientistas políticos, de todas as correntes. E a história sempre tem teimado em mergulhá-lo em contradições, após situações em que parecia haver chegado ao eterno.

Mesmo assim, há muita gente que se esquece até mesmo dos acontecimentos mais recentes, aqueles que ocorreram nos últimos dez a quinze anos, um verdadeiro pingô na história. Há todo um setor da esquerda socialista, por exemplo, que no final dos anos setenta declarava-se "comunista revolucionário" e se apegava a certezas consideradas a interpretação mais fiel do marxismo. Era o tempo em que, a situação da União Soviética e dos países socialistas da Europa (com exceção da Polônia) parecia inabalável, enquanto os Estados Unidos lambiam as feridas da guerra do Vietnam.

Naquela época, essa mesma esquerda acreditava que o capitalismo estava sendo restaurado na China, porque suas reformas adotavam mecanismos de mercado e abriam sua economia para o mercado internacional. Nesse sentido, sua opinião coincidia com a propaganda ocidental, que utilizava as reformas chinesas para afirmar o fracasso do socialismo e a superioridade do liberalismo e da economia de mercado capitalista.

Desde então, mais de dez anos se passaram. Nesse meio tempo, aconteceram a *glasnost* e a *perestroika* soviéticas, patrocinadas por Gorbachev. Os países socialistas do Leste Europeu começaram a procurar novos caminhos, livres da camisa-de-força militar soviética e da cópia mecânica de seu sistema

econômico de comando e de seu despotismo político. As experiências iugoslava e húngara, que combinavam um certo planejamento e propriedade estatal com mercado e propriedade privada, vieram à luz com mais intensidade, oferecendo outras opções. A China cresceu durante dez anos uma média de 11%, mas aí aconteceu o massacre da Praça da Paz Celestial. O antigo Império do Meio repentinamente voltou a ocupar a posição de "regime comunista sanguinário", encobrendo-se mesmo o fato de que os chamados problemas da modernidade econômica estão sendo resolvidos naquele país.

Na sequência da democratização do Leste Europeu, os comunistas foram perdendo o poder na Hungria, na Checoslováquia, na Polônia e em várias das repúblicas da Iugoslávia e da União Soviética. O Muro de Berlim veio abaixo e a ditadura de Ceausescu foi derrubada por meio de uma insurreição popular que contou com o apoio decisivo do exército. Nunca o capitalismo recebera, durante toda sua luta sem tréguas contra o socialismo, ainda mais como festa de fim de ano, um presente tão agradável quanto a crise que no final de 1989 fez desmoronar o sistema político dos países socialistas da chamada Europa Oriental.

Nessas condições não havia mais como se apegar a ortodoxias, tivessem elas o nome de marxismo, leninismo, maoísmo, trotskismo ou outra, por haverem perdido suas bases de sustentação. Os socialistas que se apegavam ao chamado revolucionarismo comunista, adjetivados ainda por cima de marxistas e leninistas, foram os que mais se abalaram, tardiamente, com essa queda das ortodoxias: há mais de dez anos elas haviam sido abandonadas por muitos setores da esquerda, mas eles ainda se consideravam seus fiéis escudeiros.

Não deixa de ser promissor, porém, que façam autocrítica de suas posições antigas e procurem manter as mentes abertas a novas abordagens. Preocupante é sua tentativa de fazer crer que estão fazendo autocrítica por toda a esquerda, que adotem em sua crítica ao socialismo existente o mesmo conteúdo da crítica capitalista e que abandonem o referencial teórico socialista, sob pretexto de que o marxismo é um sistema fechado de idéias e o certo, agora, é estar aberto a todas as correntes de pensamento.

Infelizmente ou não, faz parte da história de todas as correntes de pensamento o fato de que seus adeptos as interpretem de forma variada e com distorções maiores ou menores. Isso se deve tanto as condições geográficas, econômicas, sociais, políticas e históricas sob as quais cada um age, como ao próprio fato de que qualquer teoria, para se manter viva, precisa acompanhar o desenvolvimento histórico com novos aportes que corroborem — ou não — sua validade e a façam evoluir, ou morrer.

Nesse processo formam-se divisões e subdivisões internas, algumas das quais com interpretações que a rigor só mantêm com a corrente que esposam a fidelidade ao nome e a aspectos secundários ou fortuitos de seu corpo teórico. Foi isso que aconteceu com muitos marxistas. Consideravam o marxismo um sistema fechado de idéias, pensando e agindo a partir desse pressuposto. Os que não pensavam do

mesmo modo foram sempre acusados dos mais variados desvios.

Eu mesmo fui responsabilizado por inúmeras heresias, exatamente por muitos dos que hoje pretendem transformar-se em campeões da renovação do socialismo e do pensamento da esquerda. Em 1985, quando - juntamente com José Dirceu-, apresentei idéias embrionárias, porém relativamente sistematizadas, sobre o socialismo no Brasil e os defeitos que deveríamos evitar com base nas experiências do socialismo existente, a crítica mais suave nos acusou de defendermos o socialismo legalista. E sermos chamados de social-democratas foi, em geral, um gesto gentil para evitar apelido pior.

Por tudo isso, estes comentários tornaram-se necessários nas preliminares deste segundo texto da série *A Crise do Socialismo*. Afinal, boa parte das idéias aqui expostas não são novas. Há muito elas são defendidas por setores importantes da esquerda, particularmente petista, na tentativa de encontrar um novo caminho para a construção socialista, sem cair no despotismo estatista, que caracterizou as experiências concretas do socialismo, ou capitular diante da ofensiva do capitalismo liberal ou social.

É verdade que os acontecimentos em curso no mundo socialista são de uma gravidade capaz de abalar convicções. Nesse sentido não é mal rever e rever, com espírito aberto, antigas opiniões. Entretanto, por mais difícil que seja compreender as causas da atual crise do socialismo, não é possível aceitar a tese de absolvição do capitalismo, sob o pretexto de que os tecnocratas do Leste Europeu transformaram os trabalhadores em simples máquinas desprovidas de qualquer direito. Por mais que me esforce em pesquisar os descaminhos do socialismo, não encontro nada igual à responsabilidade capitalista pelas duas grandes Guerras Mundiais e por haver criado as condições para o surgimento de algo tão dantesco e diabólico quanto Hitler e o nazismo. Não encontro nada igual às duzentas guerras regionais fomentadas pelo capitalismo após a Segunda Guerra Mundial, ou aos desastres da fome em Biafra, Etiópia, Sudão, Bengala ou Paquistão, só para citar alguns.

Também não encontro no socialismo nada igual às desigualdades entre opulência e riqueza, de um lado, e fome e miséria abjetas, de outro, presentes não só na maior parte do mundo capitalista subdesenvolvido, mas no próprio capitalismo avançado. Por mais que queiram me convencer que a modernidade está ligada a circulação de capitais e tecnologia no mundo deslumbrante dos Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão, não consigo aceitar o fato de que essa modernidade só possa ser alcançada a custa do atraso e da espoliação da maior parte do mundo e dos povos, jogados fora da História.

Por fim, não encontro nada que me convença que o capitalismo é o campeão da democracia, e o socialismo o campeão do autoritarismo. Ao contrário, a esmagadora maioria dos avanços e conquistas democráticas, muitas das quais consolidadas na tradição dos países capitalistas avançados, se deve à luta dos socialistas. E se o socialismo existente entrou por caminhos que negaram

a história da luta democrática dos socialistas, isso se deve em grande parte as pressões, sabotagens, boicotes, intervenções, chantagens e guerras sustentadas pelo capitalismo contra as tentativas de construção do socialismo. Essas ações contribuíram para gerar opções perversas entre viver com distorções ou morrer sem perdão.

Apesar disso, não tinha e continuo não tendo qualquer compromisso com erros, distorções, descaminhos, defeitos, crimes, barbaridades e toda e qualquer outra ação negativa realizada em nome do socialismo ou imputada à sua realidade. O compromisso que assumi ao escrever estes textos continua sendo a busca da realidade dos fatos, a descoberta das condições que lhes deram origem e seu processo de mudança. No esforço de aprender com o ocorrido para evitar situações idênticas, do mesmo modo como os resultados negativos serão apontados, não haverá qualquer medo em resgatar os aspectos positivos, as conquistas, os avanços.

Por outro lado, nego-me a cair no canto de sereia capitalista, em sua pretensa modernidade que caminharia com o bonde da História e com sua democracia, que não só aprofunda as desigualdades econômicas e sociais, como torna mais distante o direito de participação dos cidadãos nas decisões sobre o futuro da sociedade em que vivem. Vivemos sob o capitalismo e o conhecemos bem, aqui e nos países desenvolvidos, e sabemos que ele só consegue prestar na medida em que cria um bolsão de riqueza e tranquilidade tendo por periferia um oceano de fome, miséria e destruição.

Sua máscara colorida é como os videogames apresentados durante a guerra do Iraque: os bombardeios da tecnologia militar dos países desenvolvidos só eram cirúrgicos nas telas de TV. Na realidade, serviram para a destruição indiscriminada de alvos civis e da população. Cerca de 67% das bombas jogadas sobre o Iraque erraram os alvos. Essa é a natureza do capitalismo. Por isso, embora o socialismo tentado não seja o aceitável, o capitalismo provado o é ainda menos.

Enfrentando o desconhecido

A União Soviética constituiu a primeira experiência concreta, na história da humanidade, de um país inteiro tentar a construção de um novo sistema social que não fosse baseado na exploração do homem pelo homem, nem de uma classe sobre outra. Foi, também, a primeira vez que uma classe sem poder econômico acumulado, a classe dos trabalhadores, realizou uma revolução ideológica e política para conquistar o poder político e, depois, conquistar o poder econômico e o poder do saber científico e técnico.

Anteriormente, em áreas restritas cercadas pela sociedade capitalista, outras experiências socialistas haviam sido tentadas. A de Robert Owen, na Inglaterra, talvez seja a mais conhecida. Nenhuma delas suportou, porém, o cerco capitalista, tanto ideológico e político, quanto econômico. As cooperativas, que surgiram como experiências socialistas, só foram aceitas pelo capitalismo quando se adaptaram a ele e se tornaram um instrumento a mais para a acumulação do capital.

Excetuando a curtíssima tentativa da Comuna de Paris, em 1871, nunca ocorrera o fato de os trabalhadores conquistarem o poder estatal e empreenderem a tarefa prática de eliminar o antigo sistema econômico e político e construir um novo. Essa situação colocou os revolucionários russos—bolcheviques, socialistas-revolucionários, operários e camponeses sem-partido — diante da necessidade de definir o caminho dessa construção.

Até então eles haviam debatido e teorizado muito sobre a forma de destruição do velho sistema. Tinham trabalhado pouco ou quase nada a hipótese prática da construção, de colocar em pé o novo sistema. Possuíam algumas premissas gerais, fruto de suas interpretações do marxismo ou das obras dos pensadores russos e estrangeiros do passado. Mas confrontaram-se com uma realidade muito mais complexa do que poderiam supor.

Por mais de dez anos enfrentaram o desconhecido. Tentaram reafirmar suas premissas com o "comunismo de guerra", recuaram para o mercado ao adotar a Nova Política Econômica (NEP) e, finalmente, caíram na economia de comando e no despotismo político como caminho da construção da sociedade socialista.

Confrontando realidades

A União Soviética surgida da revolução em 1917 herdou o mesmo território, imenso como seus problemas, da velha Rússia czarista. Vinte e dois milhões de quilômetros quadrados, que se estendiam das fronteiras com a

Polônia, a oeste, até o extremo oriente siberiano, com sua maior parte situando-se na Ásia. Apesar disso, três quartos da população concentravam-se na parte européia do Império.

Em virtude dos rigores climáticos, extensões consideráveis da Rússia não podiam ser utilizadas para atividades econômicas. Somente 24% das terras eram próprias para a agricultura, destacando-se as terras negras que se espriam pela metade norte da Ucrânia e por uma porção da Sibéria. Mais de 50% da área total, porém, continua imprestável para cultivos. As terras mais apropriadas para a agricultura ainda estão concentradas, em sua maior parte, no triângulo formado pelas regiões de Leningrado (ao norte), Irkutsky (a leste) e Odessa (ao sul).

Já os recursos minerais eram vastos e volumosos: 40% das reservas mundiais de ferro, 85% das reservas de manganês, 50% das de potassa, cerca de 30% das de fósforo, 60% do carvão de turfa e 55% do carvão mineral. No subsolo russo podiam ser encontradas jazidas de magnésio, cobre, chumbo, zinco, níquel, amianto, vanádio, titânio, cobalto, molibdênio, estanho e algumas das maiores reservas de petróleo e gás natural.

Apesar de toda essa riqueza potencial, a Rússia czarista ingressou tarde no caminho da industrialização e das relações capitalistas. Somente no século XVII surgiu uma classe de comerciantes burgueses, que iniciou o intercâmbio com a Europa Ocidental. Rompeu o isolamento em que vivia o Império e criou as condições, no século XVIII, para o estabelecimento de indústrias. A implantação de fábricas de ferro, aço e máquinas permitiu ao país diminuir o grande atraso que mantinha até então em relação aos países capitalistas avançados do Ocidente.

O processo de desenvolvimento capitalista enfrentou, porém, obstáculos de monta, em virtude da manutenção das relações servis na agricultura, onde se concentrava o principal contingente de mão-de-obra. No século XIX, o trabalhador industrial ainda continuava pertencendo à comunidade rural, precisando solicitar "permissão de ausência" para ir trabalhar nas cidades. Pelo menos até 1861, a massa de trabalhadores agrícolas era constituída de servos, uma classe camponesa que pertencia à terra de propriedade dos latifundiários. Não podiam abandonar a terra, sendo punidos criminalmente caso o fizessem. Mesmo assim era comum serem vendidos como escravos. Promulgada a lei de Emancipação, os camponeses puderam trabalhar onde quisessem e mudar de residência, desde que pagassem os impostos à comunidade.

Os 47 milhões de servos libertos receberam 115 milhões de hectares. Suas glebas, porém, eram inferiores às necessidades de sustento de uma família e as parcelas individuais não podiam ser agrupadas em lotes maiores. Somente após a revolução democrática de 1905, com a reforma de Stolypin, os camponeses ricos (*kulaks*) tiveram permissão para comprar as terras dos camponeses pobres e agrupar diversas explorações individuais numa só parcela. Isso abriu campo para a introdução de máquinas e fertilizantes, embora o arado de madeira (*sokha*) se mantivesse como o instrumento típico de trabalho na maior parte do campo

russo.

Os investimentos estrangeiros, principalmente franceses e ingleses, aceleraram o desenvolvimento industrial no final do século passado e nos primeiros treze anos deste, mas antes da Primeira Guerra Mundial a agricultura ainda continuava desempenhando o principal papel na economia russa. Os camponeses que se transformaram em operários industriais enfrentavam uma situação tão dura como no campo. Seus salários, moradias, jornadas de trabalho e até descansos estavam submetidos a regulamentos estritos.

O desequilíbrio entre os diversos ramos e setores industriais, assim como na sua distribuição geográfica, era muito acentuado. As grandes empresas, em maior número do que as pequenas e médias, estavam concentradas na Rússia européia, especialmente nas regiões de São Petersburgo (depois Petrogrado e, mais tarde, Leningrado), Moscou, Ivanovo, Kiev e Baku. Essa concentração industrial acabou facilitando a organização operária, apesar dos sindicatos estarem proibidos.

As condições de vida e trabalho fizeram com que os trabalhadores desencadeassem, no início deste século, uma torrente de greves e protestos que desembocou na insurreição de 1905. Mesmo assim, nos doze anos seguintes o tzarismo não moveu uma palha para modificar a situação dos operários. Ao contrário, a guerra imperialista de 1914-1918, da qual a Rússia foi uma das promotoras — em aliança com a França e a Inglaterra — contra a Alemanha e a Austria-Hungria, só fez piorá-la. A guerra potencializou a exploração capitalista e latifundiária e desorganizou ainda mais a vida econômica, causando imensos sacrifícios as massas do povo.

Em 1917, a superfície cultivada e a produção haviam caído consideravelmente em virtude da requisição de animais e de 15 milhões de homens para o exército. A produção industrial caíra em mais de 25%, acentuando-se a escassez de combustíveis e energia e os estrangulamentos nos transportes (principalmente por danos a locomotivas e vagões). Os preços subiram rapidamente e a distribuição de víveres e produtos de consumo tornou-se muito irregular. Enfrentando inúmeras dificuldades para vender seus produtos nas cidades, os camponeses passaram a produzir o estritamente necessário para suas necessidades. A fome se estendeu, assim, às cidades e às frentes de batalha.

Quando a Revolução de Fevereiro de 1917 estalou, o quadro econômico era caótico. Os desequilíbrios do desenvolvimento industrial e agrícola russos ficaram evidentes. Vieram sobretudo à tona as brutais diferenças de renda e de vida entre a nobreza e os capitalistas russos, de um lado, e a grande massa de camponeses e operários, de outro. A situação exigia não só o acordo de paz para resolver o problema imediato da mortandade, da fome e da exaustão, mas também reformas de profundidade, que proporcionassem melhores condições de trabalho e renda aos trabalhadores.

O governo provisório que então se seguiu à queda da monarquia não

atendeu a esses reclamos. Empenhou-se em continuar a guerra com base nos acordos secretos assinados pelo tzarismo com os governos da França e da Inglaterra. E não deu um passo sequer para realizar a reforma agrária e introduzir uma legislação social que modificasse a situação dos trabalhadores urbanos. O resultado, num país em que milhões de camponeses encontravam-se organizados e armados para guerra e em que a maioria dos 3 milhões de operários industriais estavam concentrados para a produção bélica, foi uma nova revolução, em outubro.

Por condições eminentemente políticas, essa revolução tomou um caráter socialista sem que as bases econômicas para isso estivessem dadas. É certo que a indústria russa estava altamente concentrada, que a divisão de classes era profunda e que se desenvolvera um intenso movimento revolucionário de massas. Entretanto, o desenvolvimento industrial não se expandira por todo o território do império tzarista, o número de operários era relativamente pequeno em relação ao total da população trabalhadora, além dos já citados gritantes desequilíbrios estruturais da indústria e da agricultura.

O grosso da população trabalhadora encontrava-se nas áreas rurais, sendo muito atrasada culturalmente e apresentando uma baixa produtividade de trabalho. Não possuía, também, experiência democrática de espécie alguma, a não ser as formas de democracia direta exercidas onde predominavam as terras comunais (*mir*) e durante os processos revolucionários. Por mais de cinco séculos sucederam-se as dinastias monárquicas absolutistas que não admitiam qualquer vida democrática e, muito menos, qualquer resistência ou oposição ao regime.

As reformas políticas implantadas após as revoltas do século XIX foram limitadas e de curta duração. A grande maioria dos povos que compunham o Império Russo jamais conheceu qualquer coisa semelhante à democracia parlamentar burguesa ou aos direitos de cidadania conquistados no Ocidente.

Foi essa a realidade que os revolucionários russos encontraram quando o poder foi conquistado. Confrontaram-se com a dura opção de seguir um caminho novo e desconhecido, embora cheio de esperança num mundo melhor, ou devolver o poder a burguesia, porque as condições que esta deveria ter criado ainda estavam longe de ser completas. Decidiram empreender o caminho da construção socialista, mesmo sem ter noção completa de suas implicações.

Reafirmando premissas

Embora confrontando-se com a dura realidade de um país capitalista-imperialista atrasado, onde predominava a agricultura pré-capitalista e uma indústria, particularmente a bélica, concentrada somente em algumas poucas cidades e regiões, a primeira tentativa dos revolucionários russos direcionou-se no sentido de reafirmar suas premissas.

Em poucas palavras: realizadas as revoluções ideológica e política, com a tomada do poder político, os trabalhadores passariam a utilizar o poder estatal como alavanca para a transformação das relações de produção capitalistas. A propriedade privada dos meios de produção deveria ser liquidada: em seu lugar seria implantada a propriedade social. Isso permitiria realizar a economia de todos os recursos existentes na sociedade e utilizá-los de forma planejada. Haveria, então, uma rápida modificação da técnica, direcionando seu emprego em benefício da maioria da sociedade.

Essas premissas continuam sendo ainda hoje parte do receituário de muitas forças de esquerda que procuram o caminho socialista. Naquela época, porém, elas eram ainda mais fortes e não eram suscetíveis de muitas dúvidas, mesmo confrontando-se com a realidade do ex-Império Russo.

Partindo delas, Nikolai Bukharin, um dos principais teóricos e dirigentes da Revolução, foi dos primeiros a sistematizar o que chamou de Teoria Econômica da Transição Socialista, publicada em livro em 1920. Nesse texto, procurou indicar os novos mecanismos econômicos que comandariam o processo de construção do socialismo, tendo por base uma série de indicações de Marx a respeito.

Para Bukharin, com a tomada do poder pelo proletariado, os laços de crédito monetário e os vínculos capitalistas financeiros seriam cortados, os mecanismos estatais anteriores entrariam em processo de decomposição e o intercâmbio de mercadorias se encolheria acentuadamente. A economia tenderia, então, a apresentar duas esferas autônomas: a cidade faminta e o campo que — apesar da destruição parcial de suas forças de produção — dispunha de excedentes razoáveis, mas sem mercado.

O novo poder deveria esforçar-se, então, para alcançar um novo equilíbrio econômico. Mas isso só seria possível se o proletariado no poder organizasse diretamente o processo produtivo, tanto na indústria quanto na agricultura. Para assegurar essa influência organizadora, o novo Estado socialista precisaria garantir a renovação do processo produtivo na indústria socializada, que se encontrava condicionado pela afluência de meios de vida às cidades, a qualquer preço.

Tudo isso tornava indispensável um "intercâmbio de matéria" entre a cidade e o campo. Chocando-se, de forma latente ou aberta, com a tendência anárquica da produção mercantil, era necessário adotar um confisco dos excedentes, um imposto em espécie ou outras formas de enquadramento do campesinato, que conquistara a terra em virtude da reforma agrária. Em troca, a indústria socialista forneceria máquinas agrícolas, equipamentos, fertilizantes, combustíveis etc.; enquanto o Estado garantiria proteção contra a restauração econômica dos grandes proprietários, usurários etc.

A médio prazo, a tendência organizadora dos trabalhadores no processo produtivo da agricultura deveria manifestar-se na estruturação de fazendas

formalmente socializadas ou estatizadas e no estímulo aos camponeses para organizar-se em cooperativas e comunas agrárias. O novo Estado daria, desse modo, passos importantes para estabelecer uma nova estrutura social, uma nova estrutura humana de trabalho. Criaria as condições para desenvolver amplamente as forças produtivas e completar a revolução técnica

Seria necessário, pois, atravessar um período de "acumulação socialista primitiva". Durante esse período, o socialismo teria que realizar uma intensa mobilização da força de trabalho, instituindo um sistema universal obrigatório de trabalho, que incorporasse as amplas massas não-proletárias ao trabalho estatal como necessidade imperiosa.

Essa necessidade decorreria do fato de que o sujeito econômico do período de transição era a classe operária (constituída como poder de Estado), determinando que a forma básica de socialização da produção fosse constituída por sua estatização ou nacionalização.

A militarização da população deveria constituir um método de auto-organização indispensável em virtude da existência dessas grandes massas não-proletárias. Como elas não estavam necessariamente interessadas no processo de socialização e como o Estado soviético se encontrava numa situação crítica (em virtude da destruição causada pela guerra imperialista e pela guerra civil imposta aos trabalhadores), não restava outra alternativa.

A utilização desse método não deveria significar, porém, um estreitamento dos direitos da classe nem uma abolição de suas organizações. Aquela auto-organização militarizada deveria constituir somente a forma condensada da administração para garantir o máximo de eficiência. Nesse sentido, o princípio de elegibilidade dos administradores deveria ser substituído pelo princípio de seleção cuidadosa do pessoal técnico e administrativo. A competência dos candidatos deveria ser o critério básico da escolha. Operários e especialistas responsáveis deveriam passar a ocupar os postos de direção "eleitos e designados pelos órgãos econômicos da ditadura do proletariado".

Bukharin alertava para o fato de que esse tipo de administração da economia só era possível e conveniente em certas condições, pressupondo a firmeza do poder dos Conselhos e a existência de uma base de equilíbrio social. Ao reduzir-se a agudeza da crise econômica e se acumularem quantidades crescentes de material humano em condições de administrar e desejosos de fazê-lo, deixaria de ser necessário o tipo abertamente militar de administração.

Bukharin considerava um completo erro querer transportar para o período de transição socialista as categorias, conceitos e leis correspondentes da economia mercantil simples ou capitalista. A mercadoria, para ele, supunha a existência de uma economia mercantil como tipo de estrutura social, um vínculo social permanente e não eventual sobre uma base anárquica de produção. À medida que um regulador social consciente começasse a atuar, substituindo a força cega do mercado, a mercadoria teria que se transformar em produto. Ela

perderia seu caráter de relação social de troca. O valor, como categoria do sistema de mercado capitalista, também deixaria de ser útil no sistema socialista, como consequência do desaparecimento da produção de mercadorias.

O mesmo ocorreria com os preços. Segundo Bukharin, eles deveriam se manter somente como elemento contábil e não mais como expressão da relação de valor das mercadorias e se transformariam num sinal convencional de circulação dos produtos. O salário, por seu turno, com o desaparecimento do trabalho assalariado no socialismo, se transformaria numa unidade que expressaria a participação do trabalhador na riqueza social. Com isso desapareceriam a mais-valia e o lucro.

Finalmente, Bukharin considerava que o Estado socialista deveria se constituir como alavanca poderosa da revolução econômica. Teria que utilizar sua violência concentrada para reciclar as classes anti-socialistas, recolocando seus membros em novos postos de trabalho. E seria obrigado a reeducar a própria classe operária governante.

Ele considerava necessário utilizar a coação estatal também sobre os trabalhadores, paralelamente ao estímulo à sua atividade autônoma, de modo a fazer com que alcançassem a consciência de classe dominante. Nesse sentido, uma das formas principais dessa coação deveria ser a abolição da chamada liberdade de escolher um patrão, de pedir demissão e de concorrer contra os próprios companheiros por um emprego e por melhores funções. No próprio capitalismo, essa liberdade de trabalho vinha sendo em parte superada pela organização sindical, embora continuassem se manifestando seus valores negativos típicos, como a falta de organização de classe, a falta de solidariedade e o corporativismo. O Estado socialista deveria agir conscientemente para superar esses valores negativos.

Essas teorias de Bukharin sobre a construção socialista serviram de orientação para as medidas adotadas no chamado período do "Comunismo de Guerra", quando o jovem poder soviético teve que enfrentar dificuldades descomunais para reerguer a economia, livrar as populações da fome e evitar o caos total resultante da Guerra Mundial e da guerra civil que assolavam o país. Entretanto, em pouco tempo elas tiveram que ser substituídas, de modo radical, pelo que ficou sendo conhecido como Nova Política Econômica (NEP). Bukharin, apesar disso, não achou necessário refazer seu trabalho. Considerava-o uma teoria geral do período de transição, e não teses voltadas especificamente para o caso russo, como era a NEP.

É interessante ressaltar que as teses de Bukharin contaram com o endosso dos principais teóricos revolucionários russos. Lênin, embora tenha feito observações críticas muito ácidas ao texto *Teoria Econômica do Período de Transição*, considerava corretas as opiniões-chave de Bukharin. Trotsky, por seu turno, foi o primeiro dirigente revolucionário a formular as idéias sobre a administração socialista militarizada, e não se tem notícia de que naquele período

se colocasse contra as teses contidas no trabalho de Bukharin. De qualquer modo, além da dura realidade, sempre perduraram as dúvidas de que as opiniões expostas correspondessem às premissas de Marx.

Voltando ao mercado

O novo poder soviético nacionalizou a terra e consagrou seu usufruto pelos camponeses; nacionalizou todas as empresas industriais com mais de cinco operários; estabeleceu uma jornada de oito horas de trabalho; nacionalizou o comércio exterior e os bancos; negou-se a pagar a dívida externa contraída pelo tzarismo; e estabeleceu uma série de outras medidas no sentido de reorganizar a economia nos moldes previstos por Bukharin.

Entretanto, entre 1917 e 1920 a Rússia continuou envolvida na guerra, seja contra a Alemanha (até o Tratado Brest-Litovsky, em 1918), seja contra a intervenção estrangeira e as insurreições dos generais do antigo regime. O fornecimento de matérias-primas à indústria tornou-se muito difícil, os transportes praticamente não funcionavam, a escassez tornou-se uma constante. Para vencer essa situação o remédio parecia ser a centralização extrema sugerida por Bukharin. Mas essa política do "Comunismo de Guerra", se ajudava a enfrentar o inimigo no campo militar, proporcionava resultados modestos na recuperação da economia e ampliava o descontentamento das camadas não-proletárias em relação ao poder soviético. O sistema de entregas obrigatórias, em particular, jogava os camponeses na oposição.

Em virtude disso, o governo soviético decidiu dar um passo atrás, em 1921, elaborando uma "nova política econômica": a NEP. Seu objetivo: manter relações mais equilibradas entre o setor socialista e a economia mercantil dos camponeses e dos artesões e restabelecer relações com o empresariado capitalista nacional e estrangeiro.

A NEP revogava a proibição de trabalho assalariado privado, suspendia as limitações às atividades privadas individuais e de empresas na agricultura e no comércio e estimulava as "concessões" a empresas estrangeiras na indústria e em outros setores da economia. Mais importante do que tudo, porém, para regularizar o mercado de alimentos nas cidades, foi a substituição do sistema de entregas obrigatórias, através do qual os camponeses eram praticamente confiscados de sua produção, pelo imposto em espécie. Através desse imposto, o governo fixava uma parte mínima da produção que o campones deveria vender ao Estado, segundo preços estipulados por este. O restante podia ser vendido no mercado.

Ao mesmo tempo, a NEP introduziu relações comerciais entre as empresas estatais e privadas e constituiu uma série de empresas mistas estatais-privadas, inclusive com capitais estrangeiros. As empresas com menos de vinte operários foram devolvidas a seus antigos proprietários ou entregues a novos, ensejando

inclusive a formação de cooperativas industriais.

Os chamados setores estratégicos da economia, como comércio exterior e bancos, continuaram em mãos do Estado, funcionando como monopólios centralizados pelos órgãos econômicos do poder. Paralelamente a isso, o governo estabeleceu um plano de eletrificação do país e formou a Comissão Estatal de Planificação (Gosplan), que deveria planejar a ação do Estado para orientar a revolução econômica.

As medidas da NEP permitiram que os camponeses retomassem a confiança e voltassem a produzir, o que se refletiu imediatamente na recuperação da produção agrícola e na melhoria do abastecimento. Em 1923, a semeadura e a colheita já haviam atingido cerca de 70% da área e volume alcançados em 1916, permitindo elevar o consumo tanto nas áreas rurais quanto urbanas. Além disso, a melhoria do mercado rural impulsionou a produção industrial e a circulação de mercadorias entre o campo e a cidade e estimulou o crescimento econômico geral.

O novo governo aprendia paulatinamente a regular o mercado de forma indireta, através do planejamento e do crédito. Estabeleceu preços altos para os bens industriais produzidos pelas empresas do Estado, de modo a transferir renda da agricultura para a indústria. Financiava assim os investimentos em eletrificação e os novos ramos industriais estratégicos, como o siderúrgico e o químico. É verdade que essa transferência de renda foi facilitada porque os custos agrícolas diminuíram sensivelmente: os camponeses tinham ficado livres da renda fundiária que antes pagavam aos latifundiários e haviam sido anistiados das dívidas com os bancos e com os latifundiários.

Apesar disso, os custos e preços industriais puxavam para cima e o sistema financeiro continuou desorganizado, permitindo que a inflação se acelerasse, instaurando uma grande instabilidade para o cálculo dos custos empresariais. A reforma monetária de 1924, objetivando debelar a inflação, introduziu uma nova moeda, equilibrou a relação de preços entre a indústria e a agricultura, estabeleceu restrições ao crédito e aplicou medidas de controle administrativo aos preços. Desse modo, embora o controle sobre a inflação tivesse se restabelecido, não foi possível continuar aplicando a política de transferência de renda da agricultura para a indústria na velocidade pretendida pelos dirigentes soviéticos.

Mesmo assim, ocorreu um desenvolvimento geral da economia soviética no período. Em 1925-26, a produção de energia elétrica e turfa havia ultrapassado os números de 1913 (ano imediatamente anterior à guerra) e a produção de petróleo e de papel encontravam-se muito próximas dos índices daquele ano. Todos os outros produtos industriais básicos então produzidos pela União Soviética encontravam-se em recuperação. Em 1928, a produção de aço, petróleo, carvão, papel, cimento e turfa havia ultrapassado os índices de 1913 e 1916 (ano da maior produção histórica anterior a revolução) e a produção de

energia elétrica era o dobro.

A participação do capital privado no rendimento total da indústria soviética, que em 1925 ficara limitada a 4%, mas no comércio e varejo oscilava entre 44% e 50%, em 1928 apresentava uma participação de 14% na indústria e 35% no comércio a varejo. Mais de noventa empresas estrangeiras funcionavam em território soviético, sendo 43 na indústria, com um total de 54 mil trabalhadores. As atividades individuais privadas também se desenvolveram rapidamente na agricultura, comércio, serviços e artesanato. Através de relações familiares ou cooperativas fictícias, esses pequenos produtores individuais utilizavam um número de trabalhadores assalariados bem maior do que o permitido pela legislação.

A recuperação econômica levou dez anos para alcançar os níveis de pré-guerra. Embora houvesse um crescimento econômico paulatino, cresciam os obstáculos dessa política para permitir uma acumulação acelerada do setor socialista da economia. A possibilidade da revolução socialista nos países capitalistas avançados tornara-se remota, em seu lugar consolidando-se alternativas fascistas. O mundo marchava rapidamente para uma nova guerra, estimulada abertamente pelo capitalismo como uma santa cruzada contra o bolchevismo. Essa situação terminou por reacender os debates sobre os caminhos do socialismo, em particular sobre a necessidade de uma industrialização rápida. O pano de fundo ideológico e político dessa discussão centrou-se na possibilidade ou não de construir o socialismo num só país (a União Soviética), independentemente de sua construção nos países desenvolvidos na Europa.

A vitória da tese do "socialismo num só país", por sua vez, estabeleceu a base política para definir o tipo de planificação que tal construção exigiria e o ritmo a imprimir à industrialização. Criaram-se as condições para a aplicação das teses anteriores de Bukharin. Isso no momento em que ele, por uma dessas ironias do destino, se tornara um ferrenho defensor da continuidade da NEP.

Economia de comando

A decisão de construir o socialismo num só país desviou-se das previsões marxistas e dos próprios revolucionários russos do período anterior à revolução. Surgiu como decorrência do fracasso da revolução na Alemanha e em outros países da Europa Central, e da vontade de impedir a restauração capitalista, após todos os esforços e todo o sangue derramado para derrubar o tzarismo e a burguesia

Não havia discrepâncias entre os dirigentes soviéticos quanto à necessidade de dar prioridade ao desenvolvimento industrial. Mesmo no período da NEP, ocorreram tentativas de financiar a industrialização a custa dos camponeses. A industrialização era vista como a possibilidade de alcançar a independência econômica. Só com ela seria possível evitar a dependência externa, criar as

condições para enfrentar com êxito o boicote e o cerco capitalistas e precaver-se contra uma nova intervenção militar.

A industrialização era vista, ainda, como a base para todo o desenvolvimento posterior dos demais setores da economia, como agricultura, transportes e serviços, assim como da ciência e tecnologia. E era a industrialização que tornaria possível fazer crescer, quantitativa e qualitativamente, o proletariado soviético, formalmente o proprietário dos meios de produção do país.

Mas havia divergências profundas quanto ao ritmo dessa industrialização. Os setores que defendiam a NEP consideravam que um crescimento excessivo poderia criar tensões muito fortes no país, especialmente entre o campesinato. Isso recomendava cautela e um prazo de quinze a vinte anos, pelo menos, para completar o processo básico de industrialização. Um outro setor, tendo a frente Trotsky, defendia a adoção do ritmo mais rápido que fosse possível. Combinando a industrialização com forte pressão sobre o campesinato, pretendia apressar a preponderância do setor socialista sobre o capitalismo na economia soviética.

Sob o argumento de que a União Soviética encontrava-se com cinquenta a cem anos de atraso em relação aos países capitalistas desenvolvidos e de que deveria superar esse fosso no máximo em dez anos, ou seria engolida por eles, a ala centrada de Stalin optou por um meio-termo entre as propostas de Trotsky (cinco anos) e as dos defensores da NEP. O Gosplan foi encarregado de elaborar um plano de longa duração (quinquenal), com prioridade para a indústria pesada, na perspectiva de completar a industrialização em dez anos.

À planificação foi destinado um papel diferente do que vinha cumprindo. Até então ela limitava-se ao levantamento das tendências espontâneas gerais da economia. Tomada a decisão favorável à industrialização rápida, o planejamento passaria a ter um papel ativo, que comportava decisões sobre o caminho a seguir. Todo o processo produtivo passaria a ser regulado por um plano geral, especificando planos setoriais e empresariais. Nos planos deveriam ser quantificados os bens a serem produzidos e os meios de produção necessários para que cada unidade produtiva alcançasse aquela meta. O plano deveria conter o máximo de itens possíveis, indicando ainda os preços e salários com base nos quais seriam realizados os balanços materiais capazes de verificar a realização das metas pré-fixadas.

Mais importante ainda era o fato do Estado passar a concentrar em suas mãos todos os fundos destinados aos investimentos e definir os setores prioritários onde aplicá-los. O planejamento estatal estabelecia, ainda, os excedentes a serem gerados pela agricultura e pela indústria de bens de consumo, de modo a acumular justamente o capital necessário àqueles investimentos.

Assim, toda a coordenação dos investimentos deveria ser realizada com antecedência e tendo como objetivo básico atender as necessidades da economia vista globalmente. A economia passava a ser, portanto, uma economia de

comando, de cunho basicamente administrativo ou político. A vontade revolucionária passava a comandar a economia.

Todos os contratos entre empresas subordinavam-se ao plano. Este indicava as entidades econômicas que deveriam estabelecer contratos entre si, os termos desses contratos e a obrigatoriedade de sua execução. O máximo permitido às empresas, no caso de acrescentarem termos próprios, residia em ampliarem as determinações do plano.

O sistema de preços também deixava de regular a produção. Do mesmo modo que as quantidades e os tipos, os preços passavam a ser planejados de forma centralizada, deixando, de constituir índices econômicos da produção. Mesmo para as empresas, eles deixariam de funcionar como índices de verificação de resultados: o sistema de fornecimento centralizado as impedia de comprar matérias-primas e meios de produção, entregues diretamente, conforme as determinações do plano, pelos órgãos centrais de abastecimento ou fornecimento.

Os suprimentos materiais e técnicos eram especificados detalhadamente. As empresas ficavam proibidas de vender ou revender equipamentos ou materiais, mesmo que não necessitassem deles. Por outro lado, toda a produção das empresas ficava, ainda, amarrada ao sistema de encomendas estatais. Na agricultura, em particular, esse sistema significou, na realidade, o restabelecimento do sistema de entregas obrigatórias do período do "Comunismo de Guerra".

À agricultura também foi destinado um papel especial. Além de garantir alimentos para as zonas industriais urbanas e canalizar recursos de capital para os investimentos em larga escala, já que a União Soviética deveria contar com sua própria poupança e produção agrícola para o desenvolvimento, a agricultura deveria ainda fornecer a mão-de-obra indispensável para as crescentes demandas de força de trabalho industrial, de transportes, construção e serviços.

É verdade que no final de 1928 existiam cerca de onze milhões de trabalhadores desempregados. Isso poderia induzir a idéia de que tal exército de reserva garantiria a mão-de-obra requerida pelo plano. Entretanto, a força de trabalho empregada passou, de 10 milhões em 1928, para cerca de 30 milhões em 1937. Os 3,8 milhões de trabalhadores empregados na indústria saltaram para mais de 11 milhões, enquanto o crescimento da mão-de-obra nos transportes, comunicações, construções e outros setores urbanos cresceu em ritmo bem maior do que o crescimento vegetativo da população.

Para realizar essas tarefas, a agricultura soviética teria que superar os obstáculos colocados pela estrutura camponesa vigente. Esta continuava apresentando uma produtividade extremamente baixa: não gerava excedentes capazes de alimentar razoavelmente a população urbana, embora absorvesse a maior parte dos 147 milhões de habitantes da época. Para atender ao ritmo veloz requerido pela industrialização, os planejadores soviéticos decidiram apressar

artificialmente o processo de concentração das unidades camponesas dispersas. Formaram grandes unidades coletivas através da mecanização agrícola e da coação estatal contra os que resistiam ao processo.

A cooperação agrícola, que antes era vista como um processo de socialização voluntário e paulatino dos próprios camponeses, foi forçada a entrar numa marcha acelerada de coletivização, sob o imperativo do ritmo da industrialização. Iniciada em 1930, já em 1932 abarcava 60% dos camponeses, e em 1936 era completa.

A economia de comando apresentou muitos defeitos e problemas desde o início. Os planos econômicos deveriam ser instrumentos de regulação das atividades econômicas em sua evolução, orientando o crescimento estratégico, evitando polarizações e desequilíbrios acentuados entre ramos, setores e departamentos da economia e garantindo certa correlação entre crescimento econômico e bem-estar social.

O planejamento centralizado soviético, porém, ao priorizar de forma absoluta o crescimento da indústria de base em detrimento da indústria de consumo e da agricultura, estabeleceu uma polarização muito acentuada entre investimento e consumo. Desprezou as necessidades materiais e culturais crescentes da população e das diferentes regiões do país, necessidades que o próprio desenvolvimento da indústria de base acentuava.

Por outro lado, a medida que essa polarização se aprofundava e fazia surgir resistências e desvios na atividade econômica, paradoxalmente mais exagerada tornava-se a centralização. Como o equilíbrio econômico só pode ser tentado mediante uma articulação conjugada de todos os aspectos daquela atividade, o método do planejamento centralizado soviético mostrava-se insuficiente.

Ele buscava o equilíbrio entre quantidades disponíveis e quantidades utilizadas, procurando coincidir a quantidade produzida, em particular de meios de produção, com a quantidade de demanda. Como sempre aparece um desvio entre disponibilidade e uso — que vai resultar em desvios entre produção efetiva e demanda, que por sua vez vai se refletir em outros desvios, num processo em cascata — tornava-se cada vez mais complexo e difícil resolver esses desvios com um planejamento rígido. A tendência, pois, desde o início, era que os desvios na atividade econômica soviética se agravassem com o tempo.

Um dos mais graves desses desvios foi a política de subsídios, paulatinamente estendida a maioria dos bens necessários e as empresas que os fabricavam. Os preços das matérias-primas, em especial, eram mantidos artificialmente baixos na suposição de que a natureza os fornecia gratuitamente. Com isso, os custos do Estado aumentavam a níveis que, ao longo do tempo, deveriam tornar-se insuportáveis. Na União Soviética, os combustíveis custavam cerca de 1/3 dos preços mundiais; os produtos agrícolas custavam de 1/2 a 1/3; e os outros recursos naturais custavam mais ou menos a metade.

Além de não considerar os custos de mão-de-obra e de produção das

matérias-primas, os planejadores soviéticos em geral não embutiam nos preços um diferencial ou lucro que permitisse criar uma provisão para a expansão ou reconstrução das empresas. Somente os custos correntes eram considerados, o restante sendo canalizado para o orçamento estatal. Qualquer capital para o desenvolvimento de uma empresa era alocado separadamente, com os órgãos centrais comandando todas as ordens de encomendas e suprimentos, o que nem sempre funcionava a contento.

As lacunas do planejamento ultra-centralizado levaram as empresas a criar suas próprias reservas de matérias-primas, peças sobressalentes, equipamentos e outros materiais para precaver-se contra problemas no fornecimento. Esse foi o caldo de cultura que levou os diretores de empresas e funcionários do aparelho estatal e partidário a envolver-se em operações que se chocavam com a legislação e que mais tarde chegariam a se constituir num novo e complexo mecanismo de funcionamento da economia socialista.

A coletivização forçada, por seu turno, apresentou algumas consequências graves. Em todo o campo soviético, nos três primeiros anos de constituição das cooperativas agrícolas e pecuárias (*colcóses*), os camponeses sacrificaram seu gado, reduzindo o rebanho a metade do que era em 1928. Nesse mesmo período houve um descenso na produção de cereais, contradizendo os objetivos do plano. Os métodos ditatoriais empregados na transformação da estrutura rural elevaram as tensões sociais e causaram deslocamentos desordenados e desastrosos entre a população rural, em especial devido às deportações dos *kulaks* ou daqueles acusados como tais.

Apesar de todos esses problemas, os resultados gerais da planificação centralizada apresentaram aspectos que não podem ser desprezados ou minimizados. A própria coletivização, uma das mais criticadas medidas da época, teve efeitos profundos sobre a vida soviética. Os camponeses das cooperativas (*colcóses*) e granjas estatais (*soucóses*) passaram a igualar-se aos operários urbanos. Aumentou a mobilidade da força de trabalho em direção à indústria e as cidades. E a produção de máquinas e equipamentos agrícolas teve de ser intensificada, criando as condições para a elevação da produtividade rural. Em 1936, ao completar-se a coletivização, a produção agrícola recuperara seu crescimento e o rebanho voltou a atingir seu maior nível histórico.

A produção industrial teve um crescimento considerável até o período imediatamente anterior a Segunda Guerra Mundial. Em termos globais, as bases da indústria pesada foram completamente assentadas, com a produção de aço, carvão e outros itens estratégicos aumentada em várias vezes. Uma série de indústrias energéticas tiveram uma expansão inusitada. A eletrificação do país assumiu uma dimensão correspondente a sua extensão territorial. A rigor, a União Soviética conseguiu, num curto espaço de dez anos e dois planos quinquenais, sair da condição de país agrícola e ingressar na de país industrial.

O agravamento da situação internacional, porém, com a ascensão do

fascismo e do nazismo na Itália e Alemanha e a consolidação do militarismo japonês, obrigou a União Soviética a dedicar grande parte de seus recursos a produção de armamentos. O terceiro plano quinquenal, iniciado em 1938, sofreu pesadamente a interferência dessas circunstâncias. A produção armamentista pesou ainda mais negativamente sobre a produção de bens para a indústria civil. A preocupação com a espionagem e sabotagens alemãs e japonesas ganhou dimensões catastróficas, conduzindo a repressões massivas contra quadros e dirigentes da economia e de outros setores, com consequências muito negativas sobre as atividades produtivas e de transporte. A iminência da guerra e da invasão da União Soviética passaram a dominar todas as decisões, que se refletiam diretamente em muitos aspectos da vida econômica.

A produção de armamentos causou um estancamento no crescimento de diversos setores econômicos, apesar de se haver adotado uma nova política de emprego e disciplina no trabalho. Foi ampliada a ramificação da estrutura industrial, ao mesmo tempo evitando-se a implantação de fábricas em regiões remotas. Uma coisa é certa: sem haver estabelecido as bases de sua indústria pesada e de armamentos, a União Soviética não teria conseguido suportar o peso da ofensiva alemã contra seu território.

A economia de comando, porém, não pôde manifestar mais cedo seus sinais de esgotamento em virtude da Segunda Guerra Mundial. Esta tornou mais do que natural todas as medidas de maior centralização econômica e a concentração dos investimentos na indústria bélica, em detrimento do consumo. A grande mobilização plurinacional para expulsar os invasores superou momentaneamente os defeitos e problemas do tipo de economia centralizada em vigor. Foi preciso aguardar o fim do conflito e a reconstrução pós-guerra para que tais defeitos e problemas saltassem dos trilhos.

Despotismo socialista

Os principais teóricos do socialismo não estabeleciam muita distinção entre socialismo e democracia. Esta, para eles, consistia na socialização plena não só da produção, mas também da propriedade e da política. Socialismo não era outra coisa que o processo de democratização cada vez mais ampla da vida econômica, social e política. Nessa perspectiva, o Estado, como instrumento de dominação de uma classe sobre outras ou, ainda, como a violência centrada e organizada na sociedade, deveria desaparecer na medida em que a socialização (ou democratização) se estendesse a todas as esferas da vida dessa sociedade.

No período de transição do capitalismo para o socialismo, o Estado desempenharia papel importante para destruir o velho aparelho de dominação e criar uma verdadeira democracia socialista. Esse Estado, de natureza diferente do antigo Estado capitalista, embora assimilando e ampliando muitas das conquistas da democracia burguesa, deveria ser o Estado da ditadura do proletariado.

O termo ditadura tinha uma conotação bem precisa. A república democrática capitalista não era senão a ditadura da minoria capitalista sobre a maioria dos trabalhadores. Liberdade e igualdade nesse tipo de democracia não passariam de formalidades. A república democrática socialista, pelo contrário, era a ditadura da maioria — operários e camponeses — sobre a minoria de capitalistas exploradores. Lênin, o principal dirigente da revolução russa de 1917, afirmava que o Estado soviético, da mesma forma que a Comuna de Paris, não tinha vergonha nem medo de dizer franca e honradamente a verdade ao povo, declarando-se uma ditadura do proletariado e dos camponeses. Uma ditadura que deveria incorporar a política, a democracia, a administração do Estado, milhões e milhões de novos cidadãos. Nela, liberdade e igualdade se tornariam fatos reais, deixando de ser formalidades.

Na Rússia, em especial, onde a luta de classes era extremamente aguda e cruel, onde o czarismo e os capitalistas não permitiam qualquer atividade autônoma e democrática dos oprimidos e impunham sua ditadura absolutista com ferocidade, o conceito de ditadura da maioria tinha um sentido muito mais claro do que o de democracia, desconhecido das grandes massas do povo. A situação que se seguiu a revolução de 1917 só fez reforçar ainda mais tal conceito.

A desorganização econômica, a fome, as intervenções armadas estrangeiras, as insurreições dos generais czaristas, as sabotagens dos remanescentes das antigas classes derrotadas, o boicote imperialista, tudo isso levava os revolucionários russos a considerar a necessidade imperiosa de um Estado proletário forte, de um férreo poder revolucionário. A obrigação de vencer a fome, estocando, transportando e distribuindo a produção em massa e em escala nacional, impunha aos revolucionários um tipo de Estado militarizado, um poder implacavelmente severo, que obrigasse o *kulak* e a burguesia a submeter-se. Ou venceriam os operários, se estabelecessem esse tipo de Estado, ou a burguesia derrubaria o Poder Soviético — esse era o pensamento predominante nos anos imediatamente posteriores à derrubada da monarquia russa.

Com base nessa experiência foram assentadas as primeiras generalizações teóricas sobre o novo Estado proletário. Bukharin afirmava que só o poder estatal permitiria aos trabalhadores influir no processo produtivo como organizadores, como classe dominante. Em cada unidade produtiva, os trabalhadores deveriam exercer sua dominação por meio do mais amplo colegiado, aplicando o princípio das eleições para escolha dos administradores e para sua destituição, estabelecendo uma ampla descentralização das responsabilidades.

Ele considerava, ao mesmo tempo, que deveriam surgir novas instituições dos trabalhadores. Eram aquelas baseadas nas organizações de classe, desenvolvidas e amadurecidas no próprio seio do capitalismo como fruto da luta de classe dos trabalhadores: os conselhos, sindicatos, comissões de fábrica, o partido dirigente. As organizações econômicas especiais, surgidas após a tomada do poder, também deveriam desempenhar papel importante no funcionamento da nova sociedade. Bukharin via dessa maneira os aspectos

democráticos do poder proletário.

Entretanto, ressaltava a necessidade do Estado soviético assumir o caráter de uma ditadura militar proletária, na medida em que se encontrasse numa situação crítica, econômica e militar. A coação e a coerção desempenhariam papel importante, tanto maior quanto mais ampla fosse a porcentagem de elementos não puramente proletários, ou proletários com baixa consciência de classe. Nesse sentido, o sistema democrático nas unidades produtivas era imperfeito porque não permitia a coordenação social. A forma de administração capaz de garantir o pleno funcionamento do processo produtivo só poderia ser alcançada através da disciplina e da seleção adequada dos dirigentes das organizações econômicas e políticas.

Para transformar-se, nas condições então presentes, na força organizadora da produção, o proletariado deveria estabelecer uma correlação ou coordenação eficaz entre as mais diversas formas de organização criadas pelos trabalhadores. Só a organização estatal, o Estado soviético, poderia realizar essa função coordenadora. A "estatização" dos sindicatos e a estatização de fato de todas as organizações autônomas dos trabalhadores, deveria ser o resultado lógico desse processo. A violência estatal deveria ser utilizada como método de edificação socialista.

Mesmo assim, Bukharin considerava ser possível superar a contradição entre a atividade autônoma dos trabalhadores e a coação que o Estado exercia sobre eles. O sujeito econômico do sistema de ditadura socialista era o próprio Estado proletário, o proletariado organizado como poder de Estado. Nessas condições, funcionaria como violência concentrada e organizada para destruir os velhos vínculos econômicos, sociais e políticos e criar novos, constituindo ao mesmo tempo fator de auto-organização dos próprios trabalhadores. Ou seja, funcionaria como ditadura contra o velho sistema e como democracia para o povo, para os trabalhadores enquanto classe dominante. Quando a crise econômica e o perigo militar fossem reduzidos e quando a população houvesse elevado seu nível educacional, técnico, administrativo e cultural, a necessidade de coação também seria reduzida.

Lênin, como Bukharin, também sucumbiu ao império das necessidades. Ele explicava que a dificuldade da edificação socialista na União Soviética consistia no fato de que eram obrigados a realizá-la com elementos inteiramente corrompidos pelo capitalismo. O imenso atraso e o caráter pequeno-burguês do país, a sua falta de civilização, impediam que fosse possível passar diretamente ao socialismo. Essa situação subjetiva impunha ao Estado de transição certas particularidades que não deveriam ocorrer nos países avançados.

Ele se dava conta, por exemplo, que contavam com operários entusiasmados pelo socialismo cuja instrução, educação e conhecimentos eram muito escassos. Isso constituía uma fonte objetiva do renascimento constante da burocracia, tanto nas instituições do poder, quanto nas organizações do partido

dirigente. Por isso, além de batalhar pela incorporação da grande massa de operários e camponeses à política, à democracia e à administração do Estado, propunha a construção de um Estado enxuto, que eliminasse das relações sociais qualquer indício de gastos supérfluos.

As circunstâncias impuseram, assim, muitas ambigüidades a política inicial do Estado soviético. Doses maciças de ditadura e de democracia misturavam-se na teoria e na prática. As necessidades imediatas de salvaguardar o novo poder subordinavam todas as perspectivas futuras. Por isso mesmo, os aspectos coercitivos foram se impondo paulatinamente como predominantes, estatizando mais e mais todos os elementos da vida social, embora dentro de uma perspectiva temporária. Quando o direito de fração foi proibido dentro do Partido Comunista, e os sindicatos subordinados ao Estado, tais medidas foram aceitas como provisórias, num contexto excepcional.

As decisões que substituíram a NEP pela economia centralizada de comando também serviram de base para liquidar a ambigüidade na política e transformar o defeito provisório em virtude permanente. Instalou-se a política centralizada de comando e o monolitismo partidário-estatal como método para enfrentar a crise externa do capitalismo e o perigo da nova intervenção militar. A contradição entre ditadura e democracia no conceito de ditadura proletária foi substituída pela unidade dos dois termos. Na prática, a democracia sumiu.

A época do parlamentarismo capitalista fora substituída, na fase revolucionária, pelos conselhos (soviets) de operários e camponeses, mas com o tempo esses soviets foram assumindo cada vez mais a forma de uma representação parlamentar restrita, mais restrita do que o parlamento dos países capitalistas. A disputa pela representação deixou de existir. Os candidatos passaram a ser indicados pelo Partido Comunista em lista única, alienando a população da política e da democracia.

A existência de um só partido contradizia a própria teoria que afirmava a existência de classes e da luta de classes durante todo o processo de transição. Os diversos segmentos de classe não conseguiam expressar distintamente seus projetos de sociedade. Nem mesmo foi possível a constituição de organizações ou instituições de uma sociedade civil atuante. Se a luta de classes era "o motor da História", tudo foi feito para emperrá-lo.

Mais tarde, em virtude de processos históricos diferentes, os países que ingressaram no caminho socialista após a Segunda Guerra Mundial permitiram a sobrevivência de mais alguns partidos, desde que subordinados ao partido dirigente. Sua existência era, pois, formal. O monopólio do poder por um partido era igual, existissem vários ou um único partido no país.

Esse monopólio do poder foi se cristalizando de tal modo que foram eliminados todos os mecanismos existentes no período inicial da construção socialista, que apontavam para a democracia de base e certa influência sobre o poder central, através de consultas, reclamações e pressões populares. Assim,

sem representação, sem expressão política própria, sem consultas, direito de reclamar ou pressionar, esvaiu-se a liberdade. E a igualdade foi limitada, por certo tempo, ao canto pobre de uma igualdade econômica por baixo.

Entretanto, do mesmo modo que a economia sempre procura caminhos para atender as necessidades da sociedade, mesmo que ilegais, também a política procura os meios de expressar as demandas reprimidas. A literatura, a arte, as ciências e até a própria política proibida são frestas por onde as reivindicações, os reclamos, as exigências e as propostas sufocadas atingem a luz do dia e se fazem presentes. Como no capitalismo, o poder de Estado pode combinar repressões e concessões, ou dar mais peso a um ou outro desses aspectos, mas não pode impedir eternamente que as demandas da sociedade irrompam, de uma forma ou de outra.

Na maioria dos países socialistas, acuados pela pressão capitalista, a repressão tornou-se o componente principal da ação do Estado-partido durante o longo período em que Stálin consolidou sua posição de secretário-geral do PCUS e primeiro-ministro. Grande parte da geração de dirigentes revolucionários, que sobrevivera aos embates da guerracivil, foi então julgada e condenada, inclusive a morte, por atividades contra-revolucionárias, embora essas atividades se limitassem, em geral, ao legítimo direito de crítica e discordância ativa em relação à política dominante.

Uma das características mais impressionantes desse processo em que—na União Soviética e, depois, em todos os países do Leste Europeu — instaurou-se um despotismo socialista absoluto ou quase absoluto, residia no fato de que as constituições desses países apresentavam conquistas e mecanismos democráticos marcantes. Havia, por exemplo, o direito de representação dos diferentes setores sociais, como mulheres, jovens, categorias profissionais etc. A solução de muitos problemas locais era formalmente entregue às comunidades e o direito de opinião e crítica também era formalmente estimulado. Na prática, porém, esses direitos eram cerceados pela expressão "desde que não se oponha ao socialismo", ou algo parecido. Abria-se aí um campo de hipóteses e especulações cujos juizes eram os órgãos dirigentes do partido comunista a nível local, regional, nacional ou multinacional (União),

A legalidade, desse modo, era determinada caso a caso, de acordo com os humores ou suspeitas dos órgãos dirigentes. O sistema jurídico, que a rigor deveria apreciar e julgar os casos que suposta ou realmente transgredissem a legalidade estabelecida, não existia como sistema autônomo capaz de regular as contradições entre a política e a sociedade, entre o Estado e os indivíduos, e assim por diante. Sob o pretexto de que o sistema jurídico era uma invenção do capitalismo, deixou-se a observação das leis ao livre arbítrio do Estado-partido. Nessas condições, tornou-se inevitável a sucessão de arbitrariedades, repressões e crimes cometidos em nome da defesa do Estado não só contra os inimigos reais do regime, mas também contra setores que simplesmente opunham-se às políticas estabelecidas a partir de uma visão socialista diferente.

Em alguns casos esse despotismo ganhou conotações extremas, como nos de Stalin, na União Soviética, Rakosi, na Hungria, Novotny, na Checoslováquia, Ceausescu, na Romênia, Hoxa, na Albânia e Hoenecker, na Alemanha. Na Polônia esse tipo de despotismo pessoal jamais conseguiu se consolidar em virtude das insurreições e protestos que abalaram o país em diferentes períodos. Na Hungria do período Kadar, instalou-se um despotismo esclarecido, que manteve o sistema de monopólio de poder dentro de limites que evitavam a repressão intensiva praticada nos países vizinhos.

Infelizmente não é possível encontrar as raízes desse fenômeno única e exclusivamente no caráter das pessoas, dos dirigentes socialistas que desempenharam esses papéis de despotas e do colegiado que com eles participava do monopólio do poder. Eles só conseguiram manter durante tanto tempo seu sistema despótico porque existia uma base social que lhes deu sustentação e que durante um período razoável teve atendidas suas expectativas. Constituída dos antigos setores pobres e marginalizados, em geral majoritários na população desses países, essa base social reivindicava igualitarismo radical, por baixo, ao mesmo tempo que sempre buscava sua referência num Salvador ou num líder carismático, verdadeiro ou produzido.

O despotismo parecia inabalável e justo para esses setores enquanto o planejamento conseguiu manter comprimidas as diferenças sociais, elevar o padrão de vida da população para patamares ainda pobres, mas mais dignos, e estabelecer um sistema de atendimento social (educação, saúde, moradia) e emprego que se estendia ao conjunto da população. À medida, porém, que o modelo de crescimento entrou em crise e não foi substituído por um outro que permitisse manter o ritmo de expansão da economia, com consequências negativas sobre o padrão de vida, as reivindicações dos setores mais intelectualizados e politizados começaram a encontrar eco entre aquelas camadas, criando as condições para que se colocassem em movimento na política, na democracia e no confronto com a administração.

Estavam dadas, então, as condições para o fim do despotismo socialista e, com ele, da economia de comando e das Utopias, falsas e verdadeiras, que o socialismo gerara ao ingressar no caminho de sua construção prática. Diante do desmoronamento do sistema que nutrira tantas esperanças na concretização da justiça, liberdade, igualdade e outras nobres aspirações humanas, grandes parcelas das populações socialistas voltaram-se para os milagres.

Esperando milagres

O mundo parece, mais uma, vez de ponta-cabeça. O capitalismo, que há alguns anos assemelhava-se a um morimbundo, incapaz de sair de sua crise geral, militarmente derrotado no Vietnã e numa série de guerras de libertação, agora se mostra pujante e imbatível, ofertando bem-estar nas vitrines luxuosas de Nova York, Paris, Berlim, Tóquio e outras capitais de seu mundo desenvolvido. E com capacidade para fazer com que o terceiro e quarto mundos dos miseráveis e atrasados apareça como qualquer outra coisa, menos como capitalismo.

O socialismo, por sua vez, que até a década de sessenta apresentara um constante processo de ex-pansão, servindo de bandeira para a luta por liberdade e independência de muitos povos, mergulhou numa profunda crise econômica e no funil estreito da contra-reforma. Trocando de lugar, o socialismo que antes representava o futuro, tem agora a imagem de ultrapassado e conservador, enquanto o capitalismo exala modernidade e eficiência.

O retorno dos países socialistas a economia capitalista de mercado parece inevitável. Vozes crescentes em seu interior pensam que essa é a única via para revigorar suas sociedades e tirá-las da presente crise. Afinal, o reconhecimento de que o sistema desandou é somente a ponta visível das perplexidades. Estas levam grandes parcelas das populações daqueles países, e também da esquerda em todo o mundo, a aceitar a idéia de que o mercado será capaz de operar o milagre de conduzi-las rapidamente ao crescimento econômico e ao bem-estar social.

Na barafunda das perplexidades misturam-se os defensores do passado, os neoliberais e os social-democratas, colocando o mercado no centro de suas negações e afirmações. Uns resistindo como podem as mudanças inexoráveis; outros esperando os milagres de um sistema que só consegue existir criando desigualdades sem-fim.

O sistema desandou

A Segunda Guerra Mundial causou prejuízos consideráveis à economia e à sociedade soviéticas. A área ocupada pelas forças alemãs se estendia por toda a região a oeste de Moscou, incluindo o Báltico, Bielo-Rússia, Ucrânia, Moldavia e parte considerável da Rússia européia. Caíram sob domínio nazista 45% da população, 47% da área cultivada e 33% da produção industrial.

O esforço de guerra consumiu os principais recursos da nação. Mesmo assim, a economia de comando suportou as tensões e em 1942 foram detectados

sintomas evidentes de recuperação industrial e agrícola. Complexos industriais inteiros foram deslocados das regiões sob ameaça de ocupação para os Urais, voltando a produzir em prazo recorde. Novas unidades industriais entraram em funcionamento nesse período, embora para isso fosse necessário recorrer ao déficit orçamentário e a compressão ainda maior da produção de bens de consumo: O racionamento estendeu-se severamente a um grande número de produtos, mas os preços mantiveram-se estáveis durante todo o tempo da guerra.

As perdas materiais e humanas da União Soviética foram pesadamente maiores do que as de todas as outras potências envolvidas no conflito. Durante muitos anos, no temor de que as potências ocidentais se aproveitassem das debilidades decorrentes dessas perdas, as autoridades soviéticas esconderam as cifras exatas. Estimativas otimistas falavam num de-crécimo de 17 milhões de pessoas comparando-se 1948 e 1940. Hoje há cálculos mais precisos, indicando 27 a 28 milhões de soviéticos mortos durante a guerra, o que representa quase toda a população brasileira da época.

Cerca de 1,2 milhão de casas ruiam. Um quarto dos meios de produção foi danificado ou destruído. Cidades inteiras foram total ou parcialmente arrasadas. As enormes perdas materiais são difíceis de calcular por sua complexidade. Mas as perdas humanas devem ter causado prejuízos de longo prazo muito mais sensíveis. O poder de recuperação de uma economia depende em grande parte do capital acumulado anteriormente, mas é fundamentalmente determinado pela qualificação de seus trabalhadores e pelos métodos de organização do trabalho e da produção adotados. Uma destruição tão intensa e extrema da população jovem da União Soviética teria que pesar de forma negativa sobre todo o processo posterior.

Apesar disso, no início dos anos cinquenta a economia soviética estava recuperada. Seus planejadores concentravam-se na elaboração de grandiosos projetos hidrelétricos e hidrográficos, como as represas de Kuibishev (ou mar de Kuibishev, como é conhecido) e o canal Volga-Don, interligando cinco mares. Até meados da década, a economia e a renda nacional soviéticas continuaram crescendo a um ritmo superior a 10% ao ano, apesar das interferências da guerra-fria e da guerra quente da Coreia (1950-53), que forçaram a transferência de recursos crescentes para a indústria bélica.

Nesse período, porém, a economia soviética e seu sistema de comando começaram a emitir sinais de que havia defeitos pesando demasiadamente e causando desvios cada vez mais graves no crescimento econômico e nos custos sociais. O próprio Stálin, em trabalho publicado meses antes de sua morte, indicava problemas estruturais sérios na agricultura e no sistema de preços. Reconhecia a necessidade e a importância da produção de mercadorias, embora receitando remédios que levavam a uma maior centralização e, portanto, ao agravamento dos problemas que apontava.

Os problemas mais graves manifestavam-se nos desequilíbrios entre

produção e consumo. As prioridades continuavam sendo a indústria pesada, complementada então pela indústria bélica, a energia nuclear e a indústria espacial, todas elas exigentes de capital e conhecimento intensivos em larga escala. Os êxitos soviéticos na tecnologia militar e espacial, construindo sua própria bomba atômica, fabricando aviões supersônicos e foguetes que conseguiram colocar em órbita o primeiro satélite artificial (*Sputnik*) e o primeiro homem a viajar no espaço (Gagarin), contrastavam com a pequena oferta de bens de consumo, em especial duráveis. Mas davam a errônea impressão de que as forças produtivas desenvolviam-se ininterruptamente.

No período anterior à guerra, a União Soviética investira pesadamente na educação e na formação técnica. No pós-guerra esse investimento continuou muito alto, formando uma extensa camada de engenheiros, cientistas e técnicos nas mais diferentes especialidades. Em número e formação teórica, comparavam-se aos dos países capitalistas mais desenvolvidos. O grau médio de instrução da população soviética também subiu alto. Tudo isso fez com que a sociedade soviética ficasse mais complexa e sua população mais exigente em relação a seu bem-estar e aos bens que deveria adquirir para consegui-lo. Pode-se dizer que essa situação foi agravada pelo fato de que, embora nominalmente baixos, os salários eram fortemente complementados e subsidiados por formas indiretas, em especial benefícios sociais e preços irrisórios dos artigos de primeira necessidade. A poupança pessoal crescia em contradição com uma forte demanda reprimida, sendo calculada (1987) em 400 bilhões de rublos.

Além disso, os avanços e inovações tecnológicos obtidos na pesquisa e indústria nuclear e espacial não eram transferidos para a indústria civil. Todos tinham caráter secreto e militar. A defasagem tecnológica entre aqueles setores da economia e os demais foi se tornando cada vez maior.

Os defensores da economia altamente centralizada defendiam, com certa razão, que só era possível realizar os investimentos de capital e conhecimento intensivos nos setores estratégicos a custo de uma forte compressão do consumo. Argumentavam, também com certa razão teórica, que o baixo nível de consumo não criava nenhuma dificuldade em termos de demanda. A existência de investimentos volumosos permitia que a demanda global ficasse equilibrada com a capacidade plena do sistema econômico.

Diziam, ainda, que a centralização permitia manter sob controle o conjunto das atividades produtivas, articulando os efeitos de cada investimento no processo global de desenvolvimento. Os êxitos da União Soviética no período anterior da construção socialista seriam indicativos dessas vantagens da planificação centralizada. Os avanços que os países do Leste Europeu e a China vinham alcançando com a adoção da economia de comando de modelo soviético, socialista, também representariam uma indicação daquelas vantagens. A seu ver, portanto, os problemas que a economia soviética começava a demonstrar de forma aguda estariam relacionados não com o planejamento centralizado, mas com as tentativas de afrouxá-lo.

Eles esqueciam ou desprezavam o fato de que o sistema de comando funcionara relativamente bem enquanto vigorava um atraso econômico muito acentuado. Em tais condições, havia poucas opções de escolha. A decisão estava restrita a garantir o consumo imediato ou formar o capital que permitisse o desenvolvimento. Quanto mais rápido fosse o desenvolvimento pretendido, mais baixo deveria estar situado o consumo. Permitir um consumo maior significaria desacelerar o ritmo de crescimento. Na situação histórica daquela época, tanto interna quanto externa, optar por um desenvolvimento lento poderia representar a morte. A invasão da União Soviética pela Alemanha poderia ter tido outro resultado, se a opção adotada fosse de um equilíbrio maior entre investimento e consumo.

Escolher uma via de industrialização rápida, ainda por cima autárquica (tanto forçada pelas circunstâncias externas, quanto por opções políticas e ideológicas), também colocava os planejadores soviéticos diante de poucas alternativas de escolha quanto a prioridades. Para criar as condições de acumulação de riqueza e chegar a um novo patamar de desenvolvimento, o sistema econômico precisaria realizar investimentos consistentes na indústria pesada (energia, materiais para produzir máquinas e máquinas capazes de produzir outras máquinas). Com essa escolha, a indústria leve e a agricultura teriam mesmo que ficar restritas a produção dos bens de consumo indispensáveis à subsistência.

Entretanto, o progresso alcançado pela própria economia de comando fazia crescer a riqueza social, tornava a economia mais diversificada e impunha problemas mais complexos de escolha para os passos seguintes. Não se podia desprezar, a partir de um certo nível de crescimento, os cálculos econômicos através dos quais se deveria examinar as novas opções para obter o desenvolvimento mais adequado. O contrário poderia significar a caminhada por desvios obscuros que desembocariam em crises. Foi justamente isso que começou a ocorrer com a União Soviética a partir da década de cinquenta, agravando-se cada vez mais nas seguintes.

Embora tenham realizado várias reformas — as de Malenkov, logo após a morte de Stalin, que procurou dar mais atenção a indústria leve e a produção de bens de consumo; a de Krushev, que tentou descentralizar a economia e resolver os problemas da agricultura através da permissão das atividades individuais e familiares dos camponeses; a de Kossiguin, que tentou aprofundar as reformas econômicas anteriores e reintroduzir mecanismos de mercado na economia — os soviéticos não conseguiram sair da economia de comando. Mantiveram a prioridade da indústria pesada, impediram a transferência tecnológica da indústria bélica, nuclear e espacial para a indústria civil, desdenharam os cálculos econômicos quanto à disponibilidade de trabalho e de recursos naturais e não se preocuparam com a produtividade e o excedente que deveria obter. Talvez sem saber, continuaram aplicando rigorosamente uma ideia de Bukharin, segundo a qual a coação estatal seria capaz de resolver qualquer problema econômico.

Com isso tentaram obter o máximo de disponibilidade de recursos naturais e trabalho e o máximo de meios de produção. Não levaram em conta que esses máximos nem sempre se combinam podendo inclusive se excluir no processo de desenvolvimento da economia. O papel que a indústria de consumo dos países capitalistas desenvolvidos passou a desempenhar numa certa fase de seu crescimento demonstra justamente isso. Alcançar o máximo na acumulação de meios de produção pode resultar em crescimento desequilibrado dos fatores trabalho e recursos naturais, com taxas menores do ritmo de crescimento da economia como um todo. Consequentemente cresceram os problemas para o desenvolvimento posterior.

Os planejadores soviéticos caíram justamente nessa armadilha. Evidentemente, aos erros econômicos da planificação centralizada juntou-se o peso da burocracia. Esta contribuiu decisivamente para impedir que fossem adotadas medidas para combinar a centralização macroeconômica com a descentralização ao nível das empresas e localidades. Isto teria aberto a possibilidade de que as alternativas de escolha dos consumidores (tanto da população como das empresas) desempenhassem um papel ativo na abertura de novas vias de desenvolvimento.

O Fato de que alguns outros países do Leste Europeu apresentassem resultados aparentemente positivos a partir da adoção da economia de comando também serviu para nublar a vista dos planejadores soviéticos. Eles preferiram tratar como desvios ideológicos o caminho “autogestionário” dos iuguslavos, e a tentativa dos chineses de equilibrar a indústria pesada com a indústria leve da agricultura.

O resultado foi que a União Soviética e, depois a esmagadora maioria dos países socialistas do Leste Europeu, entrou progressivamente num processo de estagnação, com leves períodos de melhoria. O planejamento centralizado esgotou rapidamente suas vantagens naqueles países que – como a Checoslováquia, Alemanha Oriental e Hungria – já tinham uma certa tradição industrial, ou como a Polônia, onde o campesinato tinha um peso considerável. Mas mesmo nos outros – alguns dos quais procuraram ser mais realistas do que o rei, exagerando nas doses de investimento às custas do consumo – a economia de comando mostrou sinais de exaustão com muita rapidez.

A demora em introduzir reformas que dessem flexibilidade ao sistema e encontrassem mecanismos de estímulo mais eficazes ao trabalho, fez com que todas as economias de comando desandassem. A Hungria e a China, que nas décadas de sessenta e setenta, respectivamente, realizaram reformas introduzindo a economia, foram as únicas que escaparam não só da estagnação tecnológica, como da recessão geral que se abateu sobre os países socialistas. A Iugoslávia, que seguiu um sistema econômico relativamente diferente, acabou engolfada no mesmo processo geral, por razões que exigiriam um estudo mais particularizado.

O desandar das economias de comando, arrastando consigo os regimes

políticos despóticos que haviam erigido, tem sido um dos motivos mais fortes das perplexidades que tomaram conta da opinião pública em quase todos os países. No Ocidente considera-se que a abolição ou enfraquecimento do planejamento centralizado e o fortalecimento das unidades econômicas, desligando os contratos dos planos, pode efetuar milagres. Ou seja, a saída estaria no capitalismo. Nos países socialistas, as perplexidades trilham idênticos caminhos.

Perplexidades

Para ser mais correto, as perplexidades na esquerda e no mundo socialista começaram bem antes que Mikhail Gorbachev, em meados dos anos oitenta, lançasse sua *perestroika* ou reestruturação econômica, não ficando restritas ao Leste Europeu. Logo após a Segunda Guerra, a Iugoslávia decidiu seguir uma via de construção socialista que combinava, na economia, a propriedade estatal e a propriedade privada; e adotava a autogestão nas empresas e entidades econômicas estatais. Mantinha em vigor praticamente todos os mecanismos típicos do mercado capitalista. Essa decisão iugoslava, misturada com disputas geopolíticas de hegemonia regional e posições divergentes na política internacional, representaram a primeira manifestação de perplexidade na expansão socialista.

É verdade que naquela ocasião a Iugoslávia foi um caso extremo, sendo isolada dos demais países socialistas como renegada e traidora. Como as questões políticas apareciam com mais vigor na disputa, as divergências sobre a gestão econômica foram relegadas a segundo plano. Houve uma interpretação generalizada e simplista de que a Iugoslávia voltara a adotar o sistema capitalista de mercado. As vantagens e desvantagens do sistema iugoslavo de autogestão deixaram durante muitos anos de ser examinados com atenção pelas principais correntes socialistas.

Alguns anos depois do cisma iugoslavo, a China, pressionada por suas condições históricas de vasta população e desequilíbrio desproporcional entre a agricultura e a indústria, empreendeu mudanças de certa profundidade no seu modelo econômico, inspirado no soviético. A prioridade absoluta à indústria pesada estava criando graves tensões no campo chinês, o que certamente significaria tempestades destruidoras, como demonstrava sua longa história. Os planejadores chineses decidiram então reequilibrar a relação entre indústria pesada, indústria leve e agricultura, estimulando ao mesmo tempo a atividade individual privada dos camponeses e artesões. Embora não abandonassem totalmente a centralização exagerada, só o fato de manterem muitos dos mecanismos de mercado foi considerado um desvio a ser olhado com desconfiança.

O paradoxal da situação é que o cisma chinês de 1962 surgiu aparentemente por razões políticas de sinal contrário aos das reformas econômicas, como reação às reformas soviéticas de Krushev e as reformas tentadas na própria China.

Ziguezagueando desde 1957, as reformas chinesas tentaram consolidar-se em 1964, com as quatro modernizações de Chu Enlai, sendo freadas pela revolução cultural. Através desta, a China tentou, entre 1966-76, ingressar rapidamente num comunismo de massa, liquidando todos os resquícios da economia de mercado. Paradoxalmente também, a revolução cultural desorganizou o planeamento centralizado e desestruturou a burocracia, criando as condições para as reformas que se implantariam no final da década de setenta.

Os desvios húngaro e polonês explodiram no final da década de cinquenta, combinando reivindicações económicas com aspirações políticas de democratização. Na economia tinham como alvo a liquidação dos aspectos mais gritantemente defeituosos da economia de comando, visando a ampliação de certos mecanismos de mercado e sua combinação com o planeamento e o crescimento mais rápido da indústria de consumo e da agricultura. Os húngaros foram esmagados pelos tanques soviéticos e os poloneses obrigados a recuar, para não sofrer a mesma sorte. A partir daí, seguiram caminhos completamente diferentes.

A Polónia ingressou numa crise permanente, passando de exportadora a importadora de produtos alimentícios. A produtividade decresceu continuamente e a qualidade de seus produtos seguiu os passos da produção soviética, caindo sensivelmente. A escassez de uma série de bens tornou-se crónica e as dívidas interna e externa polonesa subiram sem cessar.

A Hungria, por seu turno, passou a introduzir sem alarde medidas de descentralização económica e mecanismos de mercado, deixando a pequena (e até a média) propriedade privada coexistirem com a propriedade estatal. Com isso, conseguiu elevar a produção e a produtividade agrícolas, ampliar a produção da indústria leve e manter o mercado abastecido dos produtos mais necessários. A Hungria conservou porém, aspectos consideráveis da economia de comando, manteve uma prioridade pouco lógica para a indústria pesada, e ingressou num perigoso processo de endividamento externo.

O desvio checoslovaco de 1967-68 tomou corpo quando as reformas liberalizantes de Krushev já haviam sido completamente deixadas para trás. Talvez por isso, a combinação de aberturas económicas e políticas que os checos tentavam, a exemplo dos húngaros e poloneses, na busca de um "socialismo de rosto humano", não tenha tido tempo sequer de consolidar-se. Foi simplesmente varrida pela intervenção militar patrocinada pela doutrina Brejnev.

As reformas chinesas de 1978 constituíram o desvio mais radical sofrido pela economia de comando. Elas modificaram o conceito vigente sobre o planeamento nos países socialistas. Passaram a combinar os planos orientadores macroeconómicos com planos obrigatórios somente para alguns poucos ramos económicos. Ao mesmo tempo, firmaram a ideia de que a economia mercantil, ou de mercado, deve continuar existindo durante o processo de construção socialista, apesar de confinada a certos limites.

Aceitaram, também, a tese de que as categorias do mercado(capitalista) continuam agindo durante longo tempo na economia socialista. E defendem que as economias socialistas, para sobreviver, têm que ingressar na disputa comercial e tecnológica com os países capitalistas no mercado internacional. Para isso precisam praticar uma certa abertura para o capital estrangeiro, inclusive para absorver tecnologias de ponta e adaptá-las ao seu próprio desenvolvimento. Aproveitando-se das experiências iugoslava e húngara, e também japonesa, as reformas chinesas conseguiram absorver as tendências mais importantes dos países capitalistas avançados, concentrando seus investimentos principais em setores tecnológicos de ponta e, ao mesmo tempo, empenhando-se para seu uso mais rápido na indústria de consumo de massa.

Assim, quando a União Soviética deu partida à sua *glasnost* e *perestroika*, já existiam algumas experiências concretas indicando novas alternativas de superação dos gargalos existentes nas economias socialistas. Inúmeros teóricos defendiam há tempo o fim da economia de comando e de seu monopólio e a adoção de novos mecanismos, inclusive de mercado.

A *glasnost* e a *perestroika* serviram, então, para destampar a discussão em torno da crise econômica vivida pelos países socialistas que continuavam aplicando rigidamente o planejamento altamente centralizado.

Como ocorrera com as reformas chinesas, a alternativa de adoção do mercado e de seus mecanismos ganhou uma força avassaladora. O mercado transformou-se em remédio para todas as doenças crônicas e agudas das economias socialistas. Nos países do Leste Europeu, em particular, a maioria da população passou a defender a sua adoção como ato de salvação nacional, mesmo não entendendo claramente as diferenças entre os diversos tipos de mercado, nem as relações entre eles.

Entre os políticos e os cientistas sociais teve início um animado debate sobre o tipo de mercado que os países socialistas deveriam adotar. Criaram-se correntes de opinião que simplesmente são contra a adoção de qualquer mecanismo de mercado. Outras, em sentido oposto, pretendem a adoção da economia capitalista de mercado, não enxergando qualquer possibilidade alternativa. Entre esses extremos situam-se aqueles que pretendem um mercado social.

Esse debate nem sempre se faz com clareza, nem mesmo após a vitória de forças de centro ou de direita no governo da maioria dos antigos países socialistas. Realizar uma contra-reforma na economia é muito mais complexo do que na política. Essa dificuldade gerou uma certa divisão, entre os que desejam a adoção imediata e sem mediações da economia capitalista e os que consideram que isso deve ser feito paulatinamente, tendo em conta as conquistas e os problemas sociais.

Essa discussão é mais aguda na União Soviética, onde o caos econômico vai se instalando com uma rapidez perigosa. De qualquer modo, os socialistas

talvez tenham que se preparar para mais quinze ou vinte anos de perplexidades. A disputa objetiva entre os caminhos capitalista e socialista nos antigos países socialistas ainda não se definiu, embora na maioria a tendência seja nitidamente capitalista. E a teoria da transição socialista só agora, depois de mais de setenta anos de experiências concretas, pode ser discutida e elaborada efetivamente. Tudo isso demanda tempo.

O peso do passado

A bem da verdade, a oposição ao mercado está em baixa. Ela continua se prendendo a defesa do desenvolvimento altamente centralizado e planejado da economia, um tipo de desenvolvimento cuja crise é inegável em todos os países socialistas. Com base na defesa absoluta da planificação, ataca o consumismo, considerando que a produção de bens de consumo é prejudicial ao crescimento ordenado da economia. Seu grande problema é que, além dessa tese não ser verdadeira para todas as situações do desenvolvimento econômico, a maior parte dos países socialistas construiu sociedades de escassez: o consumismo aí jamais deixou de ser uma ficção, mesmo que projetada. Basta tomar como exemplo a produção de carros. No final da década de oitenta, na Alemanha Democrática, havia um veículo para 5 pessoas; na Checoslováquia um para 5,8 pessoas; e na Hungria, um para 7,8 habitantes. Na Polônia essa relação era de um para 10,2 e na União Soviética de um para 25,4, piorando nos demais países socialistas. Enquanto isso, só para citar alguns exemplos do lado oposto, o número de pessoas por veículo era de 2,3 na Alemanha Federal, 2,7 na França e 4,0 na Espanha.

Esse tipo de oposição é somente um dos aspectos da variada e heterogênea gama de atitudes e opiniões, disseminada pelos diversos segmentos das sociedades socialistas, que se opõem a existência de mecanismos de mercado no socialismo. Os analistas ocidentais costumam concentrá-las todas no que se convencionou chamar de burocracia estatal e partidária, ou *nomenklatura*.

Há uma certa razão para isso. O sistema de comando econômico criou uma rede intrincada de relações e interesses próprios, diferentes dos interesses da sociedade a que pretensamente deveria servir. A direção, coordenação e controle dos processos de trabalho, a determinação do emprego dos meios de produção, e a definição sobre o destino dos produtos das empresas e entidades estatais, por exemplo, que deveria ser realizada pelos trabalhadores — formalmente proprietários dos meios de produção — eram (e em grande medida continuam sendo) praticados por diretores nomeados pelo Estado.

O Estado socialista, por sua vez, não é nenhuma entidade mitológica independente da ação humana. Transformou-se também numa intrincada teia de relações que, partindo dos diversos organismos locais (governos, departamentos representativos de organismos superiores etc.), afunilava em direção aos órgãos centrais, passando por uma enorme e diversificada quantidade de órgãos

intermediários, cujas relações de poder e autonomia nem sempre foram bem definidas.

Para complicar ainda mais o funcionamento dessa máquina, em todos os países socialistas ocorreu uma superposição dos organismos partidários sobre os estatais. O birô político do comitê central dos partidos dominantes operava como a presidência ou o conselho de ministros de fato, sobrepondo-se ao ministério que fora oficialmente designado como tal. Este, na prática, constituía o escalão imediatamente inferior ao birô político, chancelando as ordens daí emanadas.

Esse processo de superposição e sobreposição ocorria em todos os escalões da pirâmide governamental. As ordens expedidas pelos órgãos centrais de governo eram primeiro trabalhadas nos comitês partidários. Só depois deveriam ser aplicadas pelos organismos governamentais correspondentes. Mesmo nas empresas ou unidades de base do sistema produtivo, o secretário do comitê do partido dirigente — e não o diretor — era quem dava a última palavra. Criou-se um sistema em que a separação entre partido e governo era meramente formal. Na prática persistia uma fusão na qual o partido era o verdadeiro aparelho estatal deliberativo e decisório, embora se escondesse sob a fachada de um Estado separado. O partido dominante perdeu sua função de organizador e mobilizador político, vivendo exclusivamente para a administração do Estado. O Estado engoliu o partido, duplicando a máquina estatal.

Isso não significa que os ministros e outros dirigentes do Estado, nos diversos níveis, não tivessem e não exercessem poder. Eles só alcançavam postos na máquina estatal porque eram dirigentes partidários, em grande parte dos casos sendo membros dos birôs políticos e comitês dirigentes do partido. Todos eles possuíam algum tipo de poder e exerciam alguma influência na nomeação dos secretários do partido, diretores de empresas e de entidades estatais. As relações assim criadas não sofriam qualquer interferência democrática dos trabalhadores. Eram norteadas por critérios geralmente subjetivos, de interesse dos dirigentes.

A elite burocrática, estatal e partidária, criada dessa forma, passou a exercer o monopólio sobre todos os aspectos da vida das sociedades socialistas. Amarrou sua legitimidade ao êxito ou fracasso da economia. O que não ocorre no capitalismo, onde a separação de poderes e, de certo modo, a separação entre os partidos dominantes e o governo, e entre este e o sistema econômico-social, criou mecanismos de defesa. O fracasso de uma ou de algumas dessas instituições nem sempre é relacionado ao fracasso do conjunto do sistema econômico-social. Na luta ideológica e política, essa aparência joga um papel extraordinário.

O monopólio do poder, particularmente quando é exercido por um partido único, tem ainda a desvantagem de se constituir no canal exclusivo de representação e atividade política. E inevitável, assim, que segmentos diferenciados da população, mesmo não aceitando os pressupostos teóricos do partido dominante e do Estado socialista, ingressem no partido simplesmente para fazer carreira política. Após o desencadeamento do processo de liberalização

política proporcionado pelo *glasnost*, surgiram inúmeros grupos políticos, grande parte deles formados por ex-membros dos partidos dominantes. Entretanto, ao contrário do que ocorria no passado, não são unicamente dissidências no comunismo ou no socialismo. Em diversos casos, são agrupamentos de correntes liberais, neoliberais ou de variantes destas. Achavam-se abrigadas nos partidos comunistas, socialistas ou assemelhados, ocultando sua verdadeira natureza, mascarando-a, por não encontrar outra opção de ação política.

É interessante notar que há inúmeros exemplos de integrantes dessas correntes que galgaram altos postos no regime despótico. Na Alemanha Oriental, vários membros da democracia-cristã participaram do governo Hoenecker. Na Hungria, boa parte dos membros dos Jovens Democratas, partido de adeptos fervorosos de liberalismo, iniciou sua carreira política no Partido Socialista dos Trabalhadores Húngaros. O atual presidente da Eslovênia, de forte perfil nacionalista e adepto do retorno pleno do capitalismo, foi alto dirigente da Liga dos Comunistas.

Nessas condições, na medida em que se instalou a crise econômica, acentuou-se um processo de diferenciação interna na burocracia sobre os caminhos a seguir. É verdade que esse quadro não foi o mesmo em todos os países do Leste. Mas na maioria deles foi justamente uma ala da burocracia que assumiu a tarefa de introduzir as reformas. Na União Soviética, Hungria, Bulgária e Albânia, isso é bastante claro. Mesmo na Romênia, onde foi preciso derrubar a força a ditadura de Ceausescu, foi uma parcela significativa do antigo PC e das forças armadas que dirigiu o processo de mudanças. Onde isso não foi possível—como na Alemanha Democrática, Checoslováquia, Polônia e na maioria das repúblicas da Iugoslávia—, os antigos partidos dirigentes foram praticamente aliçados do processo político, como resultado das eleições democráticas.

Não cabe, desse modo, a análise de que a burocracia, como um todo, está em oposição à economia de mercado. Para ser completamente rigoroso, é preciso admitir que uma parte da burocracia defende inclusive a restauração do capitalismo, o que é visível na posição da ala dirigida por Boris Ieltsin, recentemente eleito presidente da Federação Russa da União Soviética. Em todos os países socialistas do Leste, são incontáveis os casos de antigos dirigentes partidários e estatais que simplesmente tornaram-se empresários, aproveitando-se de antigos conhecimentos e relações para desenvolver seus negócios. Os membros das máfias, que traficavam na economia obscura ou camuflada, em grande parte estão se reciclando e transformando-se em empresários legalmente constituídos.

Mas há setores da burocracia que resistem à economia de mercado e trabalham contra sua instauração. Alguns simplesmente não querem perder os privilégios que usufruíam como membros da *nomenklatura*, embora tais privilégios nem de longe possam ser comparados aos adquiridos pelos diretores e outros burocratas envolvidos na economia camuflada. De qualquer modo, há

bastante gente, que se contenta em ganhar pouco, desde que trabalhe o mínimo. Estes não querem qualquer tipo de mudança.

Há segmentos, porém, que não concordam com o mercado, mas desejam mudanças que tirem o socialismo da crise e o levem para diante, com democracia e atendimento das necessidades populares. Esses segmentos apoiaram o processo inicial das mudanças, mas no momento seguinte deram-se conta de que elas toniavam o irresistível caminho do mercado capitalista. Em alguns países, como na Alemanha, na Checoslováquia e na Polônia, tais segmentos foram os responsáveis pela resistência de esquerda ao monopólio do poder e pelas mobilizações que tomaram vulto durante o ano de 1989. Novo Forum (Alemanha), Alternativa de Esquerda (Checoslováquia) e KOR (Polônia), foram algumas das organizações de esquerda que se destacaram nesses países, mas perderam o pé no curso dos acontecimentos e hoje se encontram dispersos e fragmentados na perplexidade da nova situação.

É preciso considerar, também, toda uma antiga geração, que chegou a participar dos processos revolucionários e da resistência ao nazismo e fascismo. Para elas o sistema socialista representou uma melhoria substancial de vida, apesar de todas as distorções. As gerações que enfrentaram as inseguranças do capitalismo, a ameaça do desemprego, a fome, a falta de assistência social, as moradias miseráveis ou a ausência de moradia, gerações que ainda hoje pesam no conjunto da população, guardam vivas as conquistas positivas do socialismo e acabam culpando as reformas pelos problemas hoje enfrentados. As camadas camponesas, cuja situação é muito parecida com a dessas antigas gerações, parecem pensar de forma idêntica. Eles votaram maciçamente nos ex-comunistas nas eleições da maioria dos países do Leste Europeu e garantiram sua vitória na Romênia, Bulgária e Albânia. Na Alemanha e na Hungria, são essas camadas que ainda resistem à destruição das cooperativas e protestam contra o fim dos subsídios à agricultura, opondo-se à política suicida que coloca sua produção agrícola em desvantagem, comparativamente aos produtos subsidiados do capitalismo ocidental.

A essas camadas, opostas à economia de mercado, incorporam-se agora os desiludidos. Aqueles que, como os operários do lado oriental da Alemanha, acreditaram que a economia de mercado lhes traria a bonança e o bem-estar no dia seguinte. Enfrentando o desemprego ou sua ameaça, a subida de preços (inclusive dos aluguéis, que eram irrisórios, e dos remédios, que eram gratuitos), a nova disciplina de trabalho e outros fenômenos típicos da economia de mercado, sentem-se enganados e frustrados e não sabem para onde ir. Muitos, como os operários alemães, começam a achar o caminho dos protestos contra aquilo que até há pouco ansiavam por ver instalar-se em lugar do antigo sistema.

O certo é que a esmagadora maioria daqueles que se opõem, total ou parcialmente, a introdução de mecanismos de mercado nas economias socialistas, não têm unidade e vivem sob o peso do passado. Sabem que o passado não volta e, se voltasse, talvez fosse para um desastre maior. Os mais

politizados e conscientes se dão conta de que as distorções do passado tiraram dos defensores do socialismo, por um longo período, a moral para defender um sistema que apresentou, ao lado de polêmicos aspectos positivos, tantas realizações negativas. Talvez tenham que esperar que outros povos demonstrem a viabilidade de novos caminhos socialistas para retomar a esperança.

O capital por nós

A acumulação do capital, em seu início, teve a ajuda indispensável dos Estados monárquicos e absolutistas da Europa, principalmente através de seus monopólios de comércio. Os principais instrumentos de acumulação de riqueza na Inglaterra, Holanda e França foram mecanismos extra-econômicos como pilhagens, pirataria, guerras e escravidão de povos. A utilização indiscriminada de mecanismos extra-econômicos foi essencial para a acumulação de riquezas, para a criação de mercados e, inclusive, para transformar a força de trabalho numa mercadoria como qualquer outra.

Os Estados Unidos foram o único país que, produto da colonização, seguiu um caminho capitalista democrático, embora restrito aos imigrantes europeus. Os indígenas e os negros escravos das plantações de algodão do sul, excluídos desse caminho, suportaram o peso da selvageria destruidora da acumulação. A lei do mais apto agiu nos Estados Unidos, oferecendo oportunidades somente a maioria dos colonos brancos que para lá se dirigiu em busca de terra, trabalho e liberdade.

Na Europa, ao contrário, a ordem feudal impunha muitos limites ao desenvolvimento capitalista livre. Só conseguiram participar do processo inicial da acumulação capitalista aqueles que, por uma ou outra razão, serviam aos interesses mercantilistas da monarquia ou os que, apesar dos obstáculos, abriram seu caminho contra tudo e contra todos. Quando ocorreram as revoluções burguesas - sob o lema geral de igualdade, liberdade e fraternidade - o poder econômico já estava bastante concentrado nas mãos de um pequeno setor da sociedade. A esmagadora maioria da população não tivera qualquer chance de participar da disputa pelo capital.

De qualquer modo, tanto nos Estados Unidos quanto na Europa, na medida em que o capitalismo se tornava a ordem economicamente dominante, tomava corpo um conjunto de idéias que advogava o livre comércio, a ação livre das forças de mercado e o confinamento das atividades do Estado aos serviços indispensáveis para a vida social. Esse conjunto de idéias, denominada liberalismo, defendia que o bem estar só poderia ser alcançado por meio da posse particular da propriedade, da existência de um mercado livre e de bancos completamente independentes do Estado e a serviço daquele mercado livre. *Laissez-faire, laissez passer* : deixar fazer, deixar passar, esse foi o grande mote propagandístico sob o qual o manto do liberalismo econômico se estendeu pelos países capitalistas desenvolvidos da época.

Entretanto, os mecanismos de mercado, deixados a si próprios como queriam os liberais, não representavam o melhor instrumento para o desenvolvimento da riqueza geral. Ao contrário, a riqueza geral jamais existiu sob o capitalismo. "O capital a nós, capitalistas", era na verdade o lema prático do liberalismo. A distribuição da renda excedente, gerada pelo trabalho dos membros da sociedade, era realizada através de relações de força, em geral desiguais, e não por supostos mecanismos justos de mercado. O salário, isto é, a parte da renda destinada aos trabalhadores assalariados, dependia das relações de força entre trabalhadores e capitalistas. Quanto menor a parte da renda destinada aos salários, maior a parte destinada ao lucro, a parte excedente que cabia ao capitalista.

Ao contrário do que afirmavam os liberais, na sociedade capitalista não se movimentavam agentes econômicos com interesses idênticos e que enfrentavam oportunidades iguais. As oportunidades eram desiguais e os interesses diferentes e contraditórios. No final do século passado, conforme o relato de Barbara Tuchman em *A Torre do Orgulho*, "um operário de uma fábrica de charutos e sua mulher, na Inglaterra, ganhando 13 cêntimos por hora, trabalhava dezessete horas por dia, sete dias na semana, para se manter a eles e a três filhos"; "a morte era a única saída e a única extravagância e as insignificantes economias de uma vida inteira acabavam dissipadas na carreta funerária".

Se a situação dos que trabalhavam era essa, a dos que não conseguiam emprego no mercado capitalista era ainda mais desesperadora. Apesar disso, a filosofia capitalista sempre considerou o excedente de força de trabalho como a base da formação do lucro, uma verdadeira lei natural de formação da população trabalhadora que não deveria ser modificada por qualquer legislação. Em qualquer país capitalista é considerado normal que até 10% de sua força de trabalho esteja desempregada.

O mercado livre também só funcionava para os capitalistas que haviam acumulado mais e para as nações mais desenvolvidas. Estas derramavam seus produtos industriais, de custos mais baixos, sobre os países de menor desenvolvimento econômico. Desorganizavam assim o artesanato ou a incipiente industrial local e depois passavam a exercer uma posição monopolista. O livre mercado jamais beneficiou as empresas mais fracas ou as nações menos desenvolvidas. Além disso, quando estas conseguiam, por qualquer circunstância, chegar ao mercado dos países capitalistas desenvolvidos, tinham que enfrentar tarifas alfandegárias, contingenciamentos e outros mecanismos protecionistas.

Foram as crises cíclicas, surgidas nas condições de livre funcionamento do mercado, que derrubaram o liberalismo. A curto prazo, a livre e desenfreada exploração da mão-de-obra só prejudicava aos mais fracos, não ao capitalismo avançado; mas a crise econômica, se piorava a situação dos trabalhadores, colocava em risco e levava à falência não poucos capitalistas.

As crises cíclicas do capitalismo se caracterizaram por uma situação em que

a oferta de produtos tornou-se muito maior do que a capacidade ou poder aquisitivo da sociedade em absorvê-la. Essa situação levava o conjunto da economia ao desequilíbrio, funcionando como uma reação em cadeia. Os capitalistas que não conseguiam colocar seus produtos no mercado, por não encontrarem compradores, diminuam ou cessavam a produção, despedindo seus trabalhadores. Com isso, faziam cair ainda mais o poder aquisitivo da sociedade e deixavam de comprar materiais e equipamentos de outros capitalistas. Estes se viam compelidos a tomar atitude igual, gerando resultados também idênticos: mais desemprego, menor poder aquisitivo, menor produção. A crise se alastrava por todo o sistema produtivo.

A de 1929, de caráter mundial, foi a mais séria delas. Paradoxalmente, como comumente ocorreu no capitalismo, ela se seguiu a um período de grande prosperidade. Os chamados felizes anos vinte assistiram a uma acelerada evolução tecnológica, particularmente nas indústrias mecânica, elétrica e química, acompanhada de uma progressiva concentração econômica, que se manifestava na formação dos consórcios, trustes, grandes bancos e complexos industriais.

Essa expansão econômica e o aumento da renda nacional dos países avançados ocultavam, na realidade, os sintomas da crise. O desemprego aumentava progressivamente, a produção encontrava crescente dificuldade para ser comercializada em virtude do rebaixamento do poder aquisitivo, os lucros de certos ramos apresentavam fortes tendências de queda. Paralelamente a isso, a cotação das ações nas Bolsas de Valores, sobretudo nos Estados Unidos, sofria altas vertiginosas. Essa situação desequilibrada sofreu uma ruptura no dia 24 de outubro de 1929 (a famosa terça-feira negra), quando a Bolsa de Nova York simplesmente quebrou.

A crise econômica se instalou e afetou a todos os países capitalistas. Os créditos foram suprimidos, as exportações sofreram um retrocesso brutal, caíram os preços das matérias primas e dos produtos agrícolas (no Brasil o governo ordenou a queima de parte significativa da produção de café), bancos e empresas faliram e o desemprego assumiu uma feição assustadora: 15 milhões de trabalhadores sem emprego nos EUA, 6 milhões na Alemanha. Ao todo, cerca de 30 milhões de desempregados nos países capitalistas desenvolvidos.

Uma das formas de evitar as crises cíclicas seria aumentar os salários, para estimular o consumo. Entretanto, os capitalistas, cada um atuando de acordo com o horizonte de seu próprio interesse individual, eram incapazes de avaliar o papel que a elevação de salários desempenharia para regular a demanda global da sociedade. Para eles, a elevação salarial rebaixava o lucro no momento imediato. O capitalismo, solto no redemoinho do mercado livre, negava-se a adotar aquela medida. Punha então em risco não só a existência do lucro, que tanto queria preservar, como sua própria existência como capitalista.

As consequências das crises cíclicas sobre a sociedade, causando

desemprego em massa, falências, rebaixamento brutal da produção e inúmeros problemas sociais, obrigaram o Estado a interferir na economia para salvar o próprio capitalismo. Notadamente a partir da crise mundial de 1929, o Estado passou a desempenhar um papel importante na superação da crise cíclica, através das despesas públicas. Estas serviam como instrumento de estímulo as atividades econômicas e ao aumento da demanda global. Praticamente todos os países desenvolvidos seguiram as indicações de um economista inglês chamado Keynes, que defendia a necessidade dos investimentos do Estado para estabelecer o equilíbrio na economia.

Nos Estados Unidos e na Alemanha, o Estado passou a criar postos de trabalho e a realizar investimentos para recuperar a produção industrial e agrícola. O *New Deal* do presidente Franklin D. Roosevelt englobou, além disso, um importante conjunto de reformas, incluindo o fechamento de bancos, proibição de exportar e de entesourar ouro e moedas estrangeiras, anistia as dívidas dos agricultores, fixação de limites para a produção industrial, acordos sobre preços, fixação de jornadas máximas e mínimas de trabalho. O programa de construção de obras públicas (centrais elétricas, complexos industriais, obras de irrigação, moradias), em especial, desempenharam papel decisivo para solucionar o problema de desemprego massivo e elevar a massa salarial. Na Alemanha, já sob o governo de Hitler, a retomada econômica foi obtida através de financiamentos a agricultura, investimentos na construção de estradas e predomínio da política de rearmamento.

Mesmo seguindo caminhos diferentes (na Inglaterra e na França, por exemplo, ocorreu um processo intenso de nacionalização e participação estatal nas empresas), os Estados capitalistas retiraram seus países da crise cíclica e, a partir de então, através do planejamento e da intervenção na economia, conseguiram um razoável controle sobre ela, embora não tenham conseguido livrar-se de novos períodos recessivos. Ou escapar de sua propensão para resolver a disputa de mercados através da guerra. Tudo isso deixou o velho liberalismo sem prestígio durante um longo período.

Somente nos últimos anos surgiu um novo liberalismo, que vem alcançando expressão cada vez maior, tanto em virtude das desregulações ou liberalizações levadas a cabo pelos países capitalistas mais desenvolvidos, quanto pelas mudanças que ocorrem no socialismo. Do mesmo modo que mercado e democracia parecem varas de condão nos países socialistas do Leste, neoliberalismo e modernidade são apresentados como a chave para o novo patamar do desenvolvimento capitalista do século XXI.

Os neoliberais defendem a reintrodução da economia de mercado — sem qualquer disfarce — nos antigos países socialistas. São extremamente sinceros em sua pregação, preferindo centenas de milhares ou milhões de desempregados a ver uma economia funcionando mal. Propõem a privatização de todas as empresas estatais, especialmente através de sua compra pelos capitalistas dos países desenvolvidos, a retirada de qualquer interferência na vida econômica e o

fim de qualquer regulamento que iniba a ação do mercado. Na prática, retomam as principais teses dos antigos liberais, sendo responsáveis pelos processos de desregulamentação, liberalização e privatização econômicas levadas a efeito em vários países capitalistas e também na Polônia, Hungria e no território da antiga Alemanha Oriental.

Livre comércio, mercado livre e privatização voltaram a soar como palavras mágicas para resolver os problemas, tanto do mundo capitalista, quanto socialista. Margareth Thatcher, da Inglaterra, e Ronald Reagan, dos EUA, tornaram-se campeões da aplicação das idéias neoliberais em seus países e no mundo. Para Reagan, o setor privado deveria incumbir-se de programas próprios de desenvolvimento econômico. Para facilitar essa missão, aprovou cortes nos impostos americanos, na suposição de que isso deveria levar os capitalistas a investirem mais. E decidiu-se estimular o setor privado a substituir o Estado nos investimentos de infra-estrutura (transportes, energia, comunicação etc.) e educação. Para Thatcher, o que impedia o rápido desenvolvimento da economia inglesa era o excesso de nacionalização ou estatização, a estensão dos benefícios sociais e a falta de coragem política para fechar as empresas tecnologicamente obsoletas e deficitárias, como as minas de carvão.

A desregulamentação americana e também a inglesa, porém, segundo analistas que defendem o próprio capitalismo, criou uma situação muito delicada. A Inglaterra continuou com um ritmo de crescimento muito lento, tendendo a estagnação. Os Estados Unidos permitiram que sua infra-estrutura entrasse em processo de decomposição, que seus mercados externos fossem disputados e perdidos para outros concorrentes, que seu mercado interno fosse invadido por capitalistas de outros países.

Na realidade, ocorreu o inverso daquilo que Reagan planejava. Na busca de lucros mais rápidos, os capitalistas americanos aproveitaram os cortes fiscais para aplicar em papéis especulativos. Durante a década de oitenta, os americanos investiram menos do que todos os países desenvolvidos em novas unidades produtivas, em educação e na renovação do equipamento e da infra-estrutura. Sob a ação das forças livres de mercado, as autoridades americanas perderam o controle sobre áreas de importância estratégica, como as taxas de juros, flutuações do dólar, movimento externo e recursos para o financiamento dos programas de desenvolvimento estrangeiros e para evitar que sua produtividade entrasse em queda. O orçamento e a balança comercial dos Estados Unidos passaram a apresentar deficits astronômicos e sua dívida externa tornou-se a maior do mundo.

Enquanto o neoliberalismo fazia com que a Inglaterra e Estados Unidos acentuassem seu declínio, descentralizando e fragmentando sua economia, a Alemanha e o Japão seguiam o caminho inverso, embora os propagandistas do capitalismo procurem identificar os processos como iguais. Na verdade, os capitalistas alemães e japoneses entregaram ao Estado o papel de centralizar fortemente o planejamento econômico e o estímulo ideológico à coesão nacional.

Através do planejamento centralizado, o Estado desses países orientou seus capitalistas para um processo seguro e ampliado de participação no mercado internacional, de controle sobre os salários, de adaptações tecnológicas, produção em larga escala a custos mais baixos, constante adoção de novas tecnologias de produtos e novas formas de organização de trabalho.

Os japoneses conseguiram se tornar, durante a década de oitenta, uma potência econômica e financeira de primeira linha. Mas para isso, o Japão obrigava as companhias estrangeiras que queriam investir em seu mercado a associar-se a empresas locais. Impunha sobre elas uma série de limitações, inclusive proibindo-as, até os anos oitenta, de remeter lucros para as matrizes. O Japão direcionou todo seu processo de geração de excedentes de capital para sua própria poupança e para o comércio externo. Manteve durante décadas os salários extremamente baixos, restringiu ao mínimo o crédito pessoal, inclusive para a construção de casas próprias, evitou taxar as cadernetas de poupança e especializou-se em produtos de alta tecnologia, baixo consumo de energia e alta produtividade.

Livres de despesas militares, os japoneses puderam investir parcelas crescentes de seu produto interno na poupança e nos investimentos industriais. As empresas industriais puderam se beneficiar de baixos custos de capital, conseguido por meio de controles rígidos sobre o sistema financeiro e as taxas de juros. As financeiras estrangeiras foram impedidas de operar livremente no mercado japonês, enquanto as companhias japonesas eram estimuladas e financiadas para investir no exterior. Isso tudo fez com que o Japão montasse um tubo de sucção na rica economia americana, com derivações em outras economias "livres". A riqueza passou a fluir para o Japão, que acumulou uma fortuna equivalente a um trilhão de dólares disponíveis para investimentos no exterior.

Comprando títulos do governo americano, adquirindo fábricas, bancos, terrenos, imóveis, tanto na Inglaterra quanto nos Estados Unidos e outros lugares, o Japão conseguiu tornar-se o maior credor dos Estados Unidos e influir poderosamente sobre o sistema financeiro americano e mundial. Dos 100 maiores bancos do mundo, 33 são japoneses, 12 alemães e somente 9 americanos.

Nada do que foi realizado pelo capitalismo japonês tem qualquer coisa a ver com as idéias neoliberais. Na verdade, contou com uma eficaz intervenção estatal nos processos de planejamento a longo prazo; na imposição de sacrifícios aos trabalhadores, que tiveram por muitos anos suas necessidades de consumo reprimidas por meio de apelos ao patriotismo e a grandeza nacional; e na proteção da indústria japonesa através de inúmeras medidas protecionistas. Caminho semelhante foi seguido pela Alemanha Federal, apesar das diferenças em relação ao tratamento dado aos trabalhadores que, conseguindo uma coesão sindical mais forte de que os japoneses, conquistaram importantes melhorias salariais e benefícios sociais. Em compensação, a Alemanha tornou-se um

poderoso polo exportador antes do Japão.

Paradoxalmente, o neoliberalismo ganhou alento justamente em virtude do desenvolvimento consistente da Europa (particularmente Alemanha) e do Japão. Tendo acumulado uma enorme riqueza e transformado os Estados Unidos em campo de aplicação de suas exportações de bens, serviços e capitais, esses países capitalistas pareceram aceitar, em nome da liberalização, a pressão americana contra seu sistema protecionista.

No esforço para recuperar o tempo perdido e reverter seu declínio, os Estados Unidos enfatizavam as delícias e vantagens do livre comércio, da desregulamentação econômica (permitindo que qualquer empresa invista em qualquer país, sem restrições) e da privatização dos setores em mãos do Estado. Pretendiam, desse modo, disputar o mercado interno em expansão da Europa Ocidental e do Japão. Entretanto, como no capitalismo a vantagem é de quem tem o capital acumulado, as exigências americanas de desregulamentação acabaram por voltar-se contra os próprios Estados Unidos.

Japão e Alemanha aproveitaram-se para penetrar ainda mais profundamente no mercado americano e adquirir mais empresas dos Estados Unidos. Em 1988, o capitalismo japonês já controlava 450 bilhões de dólares em ativos nos EUA (1,7% de todos os ativos americanos) enquanto isso, as empresas americanas enfrentavam dificuldades muito sérias para concorrer nos disputados e relativamente fechados mercados internos alemão e japonês, cuja desregulamentação vem sendo meticulosamente planejada para garantir as vantagens comparativas de seus capitais, tanto no mercado externo quanto interno.

O capitalismo japonês, por exemplo, só aceitou a introdução de uma desregulamentação paulatina e planejada de seu mercado quando isso correspondeu inteiramente a seus próprios interesses. Com centenas de bilhões de dólares estocadas, o sistema financeiro japonês precisava de canais abertos para fazer com que eles fluíssem sem resistência em todo o mundo desenvolvido, aproveitando-se da vantagem que tal estoque lhe fornecia. Só agora o capitalismo americano começa a se dar conta de que sua desregulamentação o deixou suspenso sobre uma lâmina cortante que separa a estabilidade do caos.

Parcelas crescentes de capitalistas americanos começam a argumentar que a liberação serviu mais aos detentores de grandes excedentes de dólares, provenientes das exportações superavitárias (Japão e Alemanha, principalmente) do que a si próprios. Na realidade, os Estados Unidos tornaram-se estação de transbordo de capitais: ele os arranca dos países capitalistas não desenvolvidos da África, Ásia e América Latina, mas os perde depois para o Japão e Europa Ocidental.

Idéias protecionistas, exigindo a edição de novas regulamentações e medidas de proteção estatal, passaram a fazer parte do receituário de crescente número de analistas americanos. Voltaram a dizer claramente, como no período

que se seguiu a grande depressão de 1929, que o livre comércio é simplesmente uma ideologia e prática empresarial que serviu aos interesses americanos numa determinada fase histórica.

Os Estados Unidos, segundo eles, nunca foi nem e um país que deva praticar o livre comércio. Ainda agora, com toda a liberalização proclamada, permanecem em vigor vários mecanismos protecionistas, como tarifas alfandegárias, contingenciamentos, cotas de importação e penalidades a países que transgridam real ou ficticiamente as regras americanas de comércio internacional.

Mas isso não tem bastado para garantir os Estados Unidos contra a disputa avassaladora imposta pelo Japão e pela Europa Ocidental no próprio mercado interno americano. Na verdade, as exportações intensivas de equipamentos eletrônicos japoneses criaram uma situação próxima do monopólio e o sistema financeiro japonês já dá as cartas no mercado financeiro americano. Diante dessa realidade, o capitalismo americano reivindica que o Estado volte a intervir de forma consciente e planejada na economia.

Essa intervenção deveria estender-se a adoção de políticas e legislações industriais e comerciais que protegessem as indústrias estratégicas, congelassem a desregulamentação financeira e restringissem a venda de empresas americanas a estrangeiros. O que parcelas crescentes do capitalismo americano querem e acabar com o neoliberalismo dentro de casa, ao mesmo tempo em que defendem a sua manutenção e extensão aos países do terceiro e quarto mundos e aos países socialistas. Esses países são chamados — e muitas vezes forçados — a adotar políticas de ajuste que os EUA jamais pensariam aplicar. Receitam medidas de austeridade para reduzir o déficit e a dívida externa dos outros, mas em nenhum momento se dispõem a adotá-las para seu próprio caso.

Os neoliberais acham que a privatização e a desregulamentação são os remédios que faltam para países como o Brasil e as nações socialistas saírem da crise. Eles receitam, pois, remédios diferentes para os Estados Unidos e para o restante do mundo. Essa contradição levará a onda neoliberal, apesar de todo o espalhamento com que se apresenta, a diluir-se no ar do mesmo modo que o antigo liberalismo.

O neoliberalismo só apresenta atrativos para as economias desenvolvidas que hoje estão aparentemente a salvo de crises mais profundas. Entretanto, mesmo nelas a liberalização não passa de um engodo. O Estado interfere em todas as ações econômicas estratégicas, procurando garantir uma articulação ótima para obter o máximo de acumulação de capital. Tudo as custas dos outros países. "O capital a nós, liberalismo para os outros", e a orientação seguida para subordinar ainda mais as economias dos outros países a seus monopólios e oligopólios.

Nos países onde a riqueza acumulada pelos capitalistas locais é proporcionalmente pequena, colocando-os sem capacidade de investir capital

em empreendimentos que alavanquem o desenvolvimento, o receituário neoliberal pode conduzir ao desastre. Nesses países, só o Estado ou o capital estrangeiro podem reunir a poupança disseminada pela sociedade e direcioná-la como capital para investimentos produtivos de cunho estratégico. Somente o Estado, por outro lado, possui os instrumentos necessários — econômicos e administrativos — para fazer com que o crescimento do consumo seja menor do que o crescimento da renda, permitindo que os investimentos sejam realizados numa proporção que sustente o desenvolvimento.

Além disso, só o Estado tem condições de superar, através de medidas legislativas e administrativas, os problemas estruturais que impedem o processo de desenvolvimento. Isto diz respeito, tomando ainda o Japão como exemplo, a medidas de reforma agrária, que ampliem o mercado interno, liberem mão-de-obra para a indústria e os serviços e permitam o aumento da produção e da produtividade agrícolas; ou medidas de proteção e estímulo às pequenas e médias empresas, de modo que elas complementem as grandes empresas. Produzindo componentes a custos mais baratos, e absorvendo a mão-de-obra excedente do processo de modernização técnica das grandes empresas, evitam que tal processo tenha um custo social muito alto.

A intervenção estatal na economia tem ocorrido até mesmo naqueles países onde a industrialização tardia se deu com o concurso majoritário de investimentos estrangeiros, como o Brasil. Se o Estado brasileiro não houvesse assumido a tarefa de investir pesadamente na infra-estrutura indispensável para a realização das atividades industriais, dificilmente o país teria conhecido as altas taxas de crescimento econômico das décadas de sessenta e setenta. Não foi por acaso que todo o discurso privatista e defensor da livre iniciativa capitalista, dos governos militares e dos que os sucederam, encontraram dificuldades enormes para materializar-se na prática cotidiana.

Entretanto, apesar da experiência histórica haver demonstrado a fragilidade e a inconsistência do liberalismo, seu sucedâneo moderno parece ainda capaz de uma sobrevida. A gestão econômica do Estado, desastrosa em muitos países do mundo, aí incluídos os países socialistas do Leste Europeu, faz com que o neoliberalismo ainda apareça como uma teoria econômica promissora.

Desse modo, para redescobrir que tanto o neo quanto o velho liberalismo continuam buscando o capital para si e não para a sociedade, é provável que alguns desses países tenham que viver o aprendizado, quase sempre doloroso, do domínio dos mecanismos do mercado capitalista. Os alemães-orientais, com seus milhões de desempregado, já estão bem adiantados no treinamento.

Civilizando o Capital

A idéia de que o Estado deveria intervir na economia para construir uma sociedade de bem-estar apareceu bem antes a grande crise de 1929. A Sociedade Fabiana, surgida na Inglaterra em fins do século passado, defendia o

fortalecimento do Estado para captar mais receitas que lhe permitissem evitar o desemprego. Era um grupo de socialistas que acreditava no aumento do capital pelos capitalistas como a melhor forma de garantir o pleno emprego e todos os benefícios que daí poderiam advir.

A Sociedade Fabiana surgiu num momento em que o liberalismo já experimentava seu fracasso, ao não proporcionar a riqueza geral que prometera. Os resultados da exploração capitalista sobre os trabalhadores vieram à luz com muita intensidade, tornando impossível qualquer ilusão a respeito. No início do século, a Inglaterra era o país mais rico do mundo, mas uma considerável parcela de sua população vivia em condições sub-humanas. O desemprego, mesmo quando não havia crise, fazia estragos consideráveis entre os trabalhadores, que não gozavam de nenhuma segurança ou benefício social.

A Jornada de trabalho era exaustiva. No início do século XX, a Jornada de doze horas e a semana de sete dias de trabalho ainda permaneciam vigentes na maior parte dos países ditos avançados. A chamada semana-inglesa de descanso dominical só foi conquistada no período anterior a Primeira Guerra Mundial, no bojo das medidas legislativas de cunho social aprovadas pela Câmara dos Comuns.

Antes disso, a luta pela Jornada de oito horas produziu inúmeras baixas entre os trabalhadores. Barbara Tuchman transcreveu o sentimento liberal que animava os magistrados americanos diante da greve da fábrica de vagões Pullmann, pela Jornada de oito horas: "É necessário que os militares matem dentre a multidão para que a questão acabe. Só mataram seis... até agora. Isto não chega para causar impressão" (Juiz William Howart Taft, de Cincinnati); "O sentimento que neste momento anima uma larga proporção de nosso povo só pode ser suprimido, como o foi a Comuna, apanhando dez ou doze dos seus líderes, pondo-os contra uma parede e matando-os a tiros" (Theodore Roosevelt, que chegou a Presidente dos Estados Unidos).

Essa era a forma liberal de tratar os movimentos trabalhistas que, a rigor, ajudavam o capitalismo a modernizar-se. No entanto, em lugar de conseguir suprimi-los, tornava-os mais organizados para enfrentar as repressões. E daí lhes razão para combater o capitalismo com as mesmas armas. Os social-democratas, na Europa continental, e os trabalhistas, na Inglaterra, acabaram por ganhar terreno. Forçaram o capitalismo a fazer concessões que melhorassem as condições de vida e trabalho e, ao mesmo tempo, apresentavam a perspectiva de um novo sistema social—socialismo —, livre da exploração e dos males capitalistas. Diferenciavam-se dos Fabianos, que continuavam buscando um socialismo dentro do capitalismo.

Em virtude de pressão social-democrata e trabalhista, os países capitalistas de desenvolvimento mais rápido, beneficiados pela expansão colonial, adotaram novas táticas para enfrentar os socialistas. Promulgaram legislações sociais que asseguravam uma série de direitos e conquistas para seus trabalhadores,

incluindo salários, Jornada de oito horas, assistência médica, seguros, aposentadoria, melhoria das instalações fabris etc., em grande parte assumidas pelo Estado. Os excedentes gerados pela exploração de outros povos permitiam ao capitalismo desses países manter seus trabalhadores em melhores condições de vida e de trabalho.

Mesmo assim, entre as duas grandes guerras mundiais a repressão continuou feroz como antes. O capitalismo foi alertado pela Revolução Russa de 1917 sobre o perigo que corria caso continuasse mantendo os processos selvagens de exploração e opressão. Isso reforçou seus esforços para cooptar a social-democracia, ao mesmo tempo que aguçava nele o espírito de conservação, dispondo-o a apelar a todos os meios para manter seu sistema social. Por isso, apesar da existência de um setor do socialismo que decidiu limitar-se ao caminho das reformas, a social-democracia só conseguiu impor-se como alternativa civilizatória do capitalismo após a catástrofe da Segunda Guerra Mundial.

A social-democracia viu então suas propostas ganharem consistência e serem adotadas como políticas governamentais por uma série de países.

Defendendo um mercado com sentido social, os social-democratas atribuíam ao Estado o importante papel de redistribuir os frutos do crescimento entre o conjunto da sociedade. Ao Estado caberia fornecer a sociedade aqueles serviços indispensáveis, que não devem ficar sob a gestão dos interesses particulares, como justiça, segurança, defesa. Ou aqueles que a própria sociedade julgasse que não deveriam ser executados por empresários privados, como transportes, saúde, educação. O Estado deveria, também, deter a propriedade dos meios de produção que a sociedade considerasse importantes para o processo global do desenvolvimento, incluindo investimentos que não são convenientes ao setor privado.

Desse modo, utilizando parcelas consideráveis da renda nacional, através da tributação e de outros mecanismos fiscais e financeiros e da participação no processo produtivo, o Estado pode influenciar decisivamente a redistribuição de renda. Para assegurar essa função, os social-democratas consideraram indispensável constituir um forte movimento sindical que pressione o empresariado e o Estado para a adoção de políticas salariais, de seguridade e bem-estar social. Ao mesmo tempo, porém, defendem que essas políticas devem permitir ao capitalismo acumular capital, sem o que os próprios trabalhadores ficariam prejudicados.

Ao Estado e ao movimento sindical caberia assim um papel regulador de primeira grandeza. A Suécia e a Alemanha são os países citados como exemplos de êxito das políticas social-democratas. O Japão, entretanto, que é comumente citado como exemplo clássico de liberalismo, na verdade combina aspectos do mercado com um planejamento altamente centralizado, que lhe permite atender as demandas de longo prazo da sociedade nipônica. Seu mercado interno e altamente competitivo, observando-se uma concorrência feroz na apresentação

de novos produtos, no desenvolvimento de novos processos de produção, na organização de trabalho e nas políticas de preço, as vezes rebaixado ao nível dos custos para garantir as fatias de mercado.

O governo japonês, por outro lado, intervem diretamente na economia com um planejamento de longo prazo, através da elaboração de políticas nacionais que direcionam o desenvolvimento do país. As políticas de "pleno emprego" (1956), de "duplicação de renda" (1960) e de "apoio à pequena e média empresa" (anos oitenta), do mesmo modo que a compressão salarial, as restrições ao crédito e a ausência de incentivos fiscais para projetos de aquisição de casa própria, que vigoraram por mais de vinte anos, são casos significativos da intervenção do Estado na economia para garantir um desenvolvimento nacional auto-sustentado.

Durante vários anos, os operários japoneses receberam salários comparáveis aos de países atrasados e moravam nas chamadas "tocas de coelho", parecidas com os cortiços existentes nas cidades de países pouco desenvolvidos. Foi isso, entre outras coisas, que permitiu ao Japão manter seus produtos de exportação com preços competitivos no mercado externo e concentrar a poupança nacional em investimentos industriais de caráter estratégico.

Agora que o capitalismo japonês transborda de capital, os trabalhadores tiveram aumentadas suas rendas e o Estado ampliou os gastos sociais, o Japão se parece cada vez mais com os países social-democratas.

Os próprios Estados Unidos, campeões do liberalismo e do "capitalismo puro", que só saiu da crise de 1929 com o *New Deal* de Roosevelt, conservam uma intensa participação e intervenção do Estado na economia. Ainda hoje, apesar dos cortes, os gastos destinados a seguros sociais, pensões e benefícios cobrem 35% a 40% do orçamento da União Americana.

As formas estatais destinadas a assegurar a existência da sociedade de bem-estar foram introduzidas pelos países capitalistas mais desenvolvidos no período posterior a Segunda Guerra Mundial. Seu objetivo foi não só evitar as crises cíclicas, como também enfrentar o desafio socialista, representado tanto pelos países que proclamavam construir o socialismo quanto pela luta dos socialistas por avanços sociais democráticos.

O tipo de capitalismo civilizado implantado em alguns poucos países do mundo só se tornou possível em condições históricas muito especiais. O capitalismo desenvolvido só tem podido subsistir e desenvolver-se verticalmente graças à existência e ao crescimento horizontal do capitalismo selvagem no resto do mundo. A polarização entre o capitalismo desenvolvido e atrasado e de tal ordem que aquele não pode generalizar-se globalmente. Ao contrário, os especialistas apontam para a concentração e centralização ainda mais intensas nos pólos desenvolvidos do capitalismo.

Os países capitalistas desenvolvidos congregam hoje somente 15% da população mundial (700 milhões de pessoas), detendo 73% da riqueza do mundo.

Os 85% restantes da população do globo (4,4 bilhões) habitam principalmente os países subdesenvolvidos e sobrevivem com apenas 27% da riqueza mundial.

Nessas condições, a social-democracia é um fenômeno histórico de aplicação restrita. Embora por muitos anos tenha representado uma das poucas condições de sobrevivência ativa da esquerda nos países desenvolvidos, isso nem de longe significa que ela seja a solução ou a criação de um novo tipo de socialismo. Ou pior, que seja o caminho universal para o socialismo, como pretendiam os social-democratas, que exerceram e exercem uma poderosa pressão ideológica sobre os socialistas dos países menos desenvolvidos, para que acreditem na possibilidade de também civilizar o seu capitalismo.

A social democracia enfrenta cada vez mais os limites do tipo de civilização que proporcionou ao capital. Nos próximos dez anos, a unificação da Europa e a criação dos novos pólos econômicos de poder na América do Norte e no Pacífico Oriental deverão acelerar a concentração da renda nos países mais ricos. Em contraposição a isso, só nas fronteiras da Europa, segundo estudos da própria Comunidade Européia, cerca de 98 milhões de pessoas estão desempregadas.

Nessas condições, deve acentuar-se um processo que tomou impulso desde os anos setenta: o da migração massiva dos povos dos países pobres para os ricos. A riqueza da Europa Central e dos Estados Unidos atrai de maneira cada vez mais intensa os povos do Oriente Médio, África, América Latina e, agora, também do Leste Europeu. Os modernos meios de comunicação e de transporte facilitam essas ondas migratórias que não fazem outra coisa que seguir o fluxo das riquezas arrancadas de seus países pelo capital das nações centrais.

Nos países da Comunidade Européia se encontram hoje 12 milhões de migrantes, especialmente árabes e africanos, 3 milhões dos quais são ilegais. Nos Estados Unidos há uma crescente pressão de migrantes do México, da América Central e do Sul, além de europeus orientais, árabes e populações de outras procedências. Essa é uma mão-de-obra que na fase anterior de expansão econômica permitiu atender a demanda da força de trabalho, em especial dos serviços sem qualificação profissional ou sujos. Agora, no entanto, além da continuidade do fluxo deste tipo de mão-de-obra (que já não encontra colocação como antes), há uma corrente de trabalhadores qualificados. Provenientes do Leste Europeu, eles desequilibram o mercado de trabalho ainda mais, aguçando todas as tensões. Israel, nesse sentido, é emblemático. Com um padrão de desenvolvimento que o inclui no primeiro mundo, está recebendo cerca de um milhão de imigrantes soviéticos, mais da metade dos quais possuem formação superior. Estes, porém, ao contrário do que esperavam, estão encontrando enormes dificuldades para encontrar colocações compatíveis com sua qualificação. Há especialistas em biologia molecular trabalhando como guardas-noturnos, geólogos trabalhando como varredores, ortopedistas como lavadores de carros e assim por diante. O caso mais feliz citado pela imprensa é o de um físico especialista na construção de robôs, trabalhando como consertador de aparelhos elétricos: pelo menos não está completamente fora do ramo.

A onda migratória é de tal ordem que todos os países capitalistas desenvolvidos vêm adotando medidas cada dia mais rigorosas para conter o fluxo migratório. O Código Martelli, na Itália, e instruções semelhantes nos outros países infernizam a vida dos cidadãos da periferia do mundo que pretendem trabalhar e viver nos países centrais, buscando as delícias reais ou ilusórias que seus meios de comunicação semeiam. O primeiro mundo vive o pesadelo ou a síndrome do Império Romano e procura construir rapidamente um novo muro que a proteja da invasão dos novos povos bárbaros dos terceiro e quarto mundos no final do século XX.

A social-democracia não só tem se mostrado impotente para dar saída a esses problemas, como tem aplicado políticas governamentais que aprofundam o fosso entre os países ricos e pobres e discriminam os povos dos países pouco desenvolvidos. A Espanha, por exemplo, tem tratado com rudeza crescente viajantes brasileiros comuns, por desconfiar de suas intenções migratórias. E até Portugal, membro menor da Comunidade Européia, intensifica sua discriminação contra os imigrantes brasileiros.

Por outro lado, nos países capitalistas desenvolvidos onde a social-democracia é predominante (Suécia, Alemanha etc.), sua política de bem-estar encontra crescentes dificuldades para manter-se. O desemprego aumenta continuamente, tornando muito elevados os custos dos benefícios sociais. Apesar dos significantes avanços tecnológicos e da liberação da mão-de-obra, a produtividade tem demonstrado constantes tendências de queda e o descontentamento social atinge parcelas cada vez mais amplas da população.

Como nos anos vinte, a pujança do capitalismo tenta encobrir os sintomas de sua crise. O neoliberalismo e a banda de música que, com sua fanfarra, procura manter o ambiente alegre e irresponsável da festa, surdo aos clamores dos marginalizados da periferia. A social-democracia, que supunha haver civilizado o capital, assiste compassiva aos sinais de regresso da selvageria capitalista ao interior de sua fortaleza. Os pobres bárbaros que se cuidem.

Democracia desigual

As idéias democrático-liberais surgiram na história da humanidade acompanhando o surgimento e o desenvolvimento do capitalismo. Transformaram-se em sua ideologia, na sua fundamentação teórica, econômica e política. Ao mesmo tempo que prometiam a riqueza geral, acrescentavam a esta a democracia, a liberdade e a igualdade necessárias para aproveitar as oportunidades com as mesmas condições. As transformações econômicas, causadas pelo crescimento capitalista, lançaram grandes massas do povo numa nova situação, em geral de terríveis condições de vida e de trabalho, trabalho que nem sempre havia. Sob o impacto dessas condições, os trabalhadores descobriam que seus governantes não tinham olhos para as misérias que enfrentavam. E lançavam-se na batalha contra eles, acreditando nas promessas liberais de

redistribuição das riquezas, liberdade e igualdade.

As massas do povo abriam, assim, caminho para o capitalismo contra a aristocracia dominante, sem dar-se conta de que criavam contra si novos tipos de privilégios. Por outro lado, os setores mais lúcidos do capitalismo tomavam consciência dos perigos derivados da entrada massiva da população na política, mesmo que inicialmente para fazer valer os interesses dos novos privilegiados da riqueza moderna. Mais cedo ou mais tarde, tais massas poderiam jogar-se contra as muralhas que protegiam todos os privilégios. Esse perigo se tornaria maior à medida que, pelas próprias necessidades da industrialização e do comércio capitalistas, aumentasse a instrução e informação das camadas populares.

Essa contradição se tornou inerente ao capitalismo, particularmente após suas vitórias mais decididas contra a aristocracia na Gloriosa Revolução Inglesa (1640/48), na Revolução Francesa (1789-1794) e na Guerra de Secessão Americana (1860-65). Em toda parte onde o capitalismo triunfava, o liberalismo mantinha-se a favor de mudanças sociais e políticas, desde que não se realizassem as custas dos direitos e privilégios da classe capitalista.

Na Inglaterra, onde vigorava uma democracia aristocrática parlamentar, os proprietários de terra ainda possuíam mais de um voto por cabeça em vários círculos eleitorais. Na Alemanha, a igualdade de sufrágio só existia nas eleições nacionais, estando excluída das eleições locais. Quase todos os países onde vigorava a democracia liberal, desqualificavam para o voto os que não eram proprietários. Por outro lado, tinham direito a mais de um voto todos os que pagavam impostos e os que eram graduados em universidades.

Essas diferenças gritantes no direito eleitoral desmentiam a igualdade liberal. A exigência de "um homem, um voto", levantada pelos socialistas, só foi conquistada após milhares de trabalhadores pagarem com a vida sua crença nas promessas liberais. As revoluções de 1848, as grandes lutas dos anos setenta do século passado e os movimentos democráticos do início deste século objetivavam concretizar nada mais, nada menos do que alguns pressupostos do liberalismo, que praticamente tiveram que ser conquistados contra a vontade dos capitalistas.

Somente no decorrer do século XX o sistema eleitoral da democracia liberal aceitou finalmente, na esmagadora maioria dos países capitalistas, o sufrágio universal e secreto na base de "um homem, um voto". Mesmo então, em vários desses países as mulheres continuaram alijadas do processo eleitoral. A luta feminina pelo direito de voto só teve êxito muito depois das mulheres constituírem uma das parcelas mais importantes da força de trabalho. O voto feminino na Inglaterra só foi permitido em 1916; na Alemanha, em 1919; e na Suíça, em 1971. Aliás, a Suíça, um dos exemplos mais badalados de democracia liberal, só reconheceu a igualdade entre os sexos em 1981.

Mas não era só no sistema eleitoral que a democracia liberal mostrava-se capenga e desigual. Apesar de todas as aparências, a lei sempre foi aplicada com a utilização de dois pesos e duas medidas: uma para os ricos e proprietários,

outra para os pobres e despossuídos. Ainda hoje, mesmo nos países capitalistas mais avançados, essa desigualdade na aplicação da lei é evidenciada em inúmeros exemplos, alguns dos quais chegam ao conhecimento público. Ela se reflete, por exemplo, nas regras do serviço militar americano, que conseguiu alistar para a guerra do Golfo quase exclusivamente recrutas provenientes de famílias pobres, deixando a salvo os bem-aventurados nascidos em berços de ouro.

Ainda neste século, em que a luta dos trabalhadores ampliou em muito os direitos democráticos, a repressão contra o povo manteve-se intensa durante largo período nas chamadas repúblicas democráticas. A França tem toda sua história entre o início do século e a eclosão da Segunda Guerra Mundial pontilhada de verdadeiros massacres contra os trabalhadores: mineiros do norte, em 1906, estivadores de Nantes em 1907 e assim por diante, numa sucessão de esmagamentos militares sempre acompanhados de mortos e feridos. Nos Estados Unidos, todas as greves desse período foram enfrentadas militarmente, com o apoio dos tribunais, que indefectivelmente julgavam qualquer greve como forçada ou prejudicial a economia. Na Inglaterra, o governo combinava a decretação de leis de proteção social com repressões policiais. Na Itália e na Alemanha ocorriam processos idênticos. A própria reação do capitalismo liberal, isso para não falar das perversões capitalistas de tipo nazista ou fascista, fazia desmoronar o sonho então acalentado por muitos socialistas de que o capitalismo desenvolvido poderia proporcionar uma era de colaboração de classes

A democracia era, assim como na Grécia antiga, uma democracia que só funcionava para os iguais. O povo estava excluído. Sua liberdade era única e exclusivamente a liberdade de vender sua força de trabalho para o capitalista. A igualdade entre todos, ou de todos perante as leis, só existia no imaginário da legislação escrita. Na prática, nem o direito ao trabalho, esse dever que o despossuído é obrigado a cumprir para não morrer de fome, é observado pelo capitalismo. Milhões de trabalhadores são jogados constantemente no desemprego para permitir a acumulação progressiva do capital.

Se a democracia liberal é desigual no direito ao trabalho, muito mais o é no direito ao não-trabalho, no direito ao ócio, ao lazer, que os capitalistas sabem tão bem aproveitar. É verdade que muitos socialistas chegaram até mesmo a tirar esse direito de seu horizonte, embora o avanço técnico e a elevação da produtividade permitam conquistar jornadas de trabalho cada vez menores. Entretanto, a nova revolução tecnológica cria as condições e, ao mesmo tempo, exige o desenvolvimento de um novo tipo de cultura entre os trabalhadores, de modo a aproveitar o direito ao tempo livre para elevar-se cultural e humanamente. O capital, ao contrário, faz tudo a seu alcance para evitar a diminuição das jornadas de trabalho. Quer evitar assim, a diminuição das taxas de lucro.

Os antigos marxistas tinham razão quando afirmavam que a democracia liberal era a forma pela qual se exercia a ditadura de classe da burguesia.

Embora isso espante alguns de nossos marxistas modernos, foi a expansão que o socialismo experimentou desde a Primeira Guerra Mundial, incluindo a conquista do poder em vários países, ampliando a luta democrática dos povos, que obrigou os capitalistas a aceitar a afluência cada vez maior dos extratos inferiores da sociedade a política e a conseqüente ampliação dos direitos democráticos. Nos países avançados, em especial, a democracia liberal transformou-se num sofisticado campo de disputas entre os trabalhadores e os capitalistas, de tal forma que muitos passaram a enxergar aí a verdadeira colaboração de classes.

Entretanto, do mesmo modo que o capitalismo desenvolvido consegue garantir um certo padrão de vida elevado a seus trabalhadores (comparativamente aos trabalhadores do resto do mundo), ele também se vê na contingência de aceitar a crescente participação política dos trabalhadores na democracia, desde que os excedentes obtidos na espoliação dos países atrasados consigam evitar qualquer aspiração de derrubar a muralha de privilégios que continua subsistindo nos países avançados.

A história do liberalismo nesses países não permite, porém, garantir que o capitalismo tenha abandonado completamente sua prática de apelar para a espada (ou o fuzil) caso seus privilégios estejam ameaçados. Em diferentes momentos, mesmo mantendo muitos dos mecanismos da democracia liberal, o capitalismo fez uso do autoritarismo presidencial ou de gabinetes ministeriais restritos. Na esmagadora maioria desses casos de transgressões a direitos democráticos já existentes, somente o povo viu reduzidos seus direitos. A burguesia, a classe dos capitalistas, os manteve integralmente.

A história do liberalismo na maioria dos países do mundo é, sobretudo, a história da democracia às avessas. O capitalismo liberal dos países não-desenvolvidos consegue, na maioria dos casos, ser tão reacionário quanto as antigas classes coloniais, escravocratas e de senhores feudais ou semi-feudais. Sistemas eleitorais viciados, judiciário parcial, legislativos marcadamente dominados pelas classes proprietárias, aparelho de Estado estritamente montado para servir a setores privilegiados do capitalismo (nem sempre a todo o capitalismo), tornam a democracia liberal desses países tão desigual e fictícia que só a custo se pode chamar de democracia boa parte delas.

Apesar disso tudo, a democracia liberal transformou-se na grande bandeira de luta do capitalismo contra o socialismo. A burguesia conseguiu erguer com firmeza seus *slogans* de liberdade e igualdade, como se atrás dessas palavras não houvesse toda uma história de desigualdade e ausência de liberdade. Conseguiu convencer grandes parcelas populares dos países socialistas de que a democracia parlamentar liberal, com seu sistema eleitoral, e a excelência da democracia. E deixou a esquerda de todo o mundo paralisada e quase aceitando como verdadeiras as assertivas dos propagandistas liberais. Simplesmente a fez esquecer que a maior parte das conquistas democráticas do capitalismo foi o fruto suado e sangrento da luta dos trabalhadores e socialistas.

De qualquer modo, como no passado, o capitalismo procura avançar contra seus inimigos aproveitando-se das promessas liberais, na esperança de que a fatura não seja cobrada mais tarde pelas grandes massas do povo. A curto prazo essa contradição talvez não se torne aguda e permita ao capitalismo obter muitas vitórias. A médio e longo prazo, a afluência de grandes massas a política e a democracia sempre trouxeram problemas que colocaram em risco os privilégios capitalistas. Nesse momento, o sonho da colaboração de classes será outra vez colocado à prova. E a democracia desigual terá que desnudar-se de suas roupagens ilusórias e mostrar, sem o espartilho, a natureza e as formas disformes de seu corpo verdadeiro.

Socialismo de mercado

Embora a onda liberal pareça irresistível, o socialismo resiste como pode às investidas do mercado capitalista. Talvez por isso, a criação de mercado! sociais ou socialismos de mercado seja oferecida como alternativa menos sombria e mais segura do que o selvagem mercado liberal. Até mesmo governos de acentuadas tinturas de direita, como o da Hungria procuram dar às reformas econômicas uma conotação social. A marola social-democrata, pelo menos como intenção, apresenta uma perspectiva menos tenebrosa quanto às consequências da adoção dos mecanismos de mercado.

Na base dessas opções estão os resultados conhecidos da economia capitalista, assim como as surpresas inesperadas que a introdução dos mecanismos de mercado pode apresentar num sistema antes predominantemente estatal. O rápido desprestígio do governo democrata-cristão no lado oriental da Alemanha, em virtude do desastre social de sua anexação pela Alemanha Ocidental, coloca a todos com as barbas de molho.

Além disso, os problemas da transição reversa do socialismo para o capitalismo são tão complicados quanto os da transição do capitalismo para o socialismo. Não é de se estranhar que apresentem problemas idênticos aos da contra-reforma que, no século XIX, tentou fazer com que as sociedades capitalistas retornassem ao feudalismo. No mundo de hoje não é mais possível descartar a planificação e a interferência estatal, mesmo porque só o Estado tem o poder de desfazer-se de suas propriedades e transformá-las novamente em algo sagradamente privado. Isso torna os novos planejadores neoliberais muito vacilantes: obriga-os a agir com os instrumentos políticos e administrativos que formalmente tanto abominam.

Não lhes é fácil liberar preços, nem o mercado de trabalho, nem mesmo a distribuição das riquezas. O caos pode instalar-se e sepultar todos os sonhos. A tentativa neoliberal de afrouxar de uma só vez todos os mecanismos de controle da economia soviética, sem um plano estratégico definido, que solucionasse de forma articulada os complexos e variados problemas que apresentava, agravou a situação e levou a *perestroika* ao impasse. E pode conduzir a União Soviética ao desastre.

Os neoliberais ainda não podem apelar para governos de força que apliquem suas receitas. Defenderam tão ardorosamente a democracia parlamentar que se desmoralizariam rapidamente. O parlamento, na maioria dos países socialistas, tornou-se democrático demais até mesmo para os mais democráticos neoliberais, transformando-se numa tartaruga lenta e complicada,

muito suscetível as pressões sociais. Com isso, as diretivas neoliberais são desvirtuadas ou aplicadas pela metade. Ao mesmo tempo, inexistente uma riqueza acumulada que torne possível a implantação de reformas de cunho social-democrata.

Nessas condições, a maioria dos países socialistas parece navegar sem rumo. Vagueia entre o estatismo e a privatização, sem saber dosar e combinar diferentes tipos de propriedade. Marcada pelo planejamento altamente centralizado, não encontra as formas de gestão que articulem planejamento e mercado. Acostumada aos preços estáveis e administrados, tem medo da reação popular e da inflação e não consegue adequar os preços aos custos, nem considerar os salários como preços que são.

Empurrada para criar o desemprego como forma de elevar a produtividade, continua amarrada ao velho sistema de pleno emprego e é incapaz de encontrar formas alternativas que evitem aquele desastre humano. E deslumbrada com o sistema parlamentar e as eleições, nem repara que a democracia, se ficar limitada a esses mecanismos, recriará novas formas de domínio de alguns sobre todos.

Além disso tudo, para tornar ainda mais complexo e caótico o quadro, explodem por toda parte as declarações de independência e de soberania das nacionalidades que compõem o mosaico de grande parte dos países do Leste Europeu. Numa sucessão de movimentos nacionalistas (aparentemente na contramão da história, que aponta para a unificação de blocos regionais), a grande maioria das repúblicas que compõem a União Soviética e a Iugoslávia reivindicam sua independência nacional, ameaçando desagregar esses países. O mesmo sentimento cresce entre eslovacos. E os choques étnicos revivem a perspectiva de guerras civis para tentar manter pela força uniões que só podem sobreviver voluntariamente.

Embora as rivalidades nacionais e étnicas tenham raízes muito profundas, pela primeira vez na história desses povos existem as bases materiais para que possam se firmar como nações independentes. Contraditoriamente, apesar de todas as distorções da construção socialista, esta transformou as regiões atrasadas da maioria dessas etnias, industrializando-as, implantando o sistema educacional, inclusive superior, e instalando uma rede de transporte e comunicações que antes inexistia. Criou assim, as condições para que as aspirações nacionais pudessem materializar-se.

O direito democrático aponta para a autodeterminação dessas nações e, portanto, para a desagregação dos blocos que até então formavam. Essa desagregação, porém, aponta para um retrocesso na tendência de unificação geral comandada pelo grande capital, acrescentando graves fatores de distúrbio nas relações internacionais.

O chamado socialismo de mercado está nos brindando com todas essas contradições, que devem aguçar-se na medida em que os mecanismos capitalistas se firmarem. Entretanto, são justamente as contradições sociais que durante toda

a história têm empurrado as sociedades para frente, embora muitas vezes por caminhos tortuosos. A esperança que nos resta é que, apesar desses caminhos, os trabalhadores acabem por encontrar seu rumo.

Planejamento vacilante

As reformas no Leste Europeu aceleraram-se rapidamente depois que Gorbachev lançou as suas *glasnost* e *perestroika*, em 1985. O plano da *perestroika*, ou reestruturação econômica, era ambicioso: substituir a economia de comando por uma economia baseada nas forças do mercado, incluindo os créditos financeiros, autogestão (com a concessão da autonomia para as empresas e conglomerados) e pluralismo no sistema de propriedade. O monopólio estatal seria quebrado. As atividades das empresas passariam a ser reguladas pelo mercado e não pelos órgãos estatais de planejamento e controle.

O planejamento central, porém, não deveria ser liquidado. Planejamento e mercado deveriam ser combinados de modo a evitar os defeitos de um ou outro, quando deixados a seu próprio arbítrio. Os problemas macroeconômicos, estruturais, apareciam como os pontos nevrálgicos que as reformas deveriam atacar.

O diagnóstico da economia soviética e, em parte, de alguns outros países socialistas da Europa, indicava que o problema chave naquele momento consistia em resolver a produção e o suprimento de alimentos e o fornecimento de bens e serviços essenciais a vida cotidiana da população, como artigos de vestuário, artigos domésticos, transportes, moradias, hotéis, restaurantes etc. Os armazéns de alimentos estavam vazios ou em processo de esvaziamento e sem abastecê-los não seria possível resolver os problemas estruturais.

Essa situação exigia que as medidas de longo prazo, estruturais, fossem sendo resolvidas à medida que fossem superados os entraves a produção agrícola e à medida que os serviços e bens de consumo de massa tivessem sua produção incrementada. Em outras palavras, tornava-se necessário um planejamento estratégico, com prioridades e etapas definidas que permitissem derrubar sucessivamente, mas de modo seguro, as barreiras que impediam o funcionamento equilibrado da economia socialista.

Do ponto de vista operacional, as decisões econômicas deveriam ser acompanhadas de reformas legais que lhes dessem embasamento jurídico. Se o problema chave da economia soviética, por exemplo, era a escassez de alimentos, como reconheceram Gorbachev e seus principais assessores econômicos desde o lançamento da *Perestroika*, as reformas e melhorias na agricultura deveriam ser enfrentadas primeiramente. Entretanto, desmentindo seus próprios prognósticos, as leis sobre as cooperativas e sobre o arrendamento só foram promulgadas em 1989, bem depois das leis sobre a empresa estatal e sobre o trabalho individual, promulgadas em 1987.

A legislação das reformas só começou a ser efetivada dois anos após o lançamento da política de reestruturação, mostrando também o quanto os planejadores soviéticos vacilavam em relação ao caminho a seguir. Lendo-se mais detidamente os textos de Gorbachev e dos demais formuladores da *Perestroika*, fica a nítida impressão de que falta a eles uma visão estratégica clara dos passos a seguir. Possuem um diagnóstico geral relativamente correto dos problemas existentes, assim como dos instrumentos que devem ser adotados para superá-los, mas o encadeamento das medidas previstas é simplesmente caótico.

Agora, passados cinco anos e quando a *perestroika* mostra sinais evidentes de exaustão — a previsão e de uma queda de 20% na produção industrial, em 1991 —, os planejadores procuram adotar medidas que resolvam os gargalos do abastecimento de alimentos e bens de consumo de massa, proporcionem o saneamento financeiro da economia e coloquem uma trava no descontrole geral da economia. Em abril de 1991, Gorbachev anunciou um plano de emergência para evitar o total colapso da economia soviética. Ele incluía moratória nas greves políticas, até outubro de 1992, preços liberados conforme as leis do mercado, início imediato das privatizações das estatais, fim do monopólio estatal do comércio externo e estabelecimento de zonas francas para investimentos estrangeiros. Feito isso, pretendem que os mecanismos de mercado (autonomia das empresas, financiamento da produção através do sistema financeiro, reforma de preços e salários e sistema de seguridade social) entrem em pleno funcionamento.

Desse modo, pensam que em 1993-94 o mecanismo da concorrência deva estar regulando todas as atividades econômicas. Estariam dadas, assim, as condições para a implementação das reformas de maior profundidade estrutural. O problema é que a vacilação dos primeiros anos desencadeou forças que praticamente se tornaram incontroláveis.

Isso é fácil de ser percebido em todos os países do Leste Europeu, onde as forças do mercado trabalham abertamente para destruir os antigos setores socialistas da economia. Em 1991 vem sendo observada uma queda acentuada da produção industrial desses países. Na Hungria 13%, na Checoslováquia 7%, na URSS 12%, na Polônia 8%. O caso limite é a Alemanha — queda de 30% — na qual, sob o pretexto de modernização, mesmo as empresas tecnicamente avançadas estão sendo sucateadas para abrir campo ao domínio dos monopólios e oligopólios do lado ocidental. Em todos os países do Leste Europeu, o setor socialista da economia vai sendo levado pelo turbilhão da economia de mercado, embora aparentemente esteja defendido com a permanência da propriedade estatal em ramos e áreas específicas.

A inflação e a elevação dos preços, bastante acentuadas, corroem rapidamente a poupança doméstica acumulada em muitos anos de trabalho. No primeiro semestre de 1991, os preços subiram 60% na União Soviética, 70% na Bulgária, 150% na Romênia, 60% na Checoslováquia e na Polônia e 35% na

Hungria.

A subida dos preços de alguns produtos, como pão, carne, leite e manteiga, variou entre trezentos e seiscentos por cento.

A esses fenômenos agrega-se o alarmante desemprego em massa, há muitos anos ausente da vida dos países socialistas. Na Alemanha oriental (16,5 milhões de habitantes), há três milhões de desempregados, com a amarga perspectiva de chegar a 4 milhões ou mais em 1991. Na Polônia (população de 38 milhões), segundo as previsões do presidente Walesa, há dois milhões de trabalhadores sem emprego. Nos outros países do Leste os índices de desemprego sobem com rapidez e as previsões sobre a União Soviética (290 milhões de habitantes) falam em 20 milhões de trabalhadores parados em 1992.

No chamado socialismo de mercado em processo de implantação no Leste Europeu, o planejamento tende a ser mantido como instrumento de orientação macroeconômica, perdendo toda a força de plano obrigatório. Entretanto, na prática, além de se tornar um gestor sem poder decisório, o planejamento central enfrenta as dificuldades inerentes ao desgaste dos desequilíbrios e distorções que criou anteriormente. Os novos agentes econômicos que estão brotando nos países socialistas, a partir dos diversos tipos de propriedade permitidos e da autonomia conferida às próprias empresas estatais, opõem-se ao planejamento, não acreditam nele e parecem ávidos de aproveitar todas as oportunidades que os mecanismos de mercado lhes oferecem.

É típica, nesse sentido, a ação das cooperativas urbanas organizadas na União Soviética como propriedades coletivas de trabalhadores. Muitas vezes elas se desviam de suas atividades produtivas para a revenda, por preços bem mais caros, de bens adquiridos ao Estado a preços subsidiados. Os coletivos de arrendatários surgidos na agricultura, assim como os camponeses que estão desenvolvendo atividades individuais e familiares, dedicam-se exclusivamente a produção de artigos que permitam maior lucratividade. Pouco se importam com a necessidade da produção de grãos ou outros produtos indispensáveis à alimentação do conjunto da sociedade, mas cujos preços são baixos e pouco remunerativos.

Desse modo, a perspectiva de que haja uma combinação adequada entre o planejamento central e o mercado nesse novo tipo de economia, denominada socialista de mercado, torna-se de aplicação muito difícil nas atuais condições econômicas e políticas dos países do Leste Europeu. Isso é ainda mais verdadeiro se, se considera o fato de que forças centristas e de direita, de orientação abertamente capitalista, estão assumindo o governo em vários desses países. O Estado deve, é lógico, continuar desempenhando um papel importante na economia, mas o sentido geral de sua ação, nesses casos, não será o socialismo. A superação das distorções criadas pelo socialismo existente deve dar-se não no sentido de atingir um novo tipo e um novo patamar de desenvolvimento socialista, mas sim para reviver o mercado em sua plenitude.

Uma das hipóteses é que o planejamento vacilante da atualidade não consiga nem mesmo criar sociedades de tipo social-democrata. A capitulação dos novos dirigentes ao liberalismo econômico coloca seus países sem defesas para enfrentar a ofensiva avassaladora dos países capitalistas desenvolvidos, extremamente liberais para efeito externo, mas completamente protecionistas dos interesses de seus próprios capitais. Os efeitos dessa política, porém, devem encontrar resistências sociais inesperadas. Os operários do lado oriental da Alemanha reaprenderam a fazer greves e realizar demonstrates massivas com uma rapidez surpreendente. A Federação dos Sindicatos Poloneses tem arrastado junto consigo o Sindicato Solidariedade, em manifestações contra a política econômica de Walesa, inspirada pelo FMI. Os mineiros e ferroviários soviéticos apresentaram um vigor e uma organização inusitados em suas greves. Muitas das manifestações dos trabalhadores dos países socialistas são ainda agora apresentadas pela imprensa ocidental como demonstrates e protestos "contra o comunismo", embora expressem principalmente o renascimentos da consciência dos trabalhadores quanto a seus direitos econômicos, sociais e políticos. Nesse contexto, representam também o resgate das conquistas sociais do socialismo, desprezadas como coisas menores no processo de luta contra os regimes socialistas despóticos, em 1989.

Tais conquistas readquirem um papel importante nas plataformas de luta dos trabalhadores de Leste Europeu. Essa luta deve voltar-se, cada vez mais, contra a ação do mercado que tende a liquidar com aquelas conquistas. Quando 700 mil trabalhadores sérvios paralisam suas atividades exigindo um salário mínimo equivalente a duzentos dólares, eles podem até estar se chocando contra o governo socialista da Sérvia, mas não há dúvida de que isso se choca muito mais contra o resurgimento do capitalismo. No entanto, só o tempo dirá, no final, a influência que elas podem exercer para reverter o quadro em perspectiva e implantar um planejamento de novo tipo.

A sagrada propriedade

A característica fundamental do mercado capitalista e a propriedade privada dos meios de produção — máquinas, matérias primas, prédios, terras agrícolas etc. —, e da força de trabalho — a energia e o conhecimento humanos capaz de movimentar as máquinas para transformar os materiais em produtos úteis. Tanto estes produtos, quanto aqueles fatores produtivos, existem como mercadorias. Podem ser compradas e vendidas por seus proprietários.

O direito de propriedade consiste no direito de possuir, usar e dispor dos objetos possuídos. Na fase atual do capitalismo, o empresário permite que outros exerçam a posse (os administradores de sua empresa), o uso (os trabalhadores que movimentam os meios de produção) e o direito de dispor (os administradores, que podem vender os produtos fabricados e mesmo os meios de produção). Todos esses direitos, exercidos pelos empregados do empresário,

sejam administradores ou trabalhadores, são limitados por normas estabelecidas pelo próprio empresário capitalista.

Além disso, na maior parte dos países capitalistas combinam-se diferentes formas de propriedade: a privada, que é a dominante; a estatal; a cooperativa; e a do pequeno produtor individual ou familiar. O capitalista delega a outros o direito de gestão de suas empresas, desde que lhe proporcionem a reprodução ampliada ou a acumulação de seu capital. Com o mesmo objetivo, coloca as demais formas de propriedade a seu serviço.

De modo espontâneo ou planejado, por exemplo, as pequenas e médias empresas trabalham como fornecedoras ou auxiliares das grandes, permitindo a estas rebaixar custos e obter maiores lucros, embora isso quase sempre se dê de forma não-harmoniosa.

Nos países socialistas também coexistiam diversas formas de propriedade, sendo dominante a estatal. Entretanto, com o passar do tempo, a subordinação dos outros tipos de propriedade a estatal tornou-se de tal ordem que, na prática, não havia distinção alguma entre elas. A não ser que operassem no terreno clandestino das economias informal e camuflada, elas tinham que subordinar-se às ordens emanadas dos centros estatais de planejamento. A ausência de mercados, onde pudessem adquirir os meios necessários à produção, ou vender os produtos fabricados, colocava-as na dependência das empresas industriais e comerciais do Estado. De outro modo, não poderiam funcionar.

Mesmo assim, embora restritos, os direitos de propriedade continuavam existindo nos países socialistas. A posse da propriedade estatal, por exemplo, era exercida juridicamente pelas empresas. Elas dispunham de fundos fixos e circulantes e empréstimos bancários, podendo praticar a compra e a venda de acordo com as normas estabelecidas pelo Estado. Os agentes do Estado (diretores e administradores) que se encontravam a frente das empresas estatais, eram os que efetivamente tinham a posse dos meios de produção.

Do mesmo modo que os dirigentes dos diferentes tipos de empresas do sistema capitalista, os dirigentes das empresas estatais socialistas exerciam o direito de posse e uso dos meios de produção (este último através dos trabalhadores). No entanto, não podiam dispor desses meios, a não ser com autorização dos órgãos superiores do Estado. Podiam somente possuir e dispor dos produtos que fabricavam, dentro de limites estritos. Mas não podiam usá-los em seu proveito.

As empresas estatais exerciam o monopólio do mercado, limitando os direitos dos outros tipos de propriedade, do mesmo modo que o monopólio exercido pelas grandes empresas no sistema capitalista.

As cooperativas agrícolas, por exemplo, durante muito tempo ficaram impedidas de possuir, usar e dispor de máquinas e equipamentos agrícolas na União Soviética. Os planos estatais determinando os tipos de cultura, a área a ser plantada e a quantidade a ser produzida e entregue ao Estado, praticamente

anulavam qualquer direito dessas cooperativas. Assim, embora formalmente pertencessem a grupos de cidadãos associados que trabalhavam na própria cooperativa, na realidade seus direitos de propriedade eram usurpados.

As mudanças que esses países vêm implementando procuram quebrar esse monopólio, restringindo a propriedade estatal a alguns setores e possibilitando a existência da propriedade privada de tipo capitalista, e da cooperativa e propriedade privada individual dos próprios trabalhadores.

As mudanças tem variado de país para país. Na antiga Alemanha Oriental, anexada pela Alemanha Federal, as propriedades estatais estão sendo sucateadas para serem vendidas como tal as empresas do lado ocidental. Esse processo, por incrível que pareça, representará um custo financeiro muito grande para o Estado alemão. Bilhões de marcos terão que ser investidos para sustentar os desempregados e refazer a infra-estrutura, deteriorada ainda mais por esse método perverso de privatização. O governo alemão ocidental prometeu não subir os impostos, mas está sendo obrigado a elevá-los em 7,5% para financiar os custos da reunificação.

Na Hungria, que vem introduzindo mecanismos de mercado há mais tempo, formou-se uma camada de empresários que pode adquirir algumas empresas estatais, desde que associada a capitalistas estrangeiros. Aliás, Lajos Csepeli, chefe da agenda húngara de privatizações, declarou a imprensa, em meados de 1991, que nesse ano deveriam ser vendidas quatrocentas grandes empresas estatais e que "o país todo estava à venda".

Na União Soviética — onde foi fundado um Clube de Jovens Milionários, cujos membros devem possuir pelo menos um milhão de rublos, ou 570 mil dólares pelo câmbio comercial, "acumulados legalmente" —, na Polônia, Checoslováquia, Iugoslávia, Romênia e Bulgária não existem empresários que tenham legalmente acumulado capital para aventurar-se a adquirir empresas estatais. Somente o capital dos países capitalistas avançados teria condições de participar de um processo de privatização das grandes empresas estatais.

Por isso, nesses países não basta a vontade ou o desejo político de alcançar o mercado pleno, privatizando tudo, ou o mercado social, privatizando somente parte das estatais. A privatização terá que ser necessariamente lenta por um longo período, sob pena de criar tensões muito agudas, como está mostrando o exemplo da Alemanha. O problema é que uma privatização lenta não interessa ao capitalismo dominante no mundo.

Diante dessas dificuldades, em alguns desses países o Estado está entregando aos trabalhadores bônus de participação na propriedade das empresas, ao mesmo tempo que introduz a autogestão. Sua perspectiva é de que, ao criar no futuro um mercado de ações, esses bônus sejam negociados nas bolsas e o processo de privatização se acelere.

Na União Soviética ocorre um duplo movimento: por um lado, está sendo incentivado um cooperativismo que se assemelha muito as sociedades privadas

que conhecemos. Várias pessoas se associam para operar uma empresa (industrial, comercial ou de serviços), as cotas de participação podendo variar de pessoa para pessoa. Formalmente não existem trabalhadores assalariados na empresa: todos são sócios da cooperativa. Entretanto, há um processo real de diferenciação na participação societária. Dessa forma, com o tempo a maioria dos associados ficara restrita a um retorno equivalente ao salário. Por outro lado, essas cooperativas já funcionam de acordo com os mecanismos de mercado: seus preços obedecem aos custos (aí incluída a lucratividade), existe uma busca de eficiência medida pelo lucro, e assim por diante.

Já as empresas estatais funcionam cada vez mais pelo sistema de contrato com grupos de arrendamento e empreitada. Um grupo desses pode ser um setor completo de uma fábrica, que estabelece um contrato pelo qual a empresa cede o uso dos meios de produção para a fabricação de determinado produto. O grupo tem o direito de se organizar conforme os métodos que considerar mais convenientes e adotar as inovações que consideram necessárias para elevar a produtividade e o rendimento do trabalho. Com isso, o grupo pode obter um ganho a mais que serve para elevar a renda de seus membros e capitalizar-se. Esse sistema de arrendamento ou empreitada, que teve início na agricultura, está se expandindo pela indústria soviética e tende a criar as condições para o surgimento e multiplicação de novos grupos privados.

Além disso, a propriedade estatal também vem sofrendo modificações quanto aos direitos de posse, uso e disposição de seus meios de produção. O coletivo de trabalhadores ganhou o direito de determinar a utilização de diversos fundos, entre os quais os de desenvolvimento produtivo, social, incentivo material e ciência e tecnologia. Também pode, agora, transferir recursos dos fundos de incentivo para outros fundos, de acordo com as necessidades. E passou a ter o direito de eleger os diretores e gerentes.

Embora subordinadas por diversos laços ao Estado, as empresas vão ganhando uma autonomia que nunca tiveram e, na prática, tendem a transformar-se em propriedade de fato dos que nelas trabalham.

Todas essas modificações no sistema de propriedade estatal dos países socialistas obedecem a idéia de que os trabalhadores que se consideram donos de seus meios de produção e dos resultados de seu trabalho tem um estímulo maior para produzir com eficiência. Mitificam, assim, a sagrada propriedade, mistificando a realidade dos mecanismos de estímulo e eficiência do capitalismo. Aqui, os trabalhadores não são proprietários dos meios de produção e muito menos dos resultados de seu trabalho, ausência que é a base do conhecido fenômeno da alienação.

Não há nenhum exemplo histórico de que a sagrada propriedade privada tenha criado melhores condições de vida e trabalho, e muito menos igualdade entre os homens. A sagrada propriedade capitalista, entre todas, foi a que mais aprofundou as desigualdades econômicas e sociais, sob o disfarce da mais ampla

igualdade política.

No entanto, a propriedade socialista só funcionou no processo inicial de construção da nova sociedade. Havia a perspectiva de alcançar a sociedade do bem-estar, em que todos seriam os donos dos frutos de seu próprio trabalho. Isso estimulava os trabalhadores a esforços heróicos para vencer o atraso e as condições adversas e elevar a produção a novos patamares. A transformação da propriedade social em propriedade informal da elite burocrática, no curso da construção socialista, alienou os trabalhadores, os conduziu a um privatismo exacerbado e os fez descrentes das vantagens da propriedade socialista. Com isso talvez tenham que repassar a dolorosa experiência da propriedade privada, que agora adoram como sagrada, para redescobrir seus efeitos e buscar um novo caminho social. Amém!

Preços em vigor

Nos países socialistas, o mercado de bens, de consumo e de serviços, só subsistia formalmente. Subordinado a uma série de regulamentações restritivas, só funcionava na ponta final do sistema.

A produção de bens de consumo era determinada pelo plano em termos de tipos e quantidades. As empresas, cumpridas as metas de produção, entregavam os produtos às empresas estatais de comércio atacadista, que por sua vez os distribuíam pelas empresas varejistas, tudo de acordo com as quantidades e especificações fixadas pelo plano central. O comércio a varejo era quem, na prática, participava do mercado, através do ato de venda aos consumidores. O dinheiro arrecadado nas vendas retornava ao Estado, sendo incluído em seu orçamento.

O sistema de circulação de matérias-primas, máquinas, equipamentos, energéticos e outros meios necessários a produção, funcionava através de fornecimentos obrigatórios. O dinheiro agia, aí, somente como indicativo contábil entre empresas. Só adquiria o papel de equivalente geral de troca, o papel de preço, para o pagamento dos trabalhadores e para a compra e venda de bens de consumo e de serviços pelos consumidores finais.

O comércio internacional era outro campo em que os preços impunham sua lei. Os países socialistas, apesar do grande isolamento a que foram submetidos e da autarquia que procuraram criar para seu sistema produtivo, não podiam ficar completamente ausentes do mercado mundial. A divisão internacional do trabalho não foi uma invenção capitalista, embora se deva ao capitalismo o agravamento de suas distorções. Os países socialistas precisavam adquirir no mundo capitalista as máquinas, equipamentos, certas matérias primas e alimentos que não produziam ou produziam em pequena escala. A partir do início dos anos sessenta, por exemplo, a União Soviética e a Polônia, que até então exportavam trigo, tornaram-se grandes importadoras desse cereal. Tinham que submeter-se,

assim, aos ditames dos preços e das leis de mercado que vigoravam no comércio internacional dominado pelas potências capitalistas.

Na maioria dos países socialistas existia, assim, uma dualidade em relação aos preços e ao dinheiro. Estes continuavam atuando de forma concreta, sob a pressão do mercado consumidor interno e do comércio internacional. Entretanto, como havia relutância em aceitar sua existência no socialismo, já que eram considerados uma concessão indesejável ou um resquício do capitalismo, eles eram fixados de forma arbitrária. Não eram levados em conta os custos nem o valor excedente que deveriam conter para permitir a ampliação da produção. Os preços das matérias-primas e de boa parte dos principais materiais e alimentos eram fixados abaixo dos custos de produção, sobrecarregando o orçamento estatal com subsídios.

A ocorrência desse sistema de subsídios, até mesmo para produtos vendidos no mercado internacional, causou grandes prejuízos à economia socialista. E criou o mal hábito de considerar formalmente inexistente a inflação, embora esta se manifestasse na prática de fazer com que as mercadorias mais baratas desaparecessem paulatinamente, sendo substituídas por outras mais caras, nesse ponto seguindo de perto as matreirices do capitalismo.

Do ponto de vista teórico, a eliminação da mercadoria e dos mecanismos de mercado que servem à sua produção, circulação e distribuição, não é algo totalmente irreal ou utópico. Nos primórdios do capitalismo vigorava a mais completa anarquia no mercado da sociedade, embora no interior das fábricas funcionasse o mais estrito planejamento. Essa contradição do sistema capitalista tem se desenvolvido através de um processo no qual o planejamento interno das empresas tem se tornado ainda mais intenso, enquanto o mercado sofre a ação planejadora, também cada vez mais intensa, do Estado e dos grandes grupos monopolistas e oligopolistas.

Por mais que os defensores do neoliberalismo falem das excelências do mercado livre, as economias capitalistas que "deram certo" após a Segunda Guerra Mundial foram justamente aquelas que melhor combinaram o planejamento estratégico do Estado (e das empresas monopolistas) com a planificação interna em cada empresa.

Nessas economias, a socialização da produção alcançou um alto patamar. A interdependência dos diversos departamentos, ramos e setores da economia, assim como das diversas seções e setores dentro de cada empresa, atingiu um nível muito elevado. Nas áreas em que essa socialização mais se acentuou, o mecanismo dos preços passou a funcionar fracamente ou simplesmente deixou de funcionar, levando uma série de setores produtivos a perder sua "rentabilidade".

Essa situação tem levado os próprios capitalistas a reivindicarem do Estado a elaboração e execução de políticas de subsídio a seus produtos "não-rentáveis", assim como a realização de cálculos econômicos que levem ao estabelecimento de preços distintos daqueles praticados no mercado, os chamados preços

administrados. A maior parte da produção agrícola dos países capitalistas desenvolvidos e completamente subsidiada em virtude dessa situação. O montante de subsídios aos produtos agrícolas do Mercado Comum Europeu e de tal ordem que se tornou constante fonte de atritos entre os países da Europa Ocidental, de um lado, e os Estados Unidos e alguns outros países exportadores agrícolas, como o Brasil, de outro. Apesar disso, a agricultura dos países socialistas era acusada de ineficiente justamente por ser subsidiada pelo Estado. E há socialistas que acreditam piamente na acusação.

À medida que a produção se socializa, aumentando seu grau de concentração e centralização e a interdependência geral, os preços dos produtos tendem a cair, aproximando-se do mínimo. Nessas condições, a taxa média de lucro do capitalista também tende a cair, obrigando-o a adotar mecanismos extra-econômicos para manter sua "rentabilidade". Do ponto de vista da teoria econômica, o socialismo deveria desenvolver ainda mais essa tendência recebida do capitalismo, no sentido de criar as condições para eliminar os preços.

O detalhe prático é que o socialismo existente começou a ser construído a partir de condições pre-capitalistas, e não a partir de uma base material altamente desenvolvida pelo capitalismo. Nessa situação, buscar a eliminação dos preços antes que o processo real de socialização econômica houvesse amadurecido, foi um erro grosseiro e prematuro.

As reformas no sistema econômico de comando pretendem revigorar os preços, de modo que as relações mercantis possam atuar sem obstáculo. A maioria dos economistas que defendem a introdução dos mecanismos de mercado no socialismo considera que o sistema de preços é elemento chave para regular o mercado ou, mais propriamente, os diversos mercados que compõem o mercado geral.

Os neoliberais defendem a completa liberdade dos preços, o que não deixa de ser uma contradição com a situação real de monopolização das economias capitalistas em que prevalecem os preços administrados.

Os defensores do mercado social pretendem o estabelecimento de preços administrados para os bens mais importantes, deixando livres os demais, o que estimularia a concorrência e permitiria que os mecanismos financeiros de crédito garantissem a correlação entre fluxo monetário e fluxo real de bens.

Defendem também que devem ficar fora do mercado socialista a terra, os recursos naturais e os tesouros culturais. O Estado deveria regulamentar o mercado por meio do crédito, estimulando os setores mais importantes através de financiamentos. Sua articulação com o sistema tributário e com as encomendas estatais, diminuindo estas para 20%, 30% do volume total (em lugar dos atuais 70%, 80%), representaria uma alavanca poderosa para o aumento da produção.

Consideram, porém, que a base de todo esse processo de mudança deveria ser a modificação do sistema de preços, até então estabelecidos arbitrariamente, para um novo sistema no qual seus patamares (inclusive tarifas) seriam

contratados entre os diversos agentes econômicos atuantes no mercado socialista. Mesmo os preços centralizados ou administrados, referentes aos bens mais importantes, deveriam ser estabelecidos pelas empresas e organizações econômicas de acordo com seus custos, lucros e rentabilidade. Afinal, como defendia o economista soviético Yevey Liberman, os conceitos de lucro e rentabilidade devem ser os principais índices para avaliar o trabalho das empresas.

A mudança no sistema de preços (e salários, já que estes são os preços da força de trabalho) constituem, muito provavelmente, um dos aspectos mais delicados e difíceis das reformas econômicas do socialismo. Como há a perspectiva e a necessidade de fazer com que os antigos países socialistas se envolvam na divisão internacional do trabalho, no sistema das relações econômicas mundiais, isso exige o estabelecimento de paridade entre os preços internos e externos. Entretanto, saltar abruptamente dos preços subsidiados e muito baixos para os preços praticados no mercado internacional, pode causar uma reação em cadeia de difícil controle. Como no mais, para evitar grandes tensões, seria necessário um longo e tortuoso processo.

Por outro lado, a abertura do mercado dos países socialistas ao capital estrangeiro só terá atrativo se as empresas capitalistas internacionais tiverem a possibilidade de produzir em larga escala com custos reduzidos em mão-de-obra, terras, instalações e recursos naturais. Ou seja, se os preços de compra dos meios de produção e da força de trabalho forem baixos e os preços de venda dos produtos fabricados altos.

Estamos, assim, diante de contradições de difícil solução.

O trabalho no mercado

A autonomia das empresas e o emprego de sistemas de contabilidade em que lucro e rentabilidade são os índices mais importantes, coloca as unidades econômicas do socialismo, ao adotar mecanismos de mercado, diante da necessidade de reduzir custos e, portanto, reduzir a mão-de-obra excedente. A modernização tecnológica dos meios de produção e as novas formas de organização do trabalho dos países capitalistas desenvolvidos dão o rumo para às economias socialistas reformadas. Sua perspectiva é produzir as massas de desempregados que estão em desespero no lado oriental da Alemanha, na Polônia, na União Soviética e em praticamente todos os países do Leste Europeu.

O mercado de trabalho nos países socialistas torna-se, dessa maneira, uma realidade palpável. Os trabalhadores passam a vender a sua força de trabalho conforme o preço determinado pelo mercado socialista, preço que variará de acordo com o tempo de trabalho necessário para a reprodução da força de trabalho e também com a quantidade de trabalhadores que se encontram sem emprego, disputando as vagas existentes. Tudo como no mercado de trabalho do

capitalismo. O aumento da produtividade é alcançado através da completa aplicação do direito de propriedade das empresas, que se expressa nas diversas normas disciplinares que os trabalhadores devem obedecer para não sofrerem punições. Os aumentos salariais, por sua vez, deverão estar conectados à elevação da produtividade, exigindo dos trabalhadores a intensificação de seu ritmo de trabalho.

O abastecimento e a oferta de mercadorias de consumo também joga um papel importante para estimular o interesse dos trabalhadores na produção e conservar o mercado de trabalho amarrado na perspectiva de conseguir emprego. Tudo com vistas a trabalhar com afinco e ganhar dinheiro para adquirir bens e serviços de toda espécie. A indução ao consumo desempenha papel determinante, ao lado do sistema de crédito pessoal, no estímulo material para levar o trabalhador a produzir mais e melhor, apesar da alienação a que está submetido.

Nos países socialistas até há pouco vigorava o sistema de pleno emprego cartorial, no qual toda a população trabalhadora (ou quase toda) tinha emprego garantido, mesmo que a quantidade dos meios de produção disponíveis fosse insuficiente para absorver toda a mão-de-obra. Nessas condições, em que três ou mais operários trabalhavam numa função em que só um trabalhador seria necessário, a produtividade do trabalho tendia a cair assustadoramente, como acabou acontecendo.

A propaganda oficial afirmava que no sistema socialista, não havendo exploração, discriminação ou desemprego, os trabalhadores produziram mais eficientemente que seus congêneres dos países capitalistas. Na realidade, a motivação pelo trabalho nos países socialistas, que garantia uma certa produtividade, perdeu-se durante a década de cinquenta, seja devido à alienação dos trabalhadores quanto ao trabalho que realizavam, seja porque o prometido mundo melhor não chegava, seja ainda em virtude da falta de liberdade que se instaurou nesses países. O único mecanismo que ainda inspirava os trabalhadores a produzir mais rapidamente e com melhor qualidade continuava sendo o estímulo material.

Mesmo assim, esse estímulo perdeu interesse à medida em que o suprimento de bens e serviços se mostrava deficiente, instalando a escassez. Do que adiantava trabalhar para ganhar mais, se não havia como gastar o dinheiro ganho? Quando a escassez se impõe ao mercado, ninguém se empenha em produzir mais para obter uma maior remuneração. O que se agrava ainda mais quando a população acumula uma poupança considerável, como ocorreu em todos os países socialistas, podendo aguardar que o mercado seja reabastecido sem qualquer necessidade de um esforço extra por mais ganhos.

Para reverter esse quadro e criar novos mecanismos de incentivo ao trabalho no socialismo, alguns economistas sugerem a utilização do desemprego controlado. Eles supõem que as altas taxas de desemprego no capitalismo são o maior estímulo para que os operários tenham eficiência e responsabilidade no trabalho. Sugerem que os salários só sejam aumentados se a produtividade se

e elevar, mesmo que haja necessidade dos salários acompanharem o aumento dos preços. A realidade, entretanto, está demonstrando que o desemprego pode tornar-se incontrolável com muita facilidade, embora a introdução dos mecanismos de mercado ainda esteja numa fase inicial.

A modernização das grandes empresas mal começou. Elas começam a instituir o sistema de contratos de empreitada com brigadas constituídas por trabalhadores, engenheiros, técnicos e especialistas de oficinas, seções ou outras unidades. As fazendas coletivas da União Soviética, por exemplo, estão sendo retalhadas entre novas cooperativas formadas por grupos ou brigadas. Todas essas "cooperativas", brigadas ou grupos são, na realidade, unidades privadas que tendem a ampliar sua ação através da contratação de mão-de-obra estritamente necessária.

A tendência geral, pois, é que o problema da produtividade seja resolvido pelo método clássico do capitalismo: dispensando a mão-de-obra sobrando e aumentando a produção por trabalhador empregado. Isso apesar dos que pretendem continuar mantendo a idéia de que no socialismo, mesmo com a introdução dos mecanismos de mercado, os trabalhadores são co-proprietários da riqueza nacional. Segundo Abel Agabengyan, renomado economista soviético e um dos principais formuladores da *perestroika*, quando um trabalhador de um país socialista "procura emprego, ele não o faz como a mão-de-obra contratada no sentido capitalista, mas como co-gerente e co-proprietário de uma determinada empresa". Ao mesmo tempo, segundo ele, "todo trabalhador no socialismo é livre para escolher seu local de trabalho, além do fato de que o Estado, como representante da sociedade, é obrigado a arranjar trabalho para todos os que desejarem trabalhar".

Ingenuidade ou empulhação, o fato é que ninguém explica através de que tipo de mecanismo o Estado vai permitir que as leis de mercado funcionem e, ao mesmo tempo, garantir emprego para todos. Isso para não falar do paradoxo do co-proprietário que perde o emprego para permitir que sua empresa aumente a eficiência e, desempregado, torna-se co-gerente de coisa alguma.

A divisão do bolo

Um dos motivos que levou o Estado a intervir na economia foi a natureza egoísta do capitalismo, concentrando a riqueza no pólo do capital, deixando a mingua e destruindo sem piedade o trabalho e a natureza. O Estado foi impelido a agir, por meio de legislações sociais que minorassem a exploração e o desgaste sofridos pelos trabalhadores. A extensa Jornada de trabalho a que eram submetidas, as condições insalubres e sem proteção e os salários miseráveis, dizimavam em curto espaço de tempo grandes parcelas da população trabalhadora.

Em épocas mais recentes o Estado também foi chamado a resolver os problemas mais sérios de destruição ecológica, resultantes do desenvolvimento

capitalista, embora isso venha sendo feito, em grande parte, através da exportação daqueles problemas para países menos desenvolvidos. A nova divisão internacional do trabalho, intensificada nos últimos anos de acordo com os interesses dos grandes conglomerados financeiros e industriais, tem estabelecido para esses países a tarefa de produzir matérias-primas e bens intermediários cujos dejetos são poluidores, enquanto reserva para os países centrais as chamadas indústrias limpas. Na verdade, quanto mais se estende a socialização da produção, mais evidentes se tornam os desequilíbrios de renda e regionais causados pela apropriação privada dos meios de produção e da própria produção, portanto pela apropriação privada dos resultados do trabalho.

A intervenção do Estado no capitalismo, a rigor, e fundamentalmente uma intervenção na distribuição. Nos países desenvolvidos, as políticas do Estado para redistribuir a renda podem ser aplicadas numa certa escala em virtude dos enormes excedentes obtidos por esses países com a exploração e a espoliação dos países que compõem o terceiro e quarto mundos. Instrumentos como preços subsidiados, que limitam ou tendem a descartar os mecanismos de mercado, são introduzidos para reduzir as diferenças de renda, os desequilíbrios regionais, às condições dos serviços sociais etc.

Quando o Estado se vê na contingência de reduzir suas políticas sociais, como está ocorrendo nos EUA em virtude de seu declínio econômico, e os mecanismos de mercado podem agir mais livremente, a tendência é que se aguce a contradição entre a socialização da produção e a apropriação privada, acentuando-se a concentração de renda num pólo e a pobreza e a miséria no outro.

Nos Estados socialistas havia a suposição de que, eliminada a apropriação privada através da estatização e/ou socialização da propriedade dos meios de produção, a distribuição da renda se daria de forma equilibrada e sem grandes diferenças. A determinação dos salários e rendimentos, assim como dos investimentos, seria efetivada pelo planejamento centralizado. Aquele equilíbrio seria então alcançado, utilizando-se do princípio segundo o qual, de cada trabalhador seriam exigidos resultados de acordo com sua capacidade e cada um seria retribuído de acordo com seu trabalho.

Entretanto, a condição para uma distribuição mais equilibrada da renda reside num amplo e diversificado desenvolvimento das forças produtivas, de modo que a socialização da produção atinja todos os setores da vida social. Enquanto isso não ocorrer, e não for possível elevar o saber e os conhecimentos culturais, técnicos e científicos de todos os trabalhadores, aquele princípio continuará sendo gerador de desigualdades, mesmo que seja aplicado corretamente.

Examinando a economia de todos os países socialistas, mesmo a da União Soviética, que foi a que observou o maior desenvolvimento tecnológico, não é difícil notar que o processo de evolução das forças produtivas foi muito

diferenciado. A socialização da produção ficou restrita a algumas áreas, obrigando o Estado a estabelecer critérios rígidos de remuneração do trabalho para evitar desigualdades muito gritantes na divisão do bolo da riqueza.

Essa intervenção entorpecia, porém, a produtividade e o avanço tecnológico, obrigando o Estado, ainda uma vez, a diversificar sua política de distribuição. Na União Soviética, os trabalhadores de alguns setores da indústria pesada e de tecnologia de ponta, que haviam alcançado alto nível de socialização, eram remunerados de acordo com o princípio de a cada um conforme seu trabalho. Na Alemanha Democrática isso acontecia com os trabalhadores da indústria microeletrônica; na Romênia, com os mineiros; na Bulgária, com os químicos.

Em contraste, os trabalhadores da indústria leve, dos serviços e do comércio, que apesar de monopolizados, apresentavam um baixo grau tecnológico e de socialização, não eram remunerados conforme seu trabalho. Essa situação agravava-se ainda mais pelo fato de que a maior parte da força de trabalho dos países socialistas—um dos componentes fundamentais das forças produtivas—ainda e composta de trabalhadores manuais, com pequena qualificação técnica, embora a formação de técnicos de grau médio e superior tenha criado uma vasta camada de profissionais gabaritados. A União Soviética, por exemplo, possui mais engenheiros do que os Estados Unidos; a Alemanha Democrática possuía, proporcionalmente a sua população, mais técnicos de nível superior do que a Alemanha Federal.

Essa situação era mais ou menos comum a todos os países socialistas. Mas não se traduzia, necessariamente, em remunerações adequadas a essas camadas, tecnicamente mais preparadas, que correspondessem àquele princípio socialista de distribuição. Ou mesmo à qualificação mais elevada que apresentavam. Por questões ideológicas, em vários países socialistas, os setores mais qualificados recebiam remuneração inferior à dos operários manuais.

Na verdade, o Estado procurava razões ideológicas e políticas (como evitar o surgimento de privilegiados sociais que conduzissem à formação de novas camadas burguesas), para encobrir o fato de que o desenvolvimento das forças produtivas ainda era limitado e não permitia realizar uma distribuição equilibrada da renda.

Tais dificuldades ficam mais evidentes quando verificamos que o desenvolvimento desigual das forças produtivas nos países socialistas manteve a produção de muitos setores nos limites da escassez. Fato não menos importante, desconsiderado por grande parte dos analistas, é a existência da divisão internacional do trabalho, historicamente formada, e de um mercado mundial ainda dominado pelo capitalismo. Os países socialistas não tinham condições de escapar a nenhum dos dois, o que constituía um poderoso fator a mais para a manutenção dos mecanismos de mercado nas economias socialistas e, portanto, para a permanência de uma distribuição desigual dos frutos do trabalho.

Em vez de combinar o processo de socialização com os mecanismos de mercado de forma consciente, buscando meios de evitar polarizações na distribuição, a maioria dos países socialistas adotou a postura de centralizar e estatizar anormalmente todos os setores produtivos e abolir, artificialmente, aqueles mecanismos, realizando a distribuição unicamente através de decisões administrativas.

Nessas condições, foi inevitável que surgissem e se desenvolvessem economias subterrâneas e clandestinas que suprissem boa parte das necessidades apresentadas pela sociedade e realizassem uma nova redistribuição da renda. Motoristas particulares e do próprio Estado cobriam a escassez de transportes urbanos e ampliavam seus rendimentos funcionando como taxistas; vegetais e flores, que despertavam pouco interesse nas grandes cooperativas e praticamente não constavam dos planos, passaram a ser vendidos diretamente por agricultores, que aproveitavam sua gleba individual para produzi-los e complementar seus ganhos; bombeiros hidráulicos, mecânicos, eletricitas, pedreiros e outros profissionais, que trabalhavam nas empresas estatais, passaram a atender aos pedidos de consertos fora (ou mesmo durante) sua hora de trabalho, cobrando taxas extras. Criou-se toda uma economia de ganhos privados fora do trabalho estatal ou até mesmo utilizando-se da propriedade estatal ou cooperativa.

Na União Soviética, estimava-se que cerca de 20 milhões de trabalhadores realizavam atividades econômicas clandestinas, gerando pelo menos 10 bilhões de dólares. Entretanto, talvez não seja essa a parte mais importante ou significativa da economia subterrânea (na realidade, de mercado), surgida nos países socialistas.

As transações camufladas envolvendo diretores de empresas, funcionários do Estado e do partido dominante, tanto nas localidades quanto nos órgãos centrais — visando intercambiar materiais, equipamentos e mão-de-obra por fora das ordens estatais —, passou a movimentar volumes consideráveis dos fundos alocados às empresas. Elas permitiam aos administradores cumprir não só as metas estabelecidas pelo plano, mas também enriquecer de forma fraudulenta um grande número de membros da chamada *nomenklatura*.

Na economia capitalista, a distribuição da riqueza gerada pela sociedade ocorre fundamentalmente na produção. Na circulação das mercadorias e nos serviços se dá uma nova redistribuição entre os indivíduos e empresas, através das transações de mercado. Nos países socialistas, porém, a simples revenda de objetos comprados por indivíduos constituía crime de especulação, o que inibia a atividade individual. Como a escassez não permitia uma distribuição nem mesmo conforme o trabalho, a economia mercantil passava a impor suas leis por meio das atividades clandestinas, desequilibrando ainda mais a distribuição.

As reformas econômicas no socialismo pretendiam modificar essa situação. As entidades econômicas passariam a ter o direito de vender a qualquer outra o que produzissem acima do plano, assim como matérias primas, equipamentos e

matériaes não utilizados. Essa autonomia dada às empresas também deveria se refletir nos salários, prêmios e fundos sociais. E nos preços, que teriam que basear-se nos custos e lucratividade.

A renda excedente obtida pelas empresas deveria então ser distribuída entre seus diversos fundos. Os fundos de salários, por sua vez, passariam a ser estabelecidos conforme regras econômicas rígidas, através de uma fórmula que estabeleceria a relação entre a magnitude do fundo salarial e o volume de produção, este por sua vez expresso por índices que estimulassem a economia do processo. Além da liberação da mão-de-obra sobranete, esse novo sistema de contabilidade tenderia a gerar excedentes a serem distribuídos pelos fundos de desenvolvimento produtivo e pelos fatores de trabalho que apresentassem uma maior produtividade e rentabilidade.

Apesar das esperanças depositadas nesses novos mecanismos para desenvolver as forças produtivas, elevar a produção e a geração de riquezas, permitindo uma distribuição mais ampla da renda, e uma ilusão supor que eles consigam realizar uma divisão mais equitativa do bolo. A não ser que o Estado e seu planejamento, assim como a resistência da nova luta de classes, tenham força e legitimidade para sustar as polarizações e realizar o tipo de redistribuição que o mercado normalmente se nega a fazer em virtude da cegueira de suas forças, esses mecanismos devem acentuar os desequilíbrios na distribuição da renda.

Rumo ao desconhecido

As sociedades socialistas evoluíram até hoje através de ciclos de centralização e descentralização, mais longos ou mais curtos, dependendo da situação — apesar das aparências e das análises simplistas que só tem enxergado uma centralização imutável. No caso da União Soviética, o curto período de centralização do "comunismo de guerra" foi substituído pela descentralização da NEP, que se estendeu por oito anos. A centralização stalinista prolongou-se por 23 anos, enquanto a descentralização tentada por Malenkov-Krushev-Kossiguin ziguezagueou por doze anos. A centralização de Brejnev, que a substituiu, foi de quase vinte anos. A atual descentralização da *glasnost-perestroika* já dura seis anos.

Nem sempre tem ocorrido que centralização signifique atraso e descentralização avanço. Ambas reapresentam processos bastante complexos, nos quais alguns aspectos conseguem agir positivamente na evolução econômica, social e política, enquanto outros agem negativamente. A descentralização da NEP, por exemplo, amainou as contradições entre operários e demais trabalhadores urbanos, de um lado, e os camponeses de outro. Mas estabeleceu um ritmo de desenvolvimento industrial que, a médio prazo, como a história demonstrou, teria sido fatal para a sobrevivência da União Soviética. A centralização stalinista, por seu turno, se cometeu barbaridades sem-conta e uma

acentuada involução política, fez com que a União Soviética se transformasse numa potência industrial e agrícola de primeira grandeza num curto espaço de tempo.

Esse tipo de contradição tem sido inerente a todos os processos de centralização ou descentralização ocorridos nos diversos países socialistas. Nem sempre as tendências reais correspondem às decisões políticas voluntárias. A "revolução cultural" chinesa foi extremamente centralista em suas decisões políticas (formação das comunas populares, que centralizavam todas as atividades econômicas, políticas e de administração pública); mas suas tendências reais foram extremamente descentralizadoras (desagregação do poder central, formação de inúmeros grupos políticos conflitantes, experiências econômicas autênticas chocando-se contra a centralização das comunas etc.). O resultado final foi o predomínio dessa última tendência descentralizadora, que continua pressionando fortemente a sociedade chinesa para aberturas maiores na economia e na política.

Aperestroika soviética tem um conteúdo eminentemente descentralizador. Sua meta é romper o monopólio e a alta centralização do planejamento e permitir um desenvolvimento autônomo dos diferentes agentes econômicos, sociais e políticos da sociedade. Os planejadores da *perestroika* esperavam uma rápida melhoria da economia soviética, superando os gargalos que à levaram a estagnação. Pensavam que a introdução dos mecanismos de mercado permitiria que se voltasse a aproveitar todo o potencial do país, resolvendo praticamente todos os problemas de uma só vez.

Nada disso aconteceu. A *perestroika*, em seus seis anos de vida, assistiu ao agravamento de todos os problemas e defeitos crônicos da economia de comando, levando o sistema soviético a um grau de deterioração jamais visto. Em certa medida, excetuando-se algumas economias socialistas da Ásia, todos os países do Leste Europeu acompanharam o caminho soviético de deterioração e agravamento, após iniciado o processo de descentralização. Até mesmo a economia húngara, que há vinte anos vinha se descentralizando e tendo alguns êxitos visíveis, ingressou na crise geral dos países socialistas da Europa Oriental.

É evidente que a economia de comando, sozinha ou com suas derivacões (economias de acordo, obscuras e informais), demonstrou ser incapaz de continuar realizando um crescimento sustentado. Por outro lado, a idéia simplória de que basta descentralizá-la, misturá-la ou substituí-la pela economia de mercado, parece estar causando conseqüências que ameaçam mergulhar aquelas economias e sociedades no desconhecido.

Vigora, por exemplo, a suposição de que a livre comercialização de produtos escassos por si só e capaz de estimular a produção e resolver os problemas do abastecimento. Na prática, as coisas se passam de outro modo. A livre comercialização, nas condições atuais da maioria dos países socialistas, resulta de imediato numa considerável elevação dos preços (alta demanda com

pequena oferta) e no atendimento prioritário dos mercados mais próximos dos centros produtores. Na União Soviética tem sido comum o fato de centros regionais como Irkutski ou Alma-Ata estarem bem abastecidos de produtos agrícolas, enquanto tais produtos são escassos em cidades como Moscou e Leningrado. Na Romênia, na Bulgária e na Polônia, as zonas rurais seguram os estoques de grãos, deixando as capitais e outras cidades maiores na penúria. Também é comum que ocorra o inverso quando se trata dos produtos industriais. Milhares de empresas e localidades e milhões de pessoas de regiões fora dos centros produtores não terão acesso aos produtos, seja porque a produção mal suprirá o mercado imediato, seja porque os preços estarão acima do poder aquisitivo de muitos.

Dessa forma, o livre comércio, que deveria superar o racionamento planejado, institui um racionamento via preços. A produção só se elevará à medida que o mercado detectar a extensão do poder aquisitivo a níveis compatíveis com o novo patamar de preços. O problema continua o mesmo, embora de sinais invertidos e com a aparência hipócrita de liberdade e igualdade de oportunidades. Já nos países capitalistas modernos, numa situação idêntica realiza-se um processo combinado de liberação dos canais de comercialização e, ao mesmo tempo, de estímulo ao aumento da produção de mercadorias de grande procura. As medidas de estímulo a produção e circulação de mercadorias nas regiões e setores de menor poder aquisitivo são fundamentalmente administrativas, de origem estatal. A liberação completa da comercialização só se dá quando a oferta e a demanda alcançam certo equilíbrio, evitando-se assim um nível exagerado de preços. Entretanto, apesar desse tipo de procedimento haver sido comum na Alemanha, Japão, França e outros países capitalistas desenvolvidos, a receita neoliberal para os países socialistas é diferente.

Também não há uma definição muito clara quanto aos rumos que as empresas devem seguir para alcançar melhor rendimento e, ao mesmo tempo, atender adequadamente as diferenciadas demandas sociais. A implantação plena da autogestão e da autonomia econômico-financeira, deixando as empresas funcionarem segundo as forças livres do mercado, leva-as à prática generalizada de fabricar somente produtos de alta procura e preços elevados, que permitam maior lucratividade. Dessa maneira, medidas adotadas com o intuito de melhorar a produção, a produtividade, a qualidade e o rendimento das empresas, podem voltar-se contra elas e contra toda a economia. A concorrência desenfreada e cega pode conduzir muitas empresas à falência, com todas as conseqüências conhecidas. Não é de hoje que se conhecem os resultados danosos da ação da "mão invisível" que pauta as economias de mercado.

Argumenta-se que as empresas estatais socialistas já faliram há muito tempo e que o mais adequado para sanear a economia seria mesmo deixar que elas sejam sucateadas, para que uma nova economia se erguesse sobre seus escombros. Entretanto, o estado falimentar das empresas estatais socialistas é uma meia-verdade. Além disso, nenhum país soberano que se preza pode deixar

sua indústria ser sucateada na suposição de que o mercado erguera uma outra, mais moderna, sem enormes custos sociais. Todos os países capitalistas avançados passaram por crises iguais ou mais sérias do que as atravessadas pelos países socialistas e nenhum deles permitiu que suas empresas falidas fossem completamente sucateadas. O capitalismo exigiu do Estado medidas para salvá-las. Isso pelo simples fato de saber que sucatear uma indústria é o mesmo que queimar capital acumulado.

O capitalismo sempre soube combinar, em momentos semelhantes, medidas que combinavam a autonomia das empresas com normas que estabeleciam certos limites à concorrência. E não descartou o uso de instrumentos financeiros e do orçamento estatal para estimular a produção dos bens demandados pela população, inclusive os não-rentáveis. O socialismo poderia utilizar instrumentos idênticos noutra perspectiva.

No entanto, influenciados pelo neoliberalismo, os novos planejadores dos países socialistas aderiram com toda alma as normas livres do mercado. Tendem a abandonar completamente qualquer orientação de planejamento e entrar de ponta-cabeça na disputa por lucros rápidos e altos. Arriscam-se, com isso, a perder a própria alma, embora acreditem que com o tempo o mercado normalizara a situação. Como acreditam, também, que o sofrimento dos trabalhadores e do povo serão compensados no futuro, com o melhoramento do funcionamento da economia.

Muita gente nos países socialistas continua acreditando nessas promessas. Entretanto, o dia-a-dia aumenta o descontentamento da população com as práticas das novas empresas livres, sejam cooperativas privadas, sejam empresas arrendatárias, individuais e familiares. Isso ocorre em particular na União Soviética, onde tais empresas parecem abusar dos preços elevados, mesmo quando revendem mercadorias adquiridas das empresas estatais por preços muito inferiores.

A reforma dos preços tornou-se um dos problemas cruciais do socialismo de mercado. Para equilibrá-los com os custos reais, sem causar grande tensão social, seria necessário compensar seu aumento com um poder aquisitivo maior da população. Seria necessário, assim, transferir para os salários a maior parte dos subsídios que eram praticados pela economia de comando. Esse método, porém, impediria o aumento da lucratividade tão almejada pelas empresas, chocando-se de frente com os mecanismos de mercado. Como estes parecem ser a panacéia para todos os problemas, a tendência mais provável é que a reforma de preços nos países da Europa Oriental não contemple os trabalhadores, esquecendo-se por conveniência que a força de trabalho também é uma mercadoria e que salário também é preço.

Esses poucos exemplos mostram como são incertos e nebulosos os rumos da economia reformada dos países socialistas. Para reimplantar o mercado capitalista, as forças liberais precisam de uma forte dose de intervencionismo

estatal para sucatear os setores econômicos socialistas e abrir caminho para os investimentos privados. E terão que usar cada vez mais os mecanismos clássicos de repressão para domar os desempregados e todos os elementos de desordem social que surgem aos magotes com a seleção darwinista do mercado.

O mercado tende, pois, a reproduzir, com sinal contrário, muitos dos males e defeitos da economia de comando. O que parece ser verdade, também, para os novos sistemas políticos que estão substituindo o despotismo socialista. Este esgotou-se não só porque o socialismo criou novas e extensas camadas sociais que aspiram a liberdades mais amplas e estão desejosas de participar da política, mas porque foi incapaz de resolver os problemas de crescimento colocados por seu próprio desenvolvimento econômico e pelo desenvolvimento do resto do mundo.

A implantação da democracia parlamentar procura resgatar nos países socialistas a conhecida separação dos poderes, além de separar as funções do partido e do Estado, evitando que o partido dirigente se transforme no próprio Estado. Entretanto, do mesmo modo que durante o monopólio do poder pelos comunistas só estes indicavam quem deveria ocupar os postos de direção, agora vai se consolidando uma política em que a democracia deve excluir os comunistas e socialistas. Também há uma forte pressão para excluir dos órgãos clássicos de poder representantes das organizações sociais, como sindicatos e outras entidades.

O sistema eleitoral tende a ser sacralizado como a única via de representação democrática da sociedade apesar de serem bem conhecidas suas limitações para fazer com que no parlamento estejam representados todos os segmentos em que a sociedade de fato está dividida. Desse modo, o Estado pode vir a transformar-se num instrumento de domínio de uma nova minoria, mesmo que isso tenha a aparente legitimidade das urnas eleitorais. O pluralismo político, apesar de todas as suas vantagens, pode reproduzir sob outras formas o autoritarismo e o despotismo.

O caminho para isso, entretanto, também está calçado de dificuldades. Em alguns países (Romênia, Bulgária e Albânia) os antigos comunistas conquistaram maiorias parlamentares significativas. Embora sua nova postura social-democrata os leve a aceitar a democracia parlamentar como o instrumento máximo de democracia, sua simples hegemonia coloca obstáculos ao avanço tranquilo do liberalismo político. Na Checoslováquia, os comunistas e socialistas aumentaram sua força eleitoral. Na Hungria, sua representação também tem peso. Em todos esses países, apesar do movimento para implantar democracias sem comunistas e socialistas (o que torna sem qualquer sentido a idéia de democracia), sua presença deve aguçar a disputa política, embora na atualidade tendam mais à conciliação do que à luta.

Na Iugoslávia e na União Soviética os processos são bem mais complexos. Na primeira, a desagregação nacional coloca momentaneamente em segundo

plano as questões referentes à representação política. Já na União Soviética, ainda não houve um embate mais sério entre as forças do PC e dos outros partidos em processo de organização. As vitórias eleitorais de Ieltsin e de outros "independentes", porém, mostram que as forças contrárias à continuidade do domínio dos comunistas cresceram significativamente.

De todo modo, os processos políticos em curso demonstram um regresso às formas clássicas da democracia parlamentar dos países capitalistas e não um avanço em relação a formas mais amplas de exercício e participação democrática das grandes massas do povo.

Assim, tanto na economia quanto na política, os países socialistas do Leste Europeu parecem enveredar por caminhos incertos.

Nem tudo que reluz é ouro

Apesar da propaganda capitalista e neoliberal repetir a exaustão as excelências do mercado e de sua democracia parlamentar, é difícil esconder que um bilhão de pessoas, que vivem sob sua tutela, se encontram num estado abaixo da linha da pobreza; quase um bilhão sofre de subnutrição; outros um e meio bilhão vivem sem assistência médica ou moram em acomodação precárias. Milhões de pessoas dos países capitalistas menos desenvolvidos morrem anualmente por doenças derivadas da fome. E as injustiças e repressões sociais e políticas fazem parte do cotidiano de todas elas.

Mesmo nos países desenvolvidos, a pobreza atinge parcelas significativas da população e, em alguns casos, como nos Estados Unidos, cresce a cada ano. Milhares ou centenas de milhares já são catalogados na categoria dos sem-teto e milhões vivem quase permanentemente sem emprego. A situação atingiu níveis tão alarmantes que, recentemente, o censo norte-americano foi flagrado numa tentativa de maquiar o crescimento do número de pobres nos EUA.

Apesar disso, a economia de mercado foi capaz de criar um oásis de opulência e riqueza desconhecido das épocas anteriores da humanidade. Em alguns poucos países do mundo, concentraram-se riquezas fabulosas nas mãos de alguns poucos capitalistas e a maioria da população consegue manter um padrão de vida elevado. Em países como a Alemanha e o Japão, parcelas consideráveis dos trabalhadores ganham o suficiente para adquirir inclusive objetos de luxo e gastar em férias e lazer. O desenvolvimento da tecnologia nesses países atingiu níveis que permitem à humanidade vislumbrar a perspectiva da diminuição considerável da Jornada de trabalho e do atendimento de praticamente todas as necessidades sociais. O aumento da capacidade produtiva nesses países é de tal magnitude que assegura a viabilidade de um futuro em que o conjunto da humanidade possa ver satisfeitas suas necessidades materiais e culturais.

Por isso mesmo, é chocante que milhões de pessoas morram de fome, enquanto toneladas de alimentos são destruídas para impedir a queda de seus preços, como tem ocorrido com a produção agrícola da Comunidade Econômica Européia e dos EUA. É chocante que montanhas de carne e manteiga continuem estocadas para garantir preços e lucros, enquanto a subnutrição se alastra pelos países da Ásia, África e América Latina.

Do mesmo modo é chocante que em alguns poucos países, os trabalhadores e a população tenham conquistado importantes direitos de cidadania, embora ainda com limitações, enquanto na maioria dos países capitalistas tais direitos nem mesmo existam formalmente. Ou, quando existem, sejam ignorados e

espezinhados.

Esse mecanismo que cria, ao mesmo tempo, um oásis de opulência e de cidadania, em algumas áreas do mundo, e massas de pobreza extensas e repulsivas, excluídas dos mínimos direitos, na maior parte do globo terrestre, coloca em dúvida as excelências do mercado e nos faz acreditar que nem tudo que reluz é ouro.

Liberdade do mais forte

Os manuais de economia costumam dizer que o mercado é o lugar econômico no qual se encontram muitos vendedores e compradores para trocar entre si uma ou várias mercadorias, sendo essa troca intermediada pela moeda ou dinheiro. Desde a antiguidade, esse processo de troca ou intercâmbio vem dando lugar ao surgimento de mercados de diferentes tipos, embora limitados.

O capitalismo se distingue de todas as épocas históricas anteriores por haver transformado praticamente tudo em mercadoria, inclusive a força de trabalho; e por haver transformado o mundo num amplo e diversificado mercado. O capitalismo conseguiu universalizar a mercadoria e o mercado.

O dinheiro que serve para intermediar as trocas torna-se capital ao adquirir matérias-primas, máquinas e instrumentos de trabalho (meios de produção) e mão-de-obra (força de trabalho), fazendo com que a ação do trabalho humano transforme aqueles meios de produção em produtos finais ou novas mercadorias. Ofertadas no mercado, essas mercadorias transformam-se novamente em dinheiro para retornar ao ciclo produtivo como capital. Elas pertencem, assim, não ao produtor direto, não aquele que lhe deu forma como produto, mas sim ao proprietário do capital.

No ato da troca, a mercadoria muda de proprietário, colocando em evidência sua relação social. A mercadoria força de trabalho, que pertencia ao trabalhador, passa a pertencer ao proprietário do capital durante o tempo em que coloca em ação as máquinas. O capital compra a força de trabalho por um certo preço — o salário — para poder utilizá-la de acordo com seus interesses. Na economia de mercado tudo tem preço. Isso permite ao proprietário dos meios de produção, ao capitalista, além de se apropriar dos resultados do trabalho, aparecer como produtor. Ermírio de Moraes apresenta-se como produtor de cimento e ferro; Mário Amato como produtor de bebidas; Maria Pia Mattarazzo como produtora de alimentos e produtos diversos. O trabalhador assalariado, nessa economia, não passa de mão-de-obra.

O capitalismo mantém separados trabalho e propriedade dos meios de produção, colocando sob seu controle todos os mecanismos necessários ao processo produtivo. Entretanto, sem a força de trabalho o capitalista não consegue colocar em movimento tais mecanismos, apesar de todo o avanço conquistado pela informatização e automação do processo de produção. A força

de trabalho é elemento constitutivo do processo de produção e, como tem preço, é também elemento constitutivo do custo de produção. Como o trabalho humano entra na composição dos custos de todos os meios de produção e de todos os produtos finais, ele é na verdade o principal elemento para a determinação do preço das mercadorias.

Muitos economistas se negam a aceitar esse fato. Para eles o preço depende basicamente da oferta e da procura. Quanto maior a oferta, menor o preço, dependendo da procura por essa mercadoria. Se a procura é muito superior a oferta, os preços se elevam. Isso não deixa de ser verdade. Entretanto, os próprios capitalistas desprezam isso ao determinar os custos monetários de sua mercadoria e fixar seu preço.

O capitalista calcula os custos ou gastos de meios de produção e de força de trabalho (salários), considerando a diferença entre esses custos e o preço da venda como lucro. Portanto, para o próprio capitalista, os preços são fixados, em primeiro lugar, de acordo com as despesas em materiais e salários. Entretanto, se o gasto com materiais, máquinas, equipamentos etc., for decomposto, também neles o fator trabalho estará sempre presente como trabalho morto, podendo ser deduzido como tempo de trabalho aplicado em sua produção. A rigor, então, é o tempo de trabalho que determina os custos e, portanto, os preços e suas partes componentes, como o lucro.

Esse preço básico, determinado pelo custo, e na verdade o valor da mercadoria. O mercado, porém, oferece ao capitalista a oportunidade de obter um sobrevalor, caso a demanda seja maior do que a oferta de sua mercadoria. O preço de mercado, nesse caso, é superior ao valor, permitindo ao capitalista obter um lucro extra. Pode ocorrer, porém, o contrário, se a oferta for maior do que a procura. Nesse caso o capitalista será obrigado a vender sua mercadoria por um preço abaixo do valor.

Ao contrário do que dizem os capitalistas, isso não significa que eles deixaram de ter lucro. Significa, tão somente que, ao vender por preço abaixo do valor, eles obtêm um lucro menor, já que no valor da mercadoria está embutido o lucro gerado pela parte do trabalho que o capitalista deixa de remunerar. Não é casual, assim, o esforço do capitalista para manter o preço da força de trabalho o mais baixo possível.

A força de trabalho, como qualquer outra mercadoria, também tem valor e preço. Seu valor é determinado pelas mercadorias que o trabalhador e sua família devem consumir (aqui incluídas alimentação moradia, vestuário, transportes, saúde, educação, lazer) para repor as energias físicas e mentais e reproduzir a espécie. Quando governos, empresários e sindicatos discutem sobre salário mínimo e cesta básica, eles estão falando do valor mínimo da força de trabalho. Esse valor pode se elevar se o trabalhador agregar a si mesmo novas energias (conhecimentos e habilidades). Se a oferta de força de trabalho no mercado for maior do que a procura, os preços (salários) tendem a ser menores do que seu

valor; se a oferta for menor, os preços da força de trabalho tendem a subir. Assim, como qualquer mercadoria, os preços da força de trabalho podem variar para cima ou para baixo de seu valor, dependendo da oferta e da procura.

Mas a força de trabalho possui uma característica que a distingue de todas as outras mercadorias. Ela é capaz de gerar, no processo produtivo, um valor maior do que o seu próprio. Ou seja, ela pode produzir uma quantidade de mercadorias maior do que é capaz de consumir. É isso que tem permitido à humanidade gerar riqueza. E é isso que permite ao capital valorizar-se, valorização que é tanto mais intensa quanto maior é a produtividade do trabalho.

Essa valorização do capital, que se manifesta na busca do lucro máximo pelo capitalista e resulta na acumulação crescente do capital, é o grande objetivo do capitalista. Os próprios capitalistas têm repetido, abertamente, que não existem para fazer benemerências e sim para obter lucros.

O capitalista só realiza o seu lucro, porém, quando suas mercadorias são vendidas no mercado. Isso leva as pessoas a supor que o lucro sai da comercialização e não da produção, embora ele esteja contido potencialmente nas mercadorias produzidas. Do mesmo modo que o sabor do feijão só aparece após o seu cozimento, embora esteja potencialmente contido no grão cru, também o lucro contido na mercadoria só aparece na venda.

Esse fato faz com que o capitalista seja obrigado a realizar dois movimentos articulados para alcançar as taxas de lucro que persegue. Por um lado, ele realiza uma série de operações com a própria mercadoria para conseguir que toda a quantidade produzida seja vendida. Introduce inovações no produto e cria as mais variadas formas de induzir ou pressionar os compradores potenciais a consumir sua mercadoria. A indução do consumo, através da publicidade, é um dos instrumentos mais poderosos descobertos pelo capitalismo para realizar seu lucro.

Por outro lado, o capitalista realiza inovações nos procedimentos produtivos, usando máquinas novas e mais modernas, novos materiais, novas fontes de energia e novas formas de organização do trabalho, que lhe permitam uma produção igual ou maior com um número bem menor de trabalhadores. Essa elevação da produtividade lhe permite, vendendo pelo mesmo preço anterior, obter um lucro diferencial (ou manter o mesmo lucro se a demanda cair), visto que o aumento da produtividade tende a rebaixar os custos unitários das mercadorias.

O capitalismo é levado a realizar esses movimentos porque se defronta, no mercado, tanto com os trabalhadores quanto com outros capitalistas. Os trabalhadores, ao realizar sua luta pela elevação dos salários, pela redução da Jornada de trabalho e por outros benefícios, na verdade disputam com o capitalista a repartição do lucro. As inovações tecnológicas representam o esforço desesperado do capitalista para produzir com o mínimo de mão-de-obra, escapando daquela disputa e mantendo ou elevando seu lucro. Com isso, por

outro lado, o capitalista inovador introduz uma diferença entre ele e os demais capitalistas, em especial os que produzem a mesma mercadoria ou similares. Ele obtém um lucro diferencial que o coloca em posição vantajosa no mercado. Os demais são estimulados a buscar as inovações que os igualem ou os coloquem em posição melhor do que o capitalista que deu partida às inovações. A luta de classes e a concorrência entre os capitalistas fazem com que o processo de inovações tenda a se generalizar entre todos os capitalistas, nivelando os lucros.

Uma economia de mercado concorrencial caracteriza-se, em grande parte justamente por esse processo dinâmico de concorrência entre empresas inovadoras e empresas que aplicam métodos tradicionais, entre empresas que começam a entrar na via das inovações e aquelas que já estão nessa via há mais tempo. A essa competição deve-se, sem dúvida, o constante aperfeiçoamento técnico dos meios de produção e da força de trabalho, tendo em vista justamente a elevação da produtividade e consequente diminuição da mão-de-obra necessária.

Essa concorrência, porém, ocorre de modo mais complexo do que uma simples disputa para ver quem produz mais e melhor em menos tempo. Ela conduz a uma verdadeira guerra na qual, através das inovações tecnológicas, as empresas tornam-se cada vez maiores em termos de capital aplicado, concentrando a produção em unidades cada vez mais produtivas, que colocam fora do mercado aquelas que são incapazes de acompanhar a velocidade das mudanças. Por outro lado, na medida em que a escala do capital necessário ganha dimensões muito grandes, ocorre uma espécie de interação entre o capital produtivo e o capital bancário, efetuando-se uma centralização da vida econômica. Na verdade, as inovações tão elogiadas no processo de concorrência são decididas, na prática, por quem tem mais dinheiro para transformar em capital, inclusive para comprar as inovações. Vivemos no mundo da competitividade oligopolista.

Os monopólios e oligopólios capitalistas, surgidos desse processo, tendem a dominar o mercado, liquidando com toda a concorrência do tipo anterior. No caso do monopólio, para que ele exista é preciso que não se apresente nenhuma outra empresa que produza a mesma mercadoria ou algum similar que concorra com ela. Na prática, entretanto, ocorre também concorrência entre monopólios quando um grupo de empresas produz mercadorias similares capazes de disputar o mesmo mercado.

Nesse caso, dá-se uma situação de oligopólio, no qual umas poucas empresas produzem mercadorias iguais ou similares. A concorrência entre monopólios e oligopólios é mais complexa. O processo de concentração do capital tende a fazer baixar a taxa média de lucro, criando dificuldades para que os monopólios alcancem o lucro máximo.

Para superar tais dificuldades, as empresas monopolistas ou oligopolistas precisam compatibilizar seus preços com a possibilidade de realizar a comercialização total de seus produtos, o que leva alguns estudiosos a supor que

os monopólios não buscam o lucro máximo, mas sim a maximização das vendas. No caso dos oligopólios, as empresas variam a oferta para influir nos preços das demais e ampliar a faixa de mercado que lhes pertence. Para maximizar os lucros é comum que as empresas monopolistas façam acordos entre si, dividindo áreas exclusivas de mercado ou estabelecendo preços combinados.

É o que a Brahma e a Antartica realizaram durante muitos anos. Agora, porém, estão em guerra aberta pelo controle da faixa de mercado que pertencia a outra. Também é comum a guerra pelo controle das ações dos concorrentes (as chamadas fusões hostis, muito comuns nos EUA), como aconteceu na disputa entre a Globo e o grupo Brasilinvest, pelo controle da NEC do Brasil. Em todos esses casos, a publicidade é aparentemente o instrumento básico da disputa de mercado, embora sejam comuns a espionagem, a chantagem, os assassinatos e outros métodos próprios

do banditismo.

Nos EUA, as práticas de gangsterismo fazem parte dos métodos de competição entre as empresas. Também são comuns no mercado japonês os *sokaia* (baderneiros), pagos para fazer provocações e ataques físicos durante reuniões de acionistas das empresas; os *jiagaya* (tubarões), capazes de utilizar a agressão física e o assassinato para forçar pequenos proprietários a vender imóveis valorizados; e os fundos *tokkin*, através dos quais as grandes empresas distribuem ativos a aventureiros para evitar impostos sobre ganhos de capital.

O *dumping* (venda por preço abaixo do custo de fabricação), embora proibido em vários países, é uma prática competitiva corrente entre os monopólios e oligopólios. No Japão, é uma prática legal que garante a manutenção de mão-de-obra nos momentos em que há excesso de oferta. As perdas são compensadas no futuro, quando o domínio do mercado e a lealdade da força de trabalho a custos mais baixos permitem alta lucratividade.

Com o *dumping*, o capital monopolista pode perder dinheiro até por alguns anos para dominar o mercado. Em grande medida, foi isso que as multinacionais americanas fizeram para dominar vários setores da economia brasileira, no passado. E é o que as grandes corporações japonesas estão fazendo agora para dominar as principais áreas do mercado financeiro americano e inglês. Praticando o *dumping*, com suas mercadorias, títulos e ações, em 1988 os bancos japoneses já controlavam 1/3 do ramo bancário internacional de Londres.

É lógico que o *dumping* só pode ser praticado com êxito por empresas que possuam grandes reservas de capital acumulado. No mundo de hoje, com quase um trilhão de dólares em reservas, o capital japonês é, entre todos, o que mais pode dar-se ao luxo de praticar *dumping* onde desejar.

Esse é o exemplo mais típico de que a liberdade do mercado é a liberdade do mais forte, a liberdade de quem tem mais capital.

O mito do consumidor soberano

Um dos mitos mais difundidos pelos defensores da economia de mercado é que nela os consumidores determinam o que deve ser produzido. Através das pesquisas de mercado, as empresas detectariam as preferências e necessidades dos consumidores, produzindo aquilo que lhes é mais útil. Além disso, com ofertas similares, os consumidores teriam plena liberdade de escolha, sendo na verdade soberanos frente aos quais o sistema produtivo se curvaria para atender.

John K. Galbraith, um economista americano, desmascarou completamente esse mito. Ele ampliou a tese de Marx, que afirmava o fato da produção criar novas necessidades. Galbraith demonstrou que o processo produtivo cria essas novas necessidades através da indução ao consumo.

Há sempre um contraste, no sistema capitalista, entre a posição do trabalhador na produção e sua posição diante do consumo. O consumo está direcionado para satisfazer certas necessidades historicamente formadas, que dependem do grau de cultura das pessoas. Ora, manietados pelas exigências da produção mecanizada ou informatizada, os trabalhadores não conseguem elevar sua cultura de forma ampla nem tem tempo para exercitar sua personalidade. Nessas condições, o horizonte de suas necessidades fica limitado, sendo ampliado somente às custas de uma permanente apelo ao consumo de novos produtos fabricados pelo sistema produtivo.

Assim., em lugar de um crescimento livre e soberano das necessidades e do consumo, o que existe é uma indução através da publicidade e dos meios de comunicação de massa. Os consumidores são induzidos a consumir produtos novos que aparentemente atendem a novas necessidades, quando na realidade satisfazem velhas necessidades de modo diferente. As pesquisas de produtos servem, assim, para detectar não novas necessidades livremente formadas pelo desenvolvimento cultural e psicológico dos consumidores, mas sim novas necessidades formadas pela indução do próprio sistema produtivo.

É dessa forma que determinados bens mudam aparentemente sua utilidade. A publicidade consegue fazer, por exemplo, que certas faixas de consumidores tenham cinco ou mais relógios, variando o modelo conforme o ambiente que vão frequentar. O relógio deixa de ser, assim, um objeto para verificar as horas e passa a ser um adereço de moda.

Galbraith demonstrou que não existe o objetivo de produzir bens que satisfaçam as necessidades livremente adquiridas pelos consumidores. É o próprio sistema produtivo que cria essas necessidades, impondo ao consumidor os bens que ele produz ou pretende produzir. A famosa eficiência da concorrência entre as empresas torna-se, dessa maneira, um fim em si mesmo. Uma balela, portanto, já que o objetivo do processo produtivo na economia de mercado capitalista não é o consumo, mas a ampliação do capital. O mercado capitalista só se preocupa com o consumo na medida em que este entra em queda

e, a partir de um certo nível, influi negativamente na reprodução do capital.

Apesar disso, as economias capitalistas mais desenvolvidas oferecem uma ampla gama de bens e serviços, dando a impressão da liberdade de escolha e estimulando os trabalhadores a maiores esforços para aumentar sua renda, sem o que não terão aceno a tais ofertas.

A economia de mercado do Japão, por exemplo, apresenta variantes extra-econômicas típicas: lança no mercado financeiro "ações" que nada tem a ver com o processo de investimento econômico, como ações de semana, ações eleitorais, ações pronto-socorro e outros "produtos" dirigidos exclusivamente à captação de recursos da população para proporcionar maior acumulação do capital financeiro. A indução ao consumo de quinquilharias e superfluos é característica comum a todas as economias capitalistas, resultando em desperdícios imensos de energia material e humana.

Na mesma linha da liberdade de escolha quanto aos bens e serviços de consumo aparecem os preços das economias de mercado. Existe uma noção corrente, extremamente ilusória, de que os preços devem ser livres e estabelecidos conforme acordo entre as partes, pela lei da oferta e da procura. Nessas condições o vendedor deveria levar em conta a demanda para fixar o preço de sua mercadoria.

Na verdade, como vimos, os preços são determinados pelos custos do processo produtivo e também pela lei da oferta e da procura, o que faz com que os preços de venda variem para cima ou para baixo do valor. Os consumidores não exercem qualquer influência na determinação desses preços, os quais na realidade funcionam como guias que podem orientar a procura e a produção para aqueles artigos que possam satisfazer necessidades de modo mais barato. Desse modo, os preços também orientam os investidores, levando-os a optar por um ou por outro produto, ou por um ou outro processo técnico.

Entretanto, além da determinação dos preços pelo nível econômico, os fatores políticos e ideológicos também interferem nessa determinação, o que ocorre ainda mais fortemente nas condições do capitalismo monopolista. Aqui os preços podem variar para cima e para baixo não tanto pela ação da oferta e da procura, porém a partir da estratégia dos monopólios para dominar mercados, liquidar concorrentes ou realizar coalizões com outros grupos monopolistas.

Os preços de mercado, determinados livremente pela concorrência, não passam de ficção. O mercado é o espaço onde as férreas leis de reprodução ampliada do capital, da acumulação capitalista, se realizam às custas de trabalhadores e consumidores em geral. Estes não são soberanos nem livres para realizar suas escolhas, embora há muito venham travando uma prolongada guerra para garantir alguns direitos básicos que os protejam, pelo menos, das imposições mais gritantes.

O consumidor só será soberano quando tiver condições de elevar-se cultural e psicologicamente a um nível em que sua opção de escolha, juntamente com a de

milhões de outros consumidores, for realmente própria, impondo-se ao processo produtivo. Nesse momento, a indução terá pouco ou nenhum efeito, os supérfluos perderão sua razão de ser, o desperdício será superado e a eficiência econômica ganhará um novo conteúdo. O consumidor soberano deixará de ser e não será, certamente, o reino do capitalismo.

Esse é um dos desafios mais sérios do socialismo. Ao mesmo tempo que é pressionado pelos padrões de consumo do capitalismo, induzidos por seu sistema produtivo, terá que estabelecer novos padrões, determinados pelo surgimento do consumidor soberano. Fazer essa passagem sem sofrer os efeitos negativos, porém educativos, de surtos de consumismo, é algo que a experiência dos países socialistas da Europa Oriental mostrou ser de difícil realização.

Adoçante amargo

Ao contrário do que propalam seus agentes, o capitalismo vive em crise quase permanente e só se desenvolve à custa de um constante desequilíbrio entre departamentos, ramos, setores, empresas e capitalistas. O equilíbrio econômico é um alvo jamais atingido pelas economias capitalistas de mercado, nem mesmo por aquelas em que o grau de desenvolvimento alcançou altos níveis.

O capitalismo só se desenvolve mantendo, ao mesmo tempo, uma massa de trabalhadores desempregados. Dilapida, pois, boa parte da força de trabalho qualificada que ele próprio formou. São raros e momentâneos os períodos de pleno emprego. Agora mesmo, nos países desenvolvidos da Europa, mais de vinte milhões de trabalhadores estão sem trabalho. Nos Estados Unidos a marca supera os onze milhões. E no Japão—que durante um período relativamente longo de vinte anos conseguiu manter uma baixa taxa de desempregados (2%), propagandeando as delícias de seu sistema de emprego vitalício — isso acabou e o número de trabalhadores sem emprego cresce firmemente. Se voltarmos os olhos para os países do terceiro e quarto mundos, aí então a face negra do capitalismo quanto ao desequilíbrio entre força de trabalho empregada e desempregada (ou semi-empregada) aparece sem disfarces.

Os teóricos do capitalismo têm consciência desse problema insolúvel, embora tentem remediá-lo. O economista inglês J. A. Hobson considerava o desemprego um completo desperdício de recursos humanos. Interessante é que ele incluía entre os desempregados (isso na década de noventa do século passado) os ricos que, sem profissão e ocupação, viviam na ociosidade. Entretanto, a preocupação de Hobson não era, digamos, humanitária. Ele considerava que a manutenção de uma massa de desempregados tinha como conseqüência uma queda acentuada no consumo, estreitando o mercado interno do país. E apresentava a genial saída para o problema: exercer o imperialismo, de modo a compensar essa restrição do mercado interno. É preciso reconhecer que essa sugestão foi seguida a risca pelo capitalismo desenvolvido, através dos meios mais diversificados, inclusive a guerra.

Os Estados Unidos, por exemplo, que no final do século passado haviam acumulado capital em quantidade que já não cabia dentro de suas fronteiras (como hoje acontece com o Japão), encontrou intelectuais que procuraram justificar a expansão colonial americana a pretexto de reforçar o poder marítimo dos Estados Unidos. Na verdade, tratava-se de dominar o comércio mundial e exportar os dólares acumulados para acumular ainda mais, numa espiral perversa sem fim. Alguns diziam francamente que os americanos, como um grande povo que eram, deviam controlar e dominar o hemisfério ocidental. Outros eram ainda mais claros, afirmando ser parte do destino dos Estados Unidos dominar o comércio mundial. Por causa disso, foram denominados imperialistas.

Os imperialistas americanos tinham consciência de que suas fabricas estavam produzindo mais do que o seu povo conseguia consumir. A expansão capitalista no sentido de dominar outros territórios e povos era inevitável, mesmo que isso se chocasse com a doutrina da Declaração de Independência dos Estados Unidos. O capital americano levou esse povo — forjado na luta contra o domínio de outros países — a enveredar pela conquista e pilhagem. Primeiro foi o Havaí, depois Cuba e o canal do Panamá. A isso se seguiram as: Filipinas e a vigorosa expansão econômica, política e militar dos Estados Unidos em todo o mundo.

A expansão colonial capitalista, subordinando territórios e povos, aprofundou o desequilíbrio entre as diversas regiões do mundo, desequilíbrio que nos dias de hoje atingiu um nível tão profundo que a humanidade talvez tenha que gastar séculos para alcançar um novo, se é que isso será possível algum dia. As economias desenvolvidas tendem na atualidade a transformar-se em verdadeiras economias de cassino, como as chamou a revista *Business Week*. Agem como um ímã poderoso, capaz de atrair todos os recursos ainda existentes na periferia do sistema. Mais do que nunca, quem determina os rumos do futuro é quem domina o capital, internacionalizando ou globalizando o mercado e colocando-o sob seu domínio. Os donos do capital mundial possuem as melhores condições para penetrar nos diferentes mercados, controlar a produção e a distribuição das mercadorias dentro desses mercados e sugar todos os recursos que aparecerem.

Com isso não só desequilibram permanentemente as relações comparativas entre os diversos países e regiões ricas do globo em detrimento das pobres, como desequilibram também as relações entre os países e regiões desenvolvidas. O Japão, por exemplo, conseguiu fazer com que seus produtos tivessem mais competitividade no mercado americano, entre outras coisas, por que a moeda japonesa, o iene, era muito desvalorizada em relação ao dólar. Essa desvalorização permitiu aos japoneses exportar uma enxurrada de produtos japoneses para os Estados Unidos, obtendo grandes saldos em sua balança comercial e acumulando montanhas de dólares. Isso obrigou os americanos a pressionarem o Japão a elevar o câmbio do iene, de modo a

aumentar a competitividade das mercadorias americanas dentro dos próprios Estados Unidos.

O capitalismo japonês, empanturrado de dólares, além de praticar o *dumping* para manter o mercado conquistado, pressionou o governo nipônico no sentido de revogar os antigos regulamentos, que mantinham o emprego vitalício e proibiam a transferência de indústrias japonesas para outros países. Passou, então, a demitir trabalhadores e transferir empresas para países da Ásia, onde tinha condições de rebaixar seus custos e manter a competitividade. E como ironia do destino, os japoneses dispuseram-se a devolver aos EUA os superávits de sua balança comercial... como empréstimos. Só em 1986, as grandes corretoras de títulos japonesas compraram 90 bilhões de dólares em títulos da dívida pública americana.

Transformaram-se assim no maior credor mundial dos Estados Unidos, permitindo a estes afundar-se nos gastos militares e no déficit público e comercial, e perder parte de sua economia para o Japão, a Alemanha, Holanda e outros países capitalistas. Embora os Estados Unidos continuem sendo uma grande potência econômica, estão em declínio e já não são os donos de suas indústrias e imóveis.

A cota dos Estados Unidos no Produto Nacional Bruto dos países desenvolvidos diminuiu de 53% (1960) para 40% (1988). No mesmo período, a cota dos países da Europa Ocidental cresceu de 35% para 40%; a do Japão cresceu de 5% para 17%. Já a cota de exportações dos EUA, no mesmo período, diminuiu de 24% para 14%; subiu de 56% para 60%, no caso da Europa Ocidental; e de 5% para 15%, no caso do Japão. Em 1987, o balanço de pagamentos dos EUA foi de *menos* 157 bilhões de dólares, enquanto o do Japão foi de *mais* 86 bilhões de dólares e o da Alemanha, de *mais* 44 bilhões de dólares.

Os desequilíbrios mais gritantes do desenvolvimento capitalista ocorreram durante as chamadas crises cíclicas, quando a maioria dos capitalistas deixava de encontrar no mercado outros capitalistas ou simples consumidores que pudessem ou quisessem adquirir as mercadorias em oferta, às vezes até a preços mais baixos. Nas crises cíclicas reuniam-se todos os desequilíbrios do funcionamento capitalista — desemprego, má distribuição de renda, desequilíbrios regionais, falências etc. — colocando todo o sistema numa situação próxima do naufrágio. A intervenção permanente do Estado na economia tem conseguido evitar a repetição de crises daquela envergadura.

Apesar disso, não tem impedido que outras manifestações de crise se sucedam constantemente, sejam os processos e explosões inflacionárias, sejam períodos recessivos mais ou menos graves, seja ainda a concentração da riqueza em alguns pólos, com o empobrecimento do resto. A inflação, por exemplo, tem sido um instrumento importante para aumentar os desequilíbrios entre ricos e pobres. Ocorrendo quando o aumento geral dos preços é muito acentuado (a

quantidade de moeda em circulação aumenta mais rapidamente do que a produção), a inflação beneficia os agentes econômicos que auferem lucros, enquanto prejudica os que possuem rendas fixas, como salários e pensões.

É verdade que, a longo prazo, a inflação prejudica a todos, já que tende a impedir o cálculo econômico e as previsões de demanda e produção. No entanto, até chegar a esse ponto, a inflação já permitiu uma acentuada concentração de renda no pólo capitalista e uma miséria considerável no pólo trabalhador.

A recessão é, em princípio, o oposto da inflação. Quando a procura de produtos cai, seja pela queda do poder aquisitivo, seja por outro motivo, as empresas diminuem a produção, paralisam os investimentos, procurando equilibrar a oferta à demanda real. Acontece então um ciclo perverso. Quanto mais as empresas diminuem a produção e os investimentos, para adequá-las à demanda real, mais aumenta o desemprego, mais cai a massa salarial, mais diminui o poder aquisitivo, mais cai a demanda. O que leva os capitalistas a diminuir ainda mais a produção e assim por diante. Se esse processo não for freado, a recessão se transforma em depressão e aí se ingressa na crise cíclica.

Todos esses desequilíbrios ocorrem porque os capitalistas, proprietários dos meios de produção, são incapazes de realizar um volume de investimentos que estreite a diferença entre o crescimento da renda e o crescimento do consumo, que acontece nas fases expansivas da economia. Deixados para agir livremente no mercado, segundo seus próprios critérios e interesses particulares, o que os preocupa, única e exclusivamente, é o montante de seu lucro individual. Agem de acordo com esse objetivo, mesmo que a médio e longo prazo isso signifique desembocar numa crise.

A redistribuição mais equilibrada da renda poderia ser um dos instrumentos eficazes para evitar as crises. O capitalismo, no entanto, é incapaz de realizar uma distribuição menos perversa da renda, já que isso representa, antes de tudo, uma redistribuição dos lucros. Há uma regra geral nas economias de mercado: os capitalistas aumentam constantemente suas rendas, vivendo na boa vida e na luxúria, enquanto os trabalhadores sofrem na carne a diminuição do poder de compra dos salários e a deterioração das condições materiais de vida e trabalho.

Apesar disso, o capitalismo moderno procura fazer crer que nos países desenvolvidos essa situação se modificou. Lá os trabalhadores estariam conquistando salários melhores, aumentando seu poder de compra e melhorando suas condições materiais de vida. Isso em parte é verdade. Entretanto, se o capitalismo desses países for examinado com mais atenção, não será difícil descobrir que a distância entre a renda dos capitalistas e dos trabalhadores cresceu ainda mais e tende a aumentar. Só para ter uma idéia das proporções do capitalismo atual, basta dizer que as atuais fábricas de alta tecnologia exigem investimentos de 500 milhões a um bilhão de dólares para entrarem em funcionamento. A riqueza concentrada nas mãos, bolsos e cofres de alguns capitalistas é inimaginável para a maioria dos mortais.

Por um lado, o padrão de vida da classe trabalhadora desses países é fruto da luta dos trabalhadores e do medo do que os capitalistas têm de que essa luta desemboque na busca de um outro sistema econômico e social, o socialismo. Por outro lado, essas concessões aos trabalhadores são compensadas pelo processo de exploração e espoliação imperialistas de países menos desenvolvidos. Os trabalhadores da África, Ásia e América Latina pagam para que os trabalhadores americanos, europeus e japoneses vivam em melhores condições.

Mesmo assim, os desempregados dos países capitalistas desenvolvidos são uma demonstração permanente da consequência mais danosa das grandes e das pequenas crises da economia de mercado capitalista. O mercado de trabalho é sempre um dos mais afetados pelo funcionamento da economia de mercado, tanto nas crises quanto no permanente processo de inovações tecnológicas. O mercado tem se mostrado completamente incapaz de manter um volume de atividades econômicas que assegure o pleno emprego da força de trabalho. Desse modo, seja em virtude das crises, seja devido aos avanços tecnológicos, a tendência principal do mercado capitalista é a criação de uma considerável massa de desempregados, um verdadeiro exército de reserva que os capitalistas utilizam ou descartam conforme suas necessidades de ampliação ou valorização do capital.

O mercado também apresenta uma tendência perversa de aprofundar os desequilíbrios regionais, o que ocorre inclusive nos países desenvolvidos. Como as perspectivas de lucro e, portanto, de acumulação do capital, são sempre maiores nas regiões onde já existe infra-estrutura (energia, comunicações, transportes), mercados mais desenvolvidos e força de trabalho mais qualificada, os investimentos de capital tendem a se dirigir para essas regiões. As regiões com menores condições ficam relegadas ao abandono, criando-se um fosso entre elas e as desenvolvidas. E os investimentos realizados nas regiões mais atrasadas tendem, por sua vez, a realizar um processo de espoliação intenso, dilapidando seus recursos naturais e de mão-de-obra e transferindo a renda gerada para as regiões mais desenvolvidas. Aprofundando ainda mais as desigualdades.

Isso ocorre tanto nas regiões internas dos países, quanto em termos mundiais. Aumenta o fosso que separa os países desenvolvidos da Europa, Japão e Estados Unidos dos países não desenvolvidos da Ásia, África e América Latina. Os índices de produção e consumo dos países desenvolvidos é 11,6 vezes superior aos dos países não desenvolvidos; a produtividade destes é 5,8 vezes menor na indústria e 17,8 vezes menor na agricultura. E a dívida externa consome 1/3 ou mais das rendas provenientes das exportações dos países não desenvolvidos.

A situação dos países não desenvolvidos em certa medida não é pior porque, apesar dos governos corruptos e ineficientes, muitas vezes impostos pelos próprios países desenvolvidos, o Estado tem sido obrigado a adotar políticas econômicas que minorem as distorções dos mecanismos de mercado.

Para completar o quadro, os desequilíbrios do funcionamento capitalista têm descambado em guerras dos mais diferentes tipos e tamanhos. Todo o processo de expansão colonial do capitalismo no século XIX foi realizado com o auxílio de canhões, fuzis e baionetas. A Primeira Guerra Mundial, que devastou a Europa e causou cerca de 20 milhões de mortes, foi resultado da disputa entre as grandes potências capitalistas pela repartição do mundo em novas áreas de dominação e influência. A segunda Guerra Mundial, que causou destruições e sofrimentos em praticamente todos os continentes e foi responsável por mais de 50 milhões de mortes, foi fruto das mesmas pretensões expansionistas dos diversos países capitalistas desenvolvidos e de sua decisão de destruir o socialismo na União Soviética.

Da Segunda Guerra Mundial para cá ocorreram mais de 200 (duzentas!) guerras regionais e locais. Os pretextos são sempre nacionais, religiosos, tribais ou outros, mas o motivo mais profundo é encontrado na pretensão da consolidação ou expansão econômica. A última guerra do Golfo, em que os países capitalistas desenvolvidos deram um *show* com sua tecnologia mortífera, despejando 100 milhões de quilos de explosivos sobre 21 milhões de habitantes, na realidade tinha motivo conhecido de todos: o domínio das jazidas de petróleo pelas grandes potências capitalistas. Sadam, o antigo aliado de aventuras guerreiras, era instável demais para ser deixado como zelador de tanta riqueza e energia.

A indústria de armamentos, que se desenvolveu paralelamente a todo esse processo de conquistas e dominação, tornou-se um dos ramos mais poderosos e influentes do capitalismo. São os capitalistas que menos têm pátria ou bandeira. Numa guerra em que seu próprio país está envolvido, são capazes de realizar transações com o lado inimigo, desde que isso resulte em lucros extras. E são capazes de sobreviver a quase todos os desastres. Os Krupp, Vickers- Maxim, Mitisubichi e outros magnatas das indústrias bélicas da Alemanha e do Japão, que alimentaram e promoveram a Segunda Guerra Mundial, continuam hoje como magnatas de grande prestígio internacional.

Por mais que queiram adicionar a economia de mercado, todos esses desequilíbrios deixarão sempre um travo amargo para lembrar aos deslumbrados a dura realidade do funcionamento capitalista.

O disfarce da ditadura

Os teóricos do liberalismo político contrapõem democracia e ditadura como coisas excludentes. Onde uma existir, a outra deve necessariamente ser suprimida. Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha, Japão – o mundo desenvolvido, enfim – seriam os exemplos mais característicos de países onde a democracia vigora, sem qualquer traço de ditadura. O liberalismo tropeça, porém, quando trata das democracias capitalistas pouco consolidadas, que conservam diversos traços autoritários e ditatoriais. Explica essa dualidade pela

ausência de pleno desenvolvimento capitalista já que forjou a pretensa igualdade entre capitalismo e democracia. Mais capitalismo, mais democracia, é a utopia que vende.

Para o liberalismo, democracia significa direito de organização política e civil, direito de votar e ser votado para o rodízio do poder, separação entre os poderes legislativo, judiciário, e executivo e subordinação da minoria à maioria, de acordo com a demonstração eleitoral.

Esses direitos que parecem tão cristalinos, na prática histórica do capitalismo já foram muito mais limitados e restritivos do que hoje em dia. Como já tivemos oportunidade de dizer, a ampliação de cada um desses direitos foi conquistada através da luta penosa, na maioria das vezes sangrenta, de muitas gerações de trabalhadores. E há direitos e mecanismos da democracia política e econômica que até hoje não contam da legislação.

O direito irrestrito à organização sindical e a greve ainda hoje não consta da democracia da maioria dos países. Mecanismos de consulta e de participação das camadas populares nos poderes locais e central estão ausentes da maioria das democracias existentes. E os direitos consolidados beneficiam desigualmente os diferentes segmentos sociais.

O sobrinho do senador Kennedy foi indiciado pela justiça americana por violência sexual contra uma mulher. Não deixa de ser uma conquista democrática o fato de um membro da rica e poderosa família americana correr o perigo de ir para a cadeia por crime sexual, embora o escândalo faça parte da guerra política que divide as várias alas da burguesia dos Estados Unidos.

Entretanto, essa situação — que coloca um rico em igualdade de condições com um pobre diante da cadeia — termina aí. O sobrinho do senador pode pagar uma fiança de US\$ 10 mil para responder o processo em liberdade. Terá, ainda, advogados de primeira e, se chegar a ser condenado, vai poder cumprir a pena em penitenciária especial para ricos, com regalias inimagináveis. Um pobre provavelmente estaria preso desde o dia da acusação e seu destino, caso condenado, seria cumprir a pena num sistema penitenciário que é, reconhecidamente, uma das obras mais brutais e desumanas existentes no mundo.

Há milhares de exemplos, de todos os tipos, de como os direitos assegurados em lei são aplicados desigualmente entre os membros das chamadas sociedades democráticas, conforme sua situação social. E há inúmeros outros exemplos de como essas leis são brandidas contra os trabalhadores toda vez que eles ameaçam os privilégios da classe capitalista, pressionando o uso pleno e a ampliação dos direitos democráticos.

Somente uma parcela da sociedade tem condições reais de organizar-se politicamente no sistema capitalista. Seu tempo livre não está limitado pelas extensas jornadas de trabalho que, entre outras coisas, lhe impedem de adquirir as informações e os conhecimentos necessários para usufruir os direitos de cidadania. O acesso direto aos poderes da democracia liberal está restrito, em

geral, a essa minoria. Como é essa minoria que consegue ser escolhida, através do sistema parlamentar, para formalmente representar a maioria. Os cientistas políticos chegam a falar de uma classe que, dedicando-se integralmente à política, exerce o poder em nome e como representação da maioria.

A participação da maioria no processo político de disputa do poder restringe-se, desse modo, ao processo eleitoral de escolha entre algumas opções. Por mais livres que sejam tais opções, todos nos conhecemos muito bem suas limitações e como o poder econômico das sociedades capitalistas impõe suas próprias escolhas a maioria. Governo e legislativo, embora sejam escolhidos através de processos eleitorais, não passam assim de formas de domínio de uma minoria sobre a maioria. O fato de que o sistema eleitoral da uma certa legitimidade a esse domínio não nega a evidência de que as democracias liberais são, na realidade sistemas montados para garantir o domínio da minoria capitalista sobre a maioria trabalhadora e popular.

Essa maioria, por suas condições materiais, está privada de disputar o poder no mesmo nível de igualdade com os representantes políticos do capitalismo.

Mesmo quando os trabalhadores e demais camadas populares conseguem constituir um setor mais avançado, que adquiriu conhecimentos e informações, paea participar ativamente da disputa pela representação, essa conquista fica em geral limitada. O próprio sistema de representação condiciona sua ação a uma atuação de minoria, já que coloca empecilhos de toda ordem à mobilização e participação popular nos debates e procedimentos legislativos.

Quando esse setor avançado, por outro lado, consegue superar essas limitações e se transforma em alternativa real de poder para as grandes massas do povo, o aparelho de Estado sob controle da minoria trabalha a todo vapor para impedir que tal alternativa se concretize. Toda vez que se configurou a possibilidade dos socialistas vencerem disputas eleitorais decisivas, a democracia parlamentar restringiu seus direitos ou foi simplesmente substituída por ditaduras mais ou menos abertas.

A legislação eleitoral da França e da Itália foi modificada logo após a Segunda Guerra Mundial para evitar a vitória dos comunistas. E se isso não desse certo, o plano consistia em desestabilizar o governo comunista ou socialista pelas armas, como aconteceu mais tarde no Uruguai e no Chile, países latino-americanos onde a democracia liberal tinha uma certa tradição. Somente quando alguns partidos socialistas abandonaram a idéia de transformar radicalmente o capitalismo e adotaram uma estratégia limitada às reformas progressivas e civilizatórias, sua ascensão ao poder foi aceita de forma não-traumática.

De qualquer modo, até a década de oitenta, a prática mais comum em todo o mundo capitalista não-desenvolvido foi o de derrubar militarmente não só governos pretensamente socialistas, mas também governos que pretendessem ampliar a democracia além dos limites estabelecidos pelas antigas classes dominantes latifundiárias. O Brasil e toda a América Latina conheceram na própria carne esse procedimento.

Evidentemente, os mecanismos de participação e representação das democracias ocidentais configuram importantes conquistas da luta dos trabalhadores e seria ingênua estupidez, como fazem alguns setores da esquerda, negar seu valor e suas vantagens. O que está em discussão não é isso. O que está em discussão é a tendência a considerar que tais democracias funcionam igualmente para todos os membros de suas sociedades, conformando-se com elas como se fossem o máximo possível no caminho da liberdade.

O liberalismo aproveita-se da crise do socialismo e da falência do despotismo socialista para apresentar sua democracia como modelo de igualdade de oportunidade políticas. Entretanto, sua reação à vitória democrática dos ex-comunistas em alguns países do Leste Europeu é sintomática de seu verdadeiro ânimo em relação a seu modelo de democracia. Apesar de todos os avanços democráticos, o liberalismo só aceita a democracia quando a vitória é sua. Para conquistar tal vitória, agora como antes, ele é capaz de empregar os métodos antidemocráticos que fossem necessários, apelando inclusive para as tentativas de desestabilização. O exemplo de casa, das eleições presidenciais de 1989, é característico.

O liberalismo também mostra sua face com nitidez quando admite que o poder de Estado nos países capitalistas seja utilizado como instrumento para reprimir as lutas populares e desbaratar as tentativas das classes subalternas alcançarem o poder. Hipocritamente, monta sempre alaridos intermináveis toda vez que os governos dos países socialistas utilizam o poder de Estado para realizar ações repressivas contra reais ou imaginárias ações anti-socialistas.

Enquanto alardeia que a defesa do Estado nos países socialistas não passa de uma manifestação ditatorial, nos países capitalistas essa mesma defesa do Estado é estimada como direito democrático do regime. Os saques e depredações das populações marginalizadas de Washington-EUA, "causadas por desordeiros", atentam contra a ordem democrática e, portanto, devem ser reprimidas. As aguerridas manifestações dos estudantes e trabalhadores na Coreia do Sul, pela reunificação das duas Coreias e por maiores direitos democráticos, precisam ser esmagadas como consequência natural de defesa da ordem. Assim ocorre em todas as democracias, demonstrando que seu lado ditatorial se mantém adormecido, mas pronto para levantar-se toda vez que a ordem capitalista sofre algum perigo.

Bem vistas as coisas, por mais que admiremos os direitos democráticos conquistados pelos trabalhadores em alguns países avançados, ainda nos encontramos diante de ditaduras disfarçadas. O atual surto de democratismo que os Estados Unidos e as democracias européias disseminam pelo mundo deve-se principalmente a seu propósito de derrubar os regimes socialistas despóticos e, com eles, o próprio socialismo. As bandeiras democráticas tornaram-se, momentaneamente, um importante instrumento de luta do capitalismo contra o socialismo. Nessas condições, não era possível continuar apoiando abertamente as ditaduras militares ou civis escrachadas existentes em grande parte dos países do mundo capitalista.

Entretanto, não se deve desprezar o fato de que perduram não poucas ditaduras autocráticas, como as dos príncipes árabes. Mais importante ainda, na última década os direitos democráticos cessaram de ampliar-se nos países capitalistas maduros. Ao contrário, não só tem se reduzido a participação eleitoral das populações, como também diversos direitos cívicos estão sendo ameaçados pela onda conservadora. Por mais que a queda do despotismo socialista possa ser um fato positivo para a luta dos povos dos países socialistas, a crise desses países representa um acicate a menos sobre a ditadura disfarçada do capitalismo. Deixa-o a vontade para brandir sua democracia liberal como a democracia que funciona.

O futuro a nós pertence

Os socialistas parecem estar num beco sem saída. No entanto, apesar de toda a onda neoliberal e do aturdimento causado pelo fracasso das experiências socialistas do Leste Europeu, nem todos se deixaram levar pelo deslumbramento da modernidade capitalista ou pelo brilho das vitrines das cidades de seus pólos desenvolvidos. Nem todos capitularam diante da maciça e massiva ofensiva da propaganda e do *marketing* capitalistas, cada vez mais belos em sua estética multicolorida. Sua crítica ao verdadeiro capitalismo, às suas contradições, continua dura e intransigente.

Por outro lado, porém, o modelo de socialismo implantado no curso desses últimos setenta anos esgotou-se. O modelo de economia de comando e de monopólio de poder não responde nem corresponde as aspirações humanas de crescente bem-estar material e de ampliação dos horizontes culturais e políticos. Não são poucos os que têm dúvidas se valeu a pena a experiência. Muitos questionam os métodos revolucionários e enxergam neles a causa das distorções posteriores. Há os que abominam não só o planejamento burocrático, mas qualquer planejamento. E há os que já se contentam com os limites da democracia liberal, aceitando-a como universal.

Os socialistas ainda parecem perplexos diante dessas duas opções que não aceitam. Muitos se refugiam na utopia socialista, um mundo igualitário e livre, sem patrão e sem opressão, a ser construído pelos trabalhadores no seu dia-a-dia. Outros pretendem salvar o que houve de bom nas experiências socialistas e, ao mesmo tempo, aproveitar os aspectos positivos do capitalismo para construir uma nova sociedade. Alguns retomam com firmeza a perspectiva do caminho institucional e pacífico, como forma de escapar dos perigos do Estado autoritário. E há os que continuam pregando a destruição sem trégua de tudo que é capitalista e burguês para construir sobre seus escombros um socialismo de caserna ainda mais duro do que o existente em alguns países.

As negações são muitas e complexas. Esclarecer algumas delas talvez seja um bom método para encontrar o caminho das pedras. Porque, afinal, apesar de toda utopia e sonho que nos anima, a própria força do capitalismo está diariamente nos lembrando que a única forma de alcançar uma nova sociedade é partindo das conquistas e das mazelas desta em que vivemos. O caminho das pedras é o caminho do real, das questões concretas, da construção das condições materiais e culturais para a implantação de uma sociedade que tome a exploração e a opressão uma excrescência repelida por todos.

Por mais que o capitalismo tenha criado a ilusão de um mundo de opulência e bem-estar, ele não pôde e nem pode fazê-lo sem crises e sem criar, ao mesmo tempo, um mundo de miséria ainda maior. Essa é sua contradição. E nossa certeza de que, apesar de todas as dificuldades e obstáculos, o futuro a nós pertence.

Combatendo as negações

A guerra ideológica do capitalismo contra o socialismo centra-se, em grande medida, nas negações, mesmo quando afirma seus conceitos. Mercado livre, consumo limitado, igualdade de oportunidades, livre iniciativa, não são a negação do desvio socialista da economia de comando, com seu planejamento ultracentralizado, com a interferência absoluta em todos os poros da vida social, seu consumo espartano e sua distribuição comprimida por baixo, além do esmagamento das iniciativas individuais e coletivas por um Estado monopolizador. São, na verdade, a negação do planejamento, da interferência do

Estado na economia para evitar suas crises, de um consumo sem desperdícios, da redistribuição orientada da renda, da educação e informação universal e pública para realmente criar oportunidades econômicas e políticas idênticas para todos.

Quando o capitalismo afirma que o mundo atual e o mundo da modernidade, do fim da luta de classes e da História, do humanismo puro sem a interferência da ideologia, e da democracia liberal, ele está negando todos os valores que orientaram a luta dos socialistas por quase dois séculos. O capitalismo trabalha com símbolos que ele próprio renega continuamente para passá-los como tendências eternas da humanidade.

A modernidade não é algo ignorado pelos socialistas. Estes a consideram dentro da perspectiva histórica de superar a exploração e a opressão, de dar fim às desigualdades e às diferenças de classe. A implantação da justiça, da liberdade e da igualdade, a criação das condições para o homem encontrar seu equilíbrio com a natureza e com os demais homens, eram aspectos centrais do ideário socialista, sua utopia. O socialismo real supôs alcançar isso rapidamente e por métodos estritamente políticos e administrativos, fracassando redondamente.

A essa modernidade o capitalismo contrapõe agora o seu mundo de abundância e riqueza, de consumo sem limites, encobrendo com maestria as mazelas da concorrência, das disputas desenfreadas, da alienação e degradação humanas, alijando o mundo pobre e subdesenvolvido às vezes até mesmo das migalhas do banquete. Convecem aos povos que a modernidade passa por onde circulam os capitais e a tecnologia, como se fosse culpa dos povos dos terceiro e quarto mundos que os capitais e a tecnologia não circulem através deles. Até quando a modernidade que gera pólos tão antagônicos de riqueza e pobreza poderá se sustentar?

O fim da luta de classes é essencial para que a modernidade capitalista tenha uma sobrevida. Embora as classes e a luta entre elas não fosse uma invenção ou mesmo uma descoberta dos socialistas, o capitalismo sempre se esforçou para passar a idéia de que isso fazia parte da trama socialista para subverter a sociedade burguesa. A luta de classes seria, pois, induzida e não fruto de contradições reais. A construção das sociedades abastadas do mundo desenvolvido, onde se diz que as classes colaboram entre si para alcançar a eficiência econômica capaz de trazer o bem-estar geral, seria a prova cabal da possibilidade de paz social. O fracasso do sistema socialista de comando tornou-se um esforço a mais nessa demonstração.

Muitos socialistas se perguntam se realmente o capitalismo não tem razão nesse aspecto. Na Suécia, na Alemanha Federal, na França, Suíça Japão e outros países desse calibre, os trabalhadores colaboram com os empresários, das mais diferentes formas, para intensificar o processo de acumulação do capital, de onde deverão tirar rendimentos maiores para seu próprio bem-estar. Os 20 milhões de desempregados desses países parecem compreender bem as regras do jogo, conformando-se em receber os benefícios sociais que os mantêm vivos e

andando. É verdade que muitos deles acabam apelando para os narcóticos e para a delinqüência social, mas isso também faz parte das regars consentidas dessas sociedades afluentes. Afinal, não é possível ser perfeito, não é mesmo?

Esse mundo da fantasia, porém, só existe enquanto o mundo real da miséria e da fome continuar deixando que suas riquezas, naturais ou produzidas pelo trabalho humano, sejam tranferidas para os países desenvolvidos. Estes só podem manter seus sistemas concentrando cada vez mais as riquezas geradas no resto do mundo, aprofundando assim o pólo da pobreza e do atraso onde a luta de classes se espraia até mesmo ao esforço pela sobrevivência.

O socialismo existente no Leste também havia afogado a luta de classes, primeiro na águas da ilusão de que os trabalhadores haviam se tornado donos de seu próprio destino e não precisavam mais lutar contra os administradores do processo produtivo, nem contra seu próprio Estado. Depois, no túnel estreito das representassões, quando os trabalhadores descobriram que o Estado se transforma num novo tipo de patrão e os administradores não passavam de seus agentes executivos. Assim, na euforia do fracasso do socialismo existente, o capitalismo estimulou o ressurgimento da luta de classes naqueles países sem se aperceber (será?) que, quando mais a economia de mercado introduzir suas leis, mais aguda aquela luta se tornará.

O capitalismo, porém, não perde as esperanças e apresenta sua democracia como a democracia de valor universal, aquela que todos os países devem adotar para serem considerados civilizados e livres. Reconhece que a desigualdade social existe na democracia capitalista, mas mesmo assim afirma que a democracia existe e funciona. Nela, todos são iguais perante o Estado. Todos são obrigados a obedecer às mesmas regras: atravessar as ruas nas faixas apropriadas, ter atendimento igual nos serviços públicos, ir para a cadeia se transgredir as normas legais. Acredite quem quiser! O capitalismo só esquece de pontuar que, na vida real, os ricos raramente precisam atravessar as ruas (e se seu carro avançar o sinal, quem sofre a penalidade em geral e seu motorista), não precisam enfrentar as filas do serviço publico e só vão para a cadeia quando quebram as regras do próprio capital.

O problema e que a democracia existente no socialismo real também só funcionou para uma minoria e não teve sequer a coragem de manter os mecanismos da chamada democracia burguesa, frutos da própria luta dos trabalhadores. O sufrágio universal, livre e secreto, foi substituído por um arremedo eleitoral no qual os eleitores votavam em listas completas, praticamente sem direito de escolha, direito que era ainda mais reduzido pela ausência da livre organização partidária.

Essa desigualdade política, fácil de ser percebida pelo conjunto da população, muito mais facilmente do que a desigualdade de exploração, permitiu que o capitalismo resgatasse sua democracia representativa como o mais alto estágio da democracia, inclusive retirando dela qualquer conteúdo de classe. A

democracia parlamentar não seria, assim, o instrumento de ditadura da burguesia sobre os trabalhadores, mas o espaço privilegiado da disputa entre os diferentes segmentos da população. O socialismo seria inviável, entre outras coisas, por ser incapaz de seguir caminhos democráticos. De uma penada só, toda a história da luta democrática dos socialistas foi apagada.

Mas a dura realidade também não favorece o capitalismo quando é olhada com um pouco mais de atenção. A democracia continua sendo uma nebulosa para os pobres, os despossuídos, os carentes de saber, os que desconhecem e ignoram as coisas, os que não conseguem distinguir a verdade no emaranhado das informações distorcidas dos meios de comunicações, os que não conseguem tempo para estudar e informar-se por causa de suas jornadas, condições de trabalho e salários. Limitar a democracia ao direito de votar (e, hipoteticamente, de ser votado) é matar no homem o direito de participar e influir conscientemente nas decisões da sociedade. Por isso, a democracia com desigualdades sociais só pode encantar, além dos capitalistas, aqueles que, por suas condições materiais, podem usufruir um pouco da liberdade e da igualdade políticas parciais que a caracterizam.

Dessa maneira, mesmo que o socialismo e o marxismo houvessem morrido juntamente com o fracasso do regime socialista nos países do Leste Europeu, o capitalismo continuaria as voltas com a luta de classe dos trabalhadores. Os embates dentro dos países capitalistas atrasados, as contradições que surgem entre esses países e o capitalismo desenvolvido e, agora, as lutas que ressurgem dentro das chamadas economias socialistas de mercado, são demonstrações vivas da permanência da luta de classes. Mesmo nos países avançados, é uma ilusão supor a paz eterna entre as classes. A história, que apesar dos decretos continua viva, teve outros momentos em que a colaboração de classes parecia instaurada. Socialistas de diversos matizes acreditam nela e se jogaram de corpo e alma em sua defesa. Mas o empenho ilusório de gente como Jaurès, Bernstein e outros socialistas de renome, ruiu porque o próprio capitalismo se encarregou, com seus interesses egoístas, de demonstrar que a colaboração entre as classes só era aceitável enquanto o privilegiasse.

Nessas condições, a morte do socialismo, mil vezes anunciada, pode ser colocada em dúvida. Mesmo porque a história, tem apresentado diferentes versões do socialismo. No *Manifesto Comunista*, Marx e Engels fazem referências aos socialismos utópico, feudal, reacionário e burguês. Houve outras versões, mais modernas: socialismo revolucionário, reformistas, camponês. Os socialismos existentes em países do leste da Europa, da Ásia, África e América Latina, possuem algumas características comuns, mas se diferenciam uns dos outros em muitos aspectos de suma importância. Qual desses socialismos morreu?

O capitalismo não se detém em particularidades. Para ele todos os gatos são pardos e o importante é que são gatos. Numa lógica infantil, mas eficiente do ponto de vista da propaganda, o gato é o socialismo: logo, o socialismo, a idéia

do socialismo, essa chama que vem queimando as estranhas do capitalismo há muito tempo e deixando-o sempre incomodado a respeito de sua própria sobrevivência, esse socialismo morreu. Esse decreto inapelável do capitalismo moderno.

A ironia dessa história é que o capitalismo exala socialismo por todos os poros. Cada ato seu, no processo de concentração e centralização do processo produtivo, na criação dos conglomerados, na internacionalização ou globalização da economia, na fusão pacífica ou hostil entre empresas, no avanço tecnológico que aumenta a interdependência global do processo econômico e, ao mesmo tempo, transforma massas humanas em meros expectadores desajustados da vida econômica, é um avanço maior no sentido da socialização global da sociedade. Socialização que se choca com o processo contrário de concentração da riqueza, da propriedade, de todos os meios de vida, nas mãos da minoria capitalista.

O socialismo, em suas diversas versões, já foi derrotado e morto inúmeras vezes pelo capitalismo. As experiências de Owen, na Inglaterra, foram esmagadas sob peso da hipocrisia e da sabotagem, embora constituíssem um exemplo de eficiência empresarial cooperativa. As lutas socialistas dos trabalhadores sempre foram esmagadas a ferro e fogo, em todas as nações e durante toda a história do capitalismo. As experiências do socialismo, no Leste Europeu e em outras regiões do mundo, sempre enfrentaram a mais feroz resistência, desde boicotes, intervenções armadas, sabotagens, pressões até a corrida armamentista global. Do mesmo modo que em outras épocas determinadas versões socialistas foram suplantadas por terem se mostrado incapazes de superar o capitalismo, agora é a vez da versão do socialismo despótico, que vigorava no leste da Europa, ser substituído.

Entretanto, do mesmo modo que algumas versões suplantadas do socialismo teimam em ressurgir, variantes do socialismo despótico deverão continuar subsistindo por algum tempo. Enquanto não amadurecem novas versões, capazes de superar suas congêneres anteriores, no enfrentamento com o capitalismo, isso será inevitável. Ocorre simplesmente que o capitalismo, apesar de todo o seu esforço, continuara se desenvolvendo de forma desigual, gerando, também, diferentes formas de socialismo.

Por tudo isso, embora seja importante estudar as atuais experiências socialistas e acompanhar com atenção suas mudanças e evoluções — de todas as derrotas socialistas, a atual e sem dúvida a mais seria e complexa — tão ou mais importante é estudar a evolução do capitalismo, suas contradições e sua inexorável tendência de gerar fatores socialistas.

Assim, ou mesmo que fosse só por esse motivo, antes de procurar vislumbrar melhor o futuro caminho das pedras, talvez seja útil revisitar Marx. Do mesmo modo que o socialismo, o marxismo já teve tantas vezes sua morte anunciada que fica até difícil entender como se pode gastar tanta tinta com um

defunto. No entanto, antigos marxistas, daqueles que nunca leram Marx com atenção e jamais entenderam seu método contraditório de análise, agora declaram seu abandono do marxismo e a adoção de uma nova doutrina socialista-humanista, como se isto fosse a maior novidade sobre a face da Terra. Antes consideravam-se os interpretes consagrados e fiéis da doutrina. Agora que sua visão estereotipada do marxismo e do socialismo faliu, pensam ser mais fácil culpar o marxismo por sua torta interpretação e forjar uma pretensamente nova cultura de transformação do capitalismo. O dogmatismo de suas certezas e o mesmo; mudaram só as roupagens.

O problema é que, por mais que se procure enterrar o marxismo, por mais que suas proposições sejam deturpadas para serem melhor combatidas, até hoje não surgiu nada comparável para analisar o funcionamento e a evolução extremamente contraditória do capitalismo. E aqueles que leram com um pouco mais de atenção as obras principais do economista e filósofo alemão sabem que ele jamais fez qualquer previsão sobre a construção de sociedades socialistas em países ainda não-desenvolvidos do ponto de vista capitalista. Assim, não custa nada revisitar rapidamente o fantasma do velho Karl.

Revisitando Marx

A afirmação mais comum sobre o marxismo na atualidade é aquela que diz que o marxismo possuía uma teoria de transição do capitalismo para o socialismo, ligada a determinada concepção da revolução, que demonstrou não funcionar. Nessa mesma linha alguns chegam a afirmar que o marxismo possui uma visão golpista de revolução, visão equivocada que causou resultados trágicos.

Uma variação dessas críticas reside na idéia de que o marxismo não soube prever o processo de desenvolvimento do capitalismo. Ao contrário das premissas marxistas, a classe média, em lugar de desaparecer sob um hipotético processo de proletarização, tenderia a se ampliar na mesma proporção que o capitalismo aumentava a circulação de dinheiro e mercadorias. Nessas condições, em vez de ruína e revolução, a perspectiva seria de desenvolvimento e colaboração. Os socialistas deveriam, portanto, transformar-se na força avançada do progresso democrático, apoiado por todas as classes sociais.

O marxismo também é criticado porque teria sido incapaz de encontrar soluções para a construção de uma nova sociedade, contrária ao capitalismo. Não teria previsto que o estímulo principal para o trabalho humano e sua própria propriedade e seus benefícios materiais. Com isso, ao tentar eliminar da sociedade socialista os mecanismos da economia mercantil como mercadoria, valor, preço, lucro, o marxismo teria forjado as condições teóricas de seu fracasso.

Não menos duros são os ataques ao marxismo por não haver dado a

importância devida à democracia. Ao adjetivar a democracia, retirando o valor universal de seu conteúdo, o marxismo teria aberto campo para a implantação das ditaduras que se notabilizaram nos países do socialismo existente. A concepção de ditadura do proletariado como peça-chave do Estado previsto por Marx, mostrou-se antagônica a qualquer tipo de democracia e liberdade.

Para ficar só nesses problemas, o marxismo se encontra sob o fogo cerrado de anti-marxistas e de marxistas. Assim, mesmo que não houvessem outros motivos, visitar Marx deve ser uma tarefa indispensável a qualquer um que se proponha discutir a experiência de construção do socialismo. Não é uma tarefa fácil, já que ela deve incluir, necessariamente, uma visita aos interpretadores e seguidores de Marx, que não são poucos e, em certa medida, são extremamente contraditórios entre si.

De qualquer modo, é traço comum dos trabalhos teóricos dos revolucionários que galgaram o poder, fazer referências aos textos de Marx para justificar as medidas e decisões que adotaram para construir a sociedade socialista concreta. Todas as teses referentes à necessidade de eliminar as categorias econômicas próprias da economia mercantil no processo de construção do socialismo, por exemplo, têm como parâmetro um trabalho de Engels sobre a planificação socialista, que constitui um capítulo do livro *Anti-Duhring*. Na verdade, soube-se mais tarde que os textos econômicos do *Anti-Duhring* foram escritos pelo próprio Marx. Ele afirma que o plano econômico deve ser determinado comparando-se os efeitos úteis dos diversos objetos de uso entre si e com a quantidade de trabalho necessário para a sua produção.

Em outras palavras, a utilidade dos objetos produzidos passaria a ser o aspecto determinante da planificação econômica. O valor desses objetos, dado pela quantidade de trabalho necessária para a sua produção, serviria somente para efeito comparativo. Ele previa, inclusive, que essa quantidade de trabalho chegaria a ser tão insignificante com o desenvolvimento das forças produtivas que acabaria por perder qualquer validade. Os homens passariam a produzir fundamentalmente os objetos úteis para a satisfação de suas necessidades.

Acontece que essas proposições, assim como todas as demais opiniões de Marx e Engels referiam-se a países em que estavam dadas as condições para a completa superação do capitalismo. Eles sempre se referiam a Inglaterra e, secundariamente, a França e Alemanha, na época os países desenvolvidos no sentido capitalista. Em nenhum momento aqueles dois pensadores trabalharam a hipótese de que o socialismo, como fase de transição para uma sociedade do tipo superior, que chamavam comunismo, poderia ser construído em países atrasados do ponto de vista capitalista.

As idéias de Marx e Engels sobre o socialismo e o comunismo não poderiam ser, pois, mecanicamente aplicáveis a países atrasados. Além disso, eles partiam da premissa de que a construção socialista só seria viável se ocorresse mais ou menos simultaneamente na maioria dos países capitalistas

avançados. Chegaram a afirmar que sem um alto grau do desenvolvimento das forças produtivas, "só se generalizaria a escassez". Portanto, com a pobreza, recomençaria a luta pelo indispensável, recaindo-se na situação anterior.

Para eles, a possibilidade de construção de uma nova sociedade, livre das contradições do capitalismo, dependia da internacionalização dessas mesmas contradições, em particular da universalidade do fenômeno da existência de uma massa despossuída. A concorrência geral e mundial determinaria que cada indivíduo dependesse da comoção dos demais. Se isso não ocorresse, o comunismo só chegaria a existir como fenômeno local e de curta duração. Nessas condições, toda ampliação de intercâmbio tendia a acabar com o comunismo local.

Dessa maneira, para Marx e Engels, o comunismo só podia acontecer como ação "coincidente" ou simultânea dos povos maduros do ponto de vista capitalista, o que pressupunha o desenvolvimento universal das forças produtivas e o intercâmbio também universal que a ele deve estar articulado.

Ora, sem considerar essas premissas dos trabalhos de Marx e Engels quando se referem ao socialismo e ao comunismo, como é possível utilizá-los sem qualquer critério diante de realidades tão diferentes daquelas imaginadas por eles? Ou, ao contrário, imputar a eles opiniões que não tinham para desmerecer sua teoria?

O que Marx realmente fez foi descobrir as leis de mudança do sistema capitalista. Verificou que dentro desse sistema ocorria um processo contraditório de avanço progressivo da socialização da produção, que entrava em contradição com a apropriação privada dos meios produtivos e dos resultados da produção. Marx previu que essa contradição se tornaria cada vez mais antagônica, manifestando-se na luta de classes entre os trabalhadores que operam os meios de produção e os capitalistas proprietários. Essa contradição se aguçaria, em especial, na medida em que o desenvolvimento tecnológico tendia a jogar um número cada vez maior de trabalhadores no exército industrial de reserva. O fosso entre um punhado de capitalistas, acumulando riquezas cada vez mais fabulosas, e uma massa crescente de trabalhadores vivendo sem trabalho e na miséria, acabaria por fazer explodir a estrutura do sistema capitalista. A forma de resolver essa contradição consistia em superar o antagonismo entre a produção social e a apropriação privada, transformando esta última em apropriação social.

É verdade que Marx não previu as possibilidades do capitalismo desenvolvido criar sociedades de bem-estar (ou pseudo bem-estar), onde até os operários desempregados conseguem se manter com um padrão de vida razoável. Entretanto, ao contrário do que muitos afirmam ao ter os olhos fixos somente na Europa e nos países desenvolvidos, a tese de Marx sobre a pauperização crescente das massas trabalhadoras sob o capitalismo não perdeu sua validade. Embora não tenha chegado a viver a fase do capital monopolista, Marx deduziu corretamente que a concentração e centralização do capital deveriam levar a ela.

Portanto, se não chegou a viver o processo pelo qual a internacionalização do capital submeteu a maior parte da humanidade trabalhadora aos interesses dos países capitalistas desenvolvidos, deu as pistas para descobrir o processo de transferência da pauperização desses países para os não-desenvolvidos.

Previsões não faziam parte, porém, do universo intelectual de Marx. Ele se preocupava com uma teoria que explicasse o pensamento dos homens por suas condições históricas de existência e pelo conhecimento até então acumulado pela humanidade. Seria ir contra sua própria teoria prever evoluções que só iriam ocorrer anos depois. Ele também não poderia prever as modificações que a estratégia burguesa iria sofrer em função do avanço da luta dos trabalhadores pela democracia e da tentativa de construção socialista numa série de países, antes economicamente atrasados.

Marx viveu o momento histórico em que a burguesia abandonou seu democratismo e, ao mesmo tempo, transformava-se em classe dominante e, também, em classe reacionária. Durante toda a segunda metade do século passado e boa parte deste, todas as conquistas democráticas foram fruto da luta dos trabalhadores contra a burguesia. Não nos esqueçamos que as revoluções democráticas do século XIX foram feitas, em geral, contra a burguesia para implantar a democracia burguesa (burguesa não apenas por suas limitações formais — como as restrições ao direito de voto, por exemplo —, nem tampouco pelo fato da burguesia prosseguir dominando através dos mesmos mecanismos aos quais se opusera, mas principalmente devido ao fato de que a ordem econômica e social capitalista constrange, restringe e limita o alcance dos mecanismos democráticos, que só são plenamente exercidos por uma minoria da sociedade, especialmente seu setor dominante).

Somente após a Segunda Guerra Mundial, no contexto da disputa com o socialismo, alguns países capitalistas começaram a aplicar com mais persistência os direitos democráticos, contrapondo-os às restrições ditatoriais vigentes nos países socialistas. Ao mesmo tempo, porém, esses mesmos países patrocinavam ditaduras sanguinárias nos países capitalistas atrasados. A hipocrisia das democracias ocidentais, em particular a dos Estados Unidos, era patenteada por esse patrocínio.

Foi preciso que os Estados Unidos conhecessem a derrota do Vietnã, que os Sandinistas abrissem um novo flanco na retaguarda americana e que o capitalismo alcançasse o nível de riqueza e pujança que explodiu na década de oitenta, para que a democracia se transformasse numa tática determinante dos países avançados.

Assim, foi num contexto histórico completamente diferente que Marx elaborou suas teses sobre o Estado, a democracia e a ditadura do proletariado. Apesar disso, as críticas mais suaves consideram que Marx subestimou a importância da democracia e defendeu um Estado ditatorial, a ditadura do proletariado.

A rigor, nem Marx nem Engels faziam distinção entre democracia e socialismo. Para eles, o socialismo significava a democratização de todas as esferas da vida social. Marx realmente não entendia que pudesse ocorrer uma democracia verdadeira no terreno político, enquanto inexistisse democracia econômica e social. Ele até compreendia o processo pelo qual a burguesia teve necessidade de defender a democracia política, estabelecendo a igualdade formal dos homens diante do Estado, ao mesmo tempo que mantinha a desigualdade real na economia e, como consequência, na própria política. Mas partindo dessa e das demais contradições do desenvolvimento capitalista, que tendia a socializar a produção, Marx considerou que esse processo criava as condições necessárias à democratização plena da sociedade.

Marx e Engels também não eram adeptos da violência cega e de um tipo preconcebido de revolução. Ao contrário, eles denunciavam a violência como produto da divisão da sociedade em classes e resultante, principalmente, da ação de domínio e exploração das classes dominantes sobre as dominadas. Baseados na experiência histórica, inclusive do próprio capitalismo, eles verificaram que a parteira das novas sociedades havia sido sempre a violência. Independentemente de suas convicções morais ou éticas, não podiam furtar-se de reconhecer o fato histórico de que a violência, na maioria das vezes, havia se imposto como única alternativa dos oprimidos se fazerem ouvir pelos opressores, quisessem ou não suas lideranças, seus ideólogos ou seus intelectuais. Em alguns textos eles chegaram a apontar a possibilidade de uma transição não-violenta para o socialismo, alertando porém para a perspectiva de que as classes dominantes utilizassem a violência e obrigassem a ação de defesa dos oprimidos. Engels, em particular, chamou muitas vezes a atenção para a necessidade de deixar que as classes dominantes arcassem com a responsabilidade da violência.

Sua concepção de ditadura do proletariado também estava composta de dois aspectos que não podiam ser separados: ditadura e democracia. Estimavam que no capitalismo real ocorre uma ditadura de classe da burguesia (sob diferentes formas, suaves ou violentas), ou seja, da minoria sobre a maioria, articulada a uma democracia para essa minoria. O socialismo deveria inverter a situação: democracia para a maioria e ditadura sobre a minoria de antigos exploradores. À medida que os antigos exploradores desaparecessem como classe, a democracia deveria estender-se a toda a população, desaparecendo o aspecto de ditadura. Com a liberdade e a igualdade instaladas, a própria democracia como a conhecemos hoje não teria mais razão de ser.

Essa concepção de Marx e Engels sobre a ditadura do proletariado foi elaborada numa situação histórica bem determinada da luta de classes e sob o impacto da experiência da Comuna de Paris, em 1871. De lá para cá muita água passou sob a ponte e as experiências de construção socialista, assim como as novas estratégias capitalistas, produziram novas formas de dominação política a serem analisadas. Mas talvez ainda seja prematuro dizer que está encerrada a polêmica a respeito do conteúdo simultaneamente ditatorial e democrático dos

regimes políticos capitalistas e socialistas.

Marx e Engels, como já foi dito, só trabalharam a hipótese de transição do capitalismo para o socialismo em países capitalistas nos quais as forças produtivas — capacidade técnico-científica dos trabalhadores, meios de produção, ciência e tecnologia —, estivessem plenamente desenvolvidas. A socialização da produção deveria, assim, ter alcançado um patamar tão elevado que a contradição com a apropriação privada se tornasse insuportável para o tecido social. Quando eles pensavam no processo revolucionário que começava a desenvolver-se nas colônias e países atrasados do ponto de vista capitalista, eles pensavam na consumação da revolução burguesa, do desenvolvimento do capitalismo e instauração das reformas que denominavam democrático-burguesas, que deviam abrir campo para o enfrentamento sem disfarces entre a burguesia e os trabalhadores.

Não é culpa deles que a História tenha colocado diante dos revolucionários de diversos países atrasados a possibilidade dos trabalhadores e socialistas alcançarem o poder. Abriu-se para estes a perspectiva de empreender o caminho socialista, mesmo que as condições materiais para isso não estivessem dadas

Essa situação imprevista indicava um processo de transição muito mais complexo e difícil. Apontava a necessidade de amadurecer e desenvolver mecanismos de mercado que o capitalismo não chegara a implantar e, ao mesmo tempo, estimular e desenvolver prioritariamente os novos mecanismos socialistas. Tratava-se de um processo completamente diferente da transição dos países capitalistas avançados.

Acontece que, ao tornar-se uma poderosa força mobilizadora, não só contra o capitalismo, mas contra todas as formas anteriores de exploração e opressão, o socialismo marxista acabou transformando-se numa doutrina que parecia depender exclusivamente da vontade humana, do voluntarismo próprio dos determinados. Dessa forma, as proposições teóricas de Marx—que se referiam a formações sociais socialistas, decorrentes da transformação de sistemas capitalistas maduros —, tornaram-se proposições que pareciam absolutamente válidas para qualquer sociedade que entrasse num processo de transição não-capitalista.

Em sentido inverso, grande parte dos países em transição, mesmo aqueles que nem de longe adotavam uma via socialista explícita — como é o caso da Argélia, Síria e Birmânia —, foram tornados como socialistas. Com isso, o socialismo e o marxismo se enredaram em grandes complicações, independentemente do desejo de seus principais formuladores.

Tais complicações exigem não só a reelaboração de muitas teses socialistas, como também um resgate sério e criterioso das teses marxistas, tão dilapidadas e retorcidas por aqueles que se julgavam os guardiões do templo. A experiência do socialismo e do marxismo nos últimos cem anos, pelo menos, tem mostrado que esse tem sido o caminho histórico de superação de suas crises

O meu medo é que esses guardiões, quando for superada a atual crise, a maior de sua história, e quando o socialismo e o marxismo voltarem a aparecer como bandeiras dos povos, queiram de novo ocupar o lugar de defensores radicais da doutrina. A tragédia e a comédia fazem parte da vida humana. Mas a farsa é dose para aguentar, mesmo para o fantasma do velho Karl.

O caminho das pedras

Como na época de Marx, embora nos encontremos num estágio muito mais avançado de desenvolvimento e globalização da economia, os rumos do socialismo dependem do capitalismo esgotar as condições de seu crescimento ampliado. As sociedades socialistas que conseguirem manter-se à tona após a passagem do atual furacão, seguirão enfrentando o cerco e a pressão do capitalismo dominante na maior parte do mundo, o que funcionará como limitador do pleno florescimento de suas possibilidades de desenvolvimento econômico, político e democrático.

De qualquer modo, tanto para elas quanto para os partidos e organizações que enxergam no socialismo a possibilidade de superação das desigualdades e da opressão, o atual estágio da humanidade coloca problemas comuns que deverão ser enfrentados e resolvidos. O caminho das pedras para transformar as sociedades capitalistas, fazendo-as ingressar num processo de construção socialista, continua encoberto por águas escuras e cheias de perigo.

Talvez a primeira idéia a incorporar de modo firme e consistente nas estratégias socialistas seja de que, apesar de todas as promessas do capitalismo liberal, nem este nem as sociedades socialistas despóticas representam saídas para superar a exploração, a miséria e a opressão. Assim, no horizonte dos povos, mesmo daqueles que hoje estão saindo do socialismo despótico e ingressando na economia capitalista de mercado ou numa indefinida sociedade socialista de mercado, mais cedo ou mais tarde se recolocara o horizonte do socialismo.

Esse socialismo de novo tipo não pode, porém, ser somente a utopia, a idéia socialista ou comunista da liberdade e da igualdade. Precisa ser o socialismo visto como um longo processo de transição, do capitalismo para uma sociedade de tipo superior, onde estejam construídas as condições para a inexistência de qualquer exploração, opressão ou desigualdade, a não ser a desigualdade própria do desenvolvimento biológico do ser humano, com necessidades desiguais que devem ser plenamente satisfeitas.

Esse socialismo de novo tipo precisa partir da herança real, econômica, social e política, deixada pelo capitalismo. A nova sociedade deve superar as contradições dessa herança através de tentativas e erros que objetivem equilíbrios econômicos, sociais e políticos de níveis sucessivamente mais altos. Isso significa, falando cruamente, que o socialismo é um processo de duração indefinida no qual devem conviver e lutar, por longo tempo, sob tensões mais ou

menos agudas e atritos permanentes, os mecanismos capitalistas de mercado e os mecanismos socialistas de planificação; a distribuição social desigual determinada pelo mercado e a redistribuição mais proporcional da renda determinada por instrumentos políticos e administrativos; a realização dos serviços sociais por entidades de tipo capitalista e por entidades de tipo público ou socialista; a democracia representativa típica da democracia capitalista e a democracia de novas instituições populares que, concomitantemente, ampliam a representação e a tornam permeável a participação dos diversos setores sociais.

Em outras palavras, deve-se considerar a transição socialista como um longo processo de luta entre os caminhos capitalista e socialista, em que a dualidade passa a existir em todas as esferas de vida da sociedade. Na economia, dualidade nas formas de propriedade, de gestão e nas categorias econômicas. O que significa, na prática, a existência de múltiplas formas concorrendo entre si, a gestão planificada combinando-se e ao mesmo tempo opondo-se aos desequilíbrios do mercado. Preços, salários, lucros, valor e outras categorias desdobrando-se entre aquelas determinadas pelo mercado e aquelas que sofrem a interferência política e administrativa dos homens para evitar as tensões e polarizações sociais. As classes, resultantes da divisão social do trabalho, existindo e lutando entre si pela propriedade, pela distribuição da renda, pelo poder.

Enquanto a divisão técnica do trabalho não houver sido superada pelo desenvolvimento científico e tecnológico e o mercado não houver sido superado pela capacidade produtiva de atender as necessidades plenas da sociedade, a divisão social continuará presente. Gerará desigualdades e enriquecimento desigual. O mercado tenderá a impor sua lei do valor na distribuição. O planejamento socialista, por sua vez, tentará realizar uma distribuição acrescentando à retribuição pelo trabalho, novos índices que contemplem a produtividade social global e a reciclagem profissional, técnica, científica e cultural do homem, para colocar-se à altura de uma nova civilização.

A dualidade geral se refletirá também no Estado, mesmo que uma revolução possibilite reformas de maior profundidade em sua estrutura. O Estado, mesmo hegemonizado pelos trabalhadores, continuará durante longo tempo sendo uma arena de disputa entre as classes, particularmente se o pluralismo político for mantido, se os mecanismos de múltipla representação forem consolidados e se foram estabelecidos novos instrumentos de consulta, através dos quais a sociedade civil possa exercer uma pressão mais eficaz sobre o Estado e a sociedade política, controlando-os e influenciando-os.

A disputa política entre capitalismo e socialismo deve centrar-se na disputa pela ampliação da representação eleitoral, pelo papel que os mecanismos de consulta devem exercer e pelo grau maior ou menor de participação da sociedade civil, majoritariamente trabalhadora, nos processos políticos. Quanto mais profunda for a democratização de todas as esferas da sociedade, mais tenderão a consolidar-se os aspectos socialistas desta mesma sociedade.

Aqui há, porém, problemas estratégicos que a tradição socialista mais contemporânea não conseguiu resolver. É até fácil que os socialistas da atualidade, libertando-se das ilusões criadas no Leste Europeu, compreendam a necessidade de empregar múltiplas formas de propriedade e de gestão na economia socialista, assim como a combinação do planejamento com os mecanismos de mercado, agindo conscientemente a favor do primeiro. Entretanto, é muito mais difícil compreender que, após serem forçados pela violência do capitalismo a dirigir a contra-violência popular, assumindo o poder por ação revolucionária, não exerçam a ditadura sobre a burguesia, ao contrário, deixando-a reorganizar-se logo depois para realizar ações de oposição ao novo governo.

É preciso tratar claramente dessa questão porque há uma tendência generalizada a considerar que a perseverança na democracia significa para os socialistas o abandono de qualquer possibilidade de responder com violência à violência do capitalismo. Quem garante que o capitalismo vai se manter estritamente dentro do processo institucional, desmentindo toda sua história passada? Nesse caso não se trata só da possibilidade de que os socialistas sejam esmagados, por terem ilusões, do mesmo modo que grandes parcelas dos judeus durante as repressões nazistas da Segunda Guerra Mundial. Trata-se de que os socialistas serão abandonados pelas grandes massas trabalhadoras, que descobrirão neles somente vacilação e capitulação, e procurarão outras lideranças.

Assim, embora a política de perseverar na luta pelas reformas e pela ampliação da democracia nos quadros institucionais seja correta, constituindo um poderoso instrumento de educação popular, não se deve descartar a hipótese da burguesia romper com esse processo e impor sua própria lei da selva para manter-se no poder e conservar seus privilégios. Nessas condições, deixar-se esmagar sob o pretexto infantil de que a violência revolucionária só gera ditadura é o mesmo acreditar que a não-violência de Gandhi seria capaz de resultar numa sociedade mais justa. A história da Índia mostra que esse caminho tem representado um custo social muito mais doloroso do que tantas experiências violentas.

O mal dos antigos revolucionários foi supor que era possível abandonar a luta pelas reformas e pela ampliação da democracia nos quadros institucionais, porque o capitalismo inevitavelmente iria recorrer a violência para esmagar a ascensão dos trabalhadores ao poder. Com isso, não só jogaram fora um importante instrumento de educação revolucionária, como deixaram que a burguesia se apoderasse da bandeira da democracia e da luta institucional, criando um falso antagonismo entre democracia e violência popular.

Entretanto, a experiência dos últimos cem anos não nos permite mais ficar limitados a esse ponto. Trata-se, agora, não só de considerar a possibilidade de empregar a violência revolucionária como resposta à violência capitalista, mas também de, assumido o poder e resolvida a contradição mais aguda com as

antigas classes dominantes, adotar mecanismos de democracia mais amplos que os vigentes anteriormente. Em outras palavras, trata-se de permitir o pluralismo político não só entre as camadas anteriormente dominadas, mas também para a própria burguesia e outros setores dominantes que empregaram a violência na tentativa de impedir que os trabalhadores e o povo alcançassem o poder.

A democracia passa a ser, assim, o aspecto principal e determinante da política socialista, ficando a ditadura restrita aos momentos de crise em que os trabalhadores se vêem obrigados a responder à violência da burguesia. Esse deve ser, muito provavelmente, o caminho para evitar que o aspecto ditatorial prevaleça e que haja um processo de alienação política das grandes massas da população. Estas, participando efetivamente da política e da democracia, trabalhando pela ampliação dos direitos democráticos de cidadania e pela participação mais igualitária nos frutos da riqueza social, terão mais condições de testar a hipocrisia da democracia liberal burguesa. E poderão consolidar um novo tipo de democracia que efetivamente garanta a liberdade e a igualdade em todas as esferas da vida social. Será possível, então, vislumbrar a possibilidade de que a fraternidade humana se instale efetivamente sobre a Terra.

Esse processo, porém, como qualquer processo de tentativa e erro, não exclui a possibilidade de que a burguesia possa retomar a hegemonia e reconquistar o poder através dos mecanismos democráticos proporcionados pelo socialismo. Numa certa medida, foi isso que ocorreu na Nicarágua e em grande parte dos antigos países socialistas. Pode-se argumentar que isso ocorreu em virtude dos erros, defeitos, barbaridades, crimes etc., vividos por esses países, levando os socialistas ao desgaste e a derrota. Entretanto, seria ingenuidade supor que os socialistas, depois dessas experiências, não mais cometerão erros políticos ou que os liberais burgueses, apoiados em sua vasta experiência e no capitalismo internacional, sejam incapazes de disputar vitoriosamente a hegemonia e o poder.

Se isso for verdadeiro, coloca-se para os socialistas a possibilidade de ter que passar por todo o processo precedente. Se agora os socialistas se dispõem ao rodízio do poder, é muito difícil supor que o capitalismo se disponha a isso. Até hoje ele só tern admitido o rodízio entre partidos que não se propõem a transformar o capitalismo num novo sistema econômico e social. Só as lutas futuras poderão dizer se vão abdicar do uso da violência quando os trabalhadores criarem as condições de alcançar o poder.

Nessas condições, a construção dos fatores socialistas na economia também se tornará muito mais complexa, prevendo-se um longo processo de fluxos e refluxos na socialização da propriedade, da gestão econômica, da distribuição e assim por diante. As forças produtivas, em especial a revolução tecnológica, devem continuar desempenhando um papel objetivo primordial, mas a socialização das relações de produção, que dependem em grande medida da ação humana consciente, deverão influir poderosamente para consolidar aquele papel.

O mercado mundial capitalista deverá continuar exercendo uma influencia

poderosa sobre o processo de desenvolvimento nacional, para retardá-lo ou subordiná-lo a seus padrões de crescimento e consumo. Em tais condições, deverão alternar-se períodos de desenvolvimento quase autárquico, com períodos de integração na divisão internacional do trabalho, tendo em conta as tendências de crescimento ou de crise do mercado capitalista. Esses padrões de crescimento e consumo do capitalismo só conseguirão ser superados quando a universalização das forças produtivas for uma realidade na maior parte do mundo e o socialismo estiver consolidado num conjunto de países avançados.

Ate lá, os problemas do crescimento desigual, do consumismo de supérfluos, do desperdício e da eficiência econômica artificial, típicos do capitalismo, se refletirão sobre os países que empreendem o caminho socialista. Seria extremamente enganoso, como mostrou a experiência dos países da Europa Oriental, tentar resolver tais problemas por meios estritamente políticos e administrativos. A indução ao consumo, por exemplo, é tão forte, que todos os povos que ingressarem pelo caminho socialista deverão passar por um processo mais ou menos longo de experimentação ate que, elevados a um novo patamar cultural, científico e tecnológico, se tornem aptos para processar soberanamente suas reais necessidades materiais e culturais e as imponham ao processo produtivo. Talvez seja isso o que Marx chamava de reino da liberdade.

O caminho das pedras é assim, um caminho longo e tortuoso. Um caminho sem utopias imediatas, mas cimentado pela esperança em alcançar um mundo livre das desigualdades e injustiças que marcaram toda a história humana escrita. Talvez por isso seja tão necessário sonhar com essa nova sociedade, mesmo enfrentando a dura realidade da transição. Muitos socialistas tentaram sonhar o presente e viver o futuro. Nao deu certo. Talvez seja mais adequado viver o presente e sonhar o futuro.

Mas isso já e assunto para o próximo texto.

*Posfácio**

A tentativa de golpe na União Soviética, a resistência popular, as medidas agora em curso, a transformação de Boris Ieltsin no novo homem forte, o aceleração da independência das repúblicas que constituíam a União — tudo isso nos leva a pensar no passado e no futuro do primeiro país que tentou construir uma sociedade socialista.

Qualquer que seja a avaliação sobre o período anterior, particularmente o período de Stalin, não há dúvida de que a União Soviética começou a enfrentar problemas graves a partir da década de 50, que tornava mais agudos a ausência de democracia e o peso da burocracia. A necessidade de introduzir reformas tornou-se indispensável.

Qualquer tipo de reforma, em qualquer sociedade, gera conflitos. Elas atingem interesses e os prejudicados resistem. Com as reformas de Gorbachev, (*perestroika* ou reestruturação e *glasnost* ou transparência), foram inicialmente atingidos os interesses da burocracia, ligada ao controle partidário e ao complexo industrial-militar. Com o correr do tempo, porém, as coisas se complicaram. Depois de seis anos a *perestroika* perdeu o rumo, colocando no rol dos prejudicados parcelas significativas dos trabalhadores e da população em geral. O desemprego, o aumento dos preços, a escassez de produtos, a desorganização do sistema produtivo, alastraram o descontentamento contra Gorbachev e criaram as condições para que os conservadores apelassem para o golpe e para a restauração de seus privilégios.

Os golpistas, porém, não tinham futuro. Não porque tenham cometido erros grosseiros na realização do movimento. Eles não possuíam base social nem na população nem na própria burocracia civil e militar. Não esqueçamos que Gorbachev, Ieltsin e todos os demais *reformistas*, são provenientes dessa mesma burocracia.

Por outro lado os trabalhadores e a população soviética ainda acreditam que suas dificuldades nada têm a ver com a introdução de mecanismos de mercado. Culpam exclusivamente o sistema burocrático por todos seus problemas. O fracasso do golpe tem o mérito de derrotar a burocracia conservadora e liquidar com seu sistema. Abre campo, assim, para a implantação plena dos mecanismos capitalistas de mercado e para a transformação da URSS num conglomerado de repúblicas divididas.

Com isso, os trabalhadores vão poder verificar que muitos dos seus problemas atuais já são o fruto amargo do capitalismo e do nacionalismo. E vão conhecer a democracia que impera no mercado. Boris Ieltsin e Gorbachev

baixando decretos, liquidando o PC, fechando jornais e perseguindo os comunistas e socialistas, dão indícios seguros de que sua defesa da democracia não passa de expediente tático para impor seus próprios interesses.

A derrota dos golpistas foi, assim, ótima para os socialistas. Agora começa verdadeiramente o confronto entre os caminhos capitalista e socialista, livres das forças burocráticas que atrapalhavam que se visse o que realmente está em jogo.

** Este texto foi publicado na Tribuna Metalúrgica, jornal do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, de 28/08/91*

Sobre o autor

Wladimir Pomar nasceu em Belém do Pará, a 14 de julho de 1936, filho de Pedro Pomar e Catarina Torres. Desde os cinco anos, conheceu a vida da clandestinidade, pela perseguição que a polícia do Estado Novo de Vargas movia às atividades do Partido Comunista do Brasil (PCB), do qual seu pai era membro.

Começou a trabalhar aos doze anos, como aprendiz de linotipista, ao mesmo tempo que fazia o ginásio. Depois trabalhou como repórter e redator nos jornais Tribuna Popular e Classe Operária. Foi colaborador do jornal Movimento, diretor do Correio Agropecuário, além de repórter e diretor editorial de Brasil Extra.

Adquiriu formação técnica e trabalhou como técnico de planejamento e manutenção de máquinas pesadas da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda (RJ) e Conselheiro Lafaiete (MG). Foi engenheiro de serviços da General Electric, no setor de locomotivas, tendo trabalhado junto às estradas de ferro Leopoldina (RJ) e Leste-Brasileira (BA). Também trabalhou como engenheiro de manutenção da Cerâmica do Cariri.

Militante político desde 1949, quando ingressou no PCB, Wladimir Pomar atuou inicialmente no movimento estudantil secundarista. Em 1951, estudou ajustagem mecânica no Senai, trabalhou na Arno e participou no movimento sindical metalúrgico.

Em 1962, fez parte do movimento que deu origem ao PCdoB. Em 1964, foi preso na Bahia, por ação de resistência ao golpe militar. Solto no final deste ano, devido a habeas corpus, foi julgado e condenado à revelia.

Depois de 1964, colaborou com a imprensa partidária e desenvolveu suas atividades políticas principalmente no interior de Goiás e do Ceará, aqui entre os sindicatos de trabalhadores rurais.

Viveu na clandestinidade até 1976, quando foi preso novamente. Desta vez, durante uma ação militar que assassinou três dirigentes do PCdoB, no bairro da Lapa (SP), um dos quais seu pai.

Foi libertado pouco antes da Anistia, em 1979. Pouco depois, desligou-se da direção do PCdoB e ingressou no Partido dos Trabalhadores.

Entre 1984 e 1990, integrou a executiva nacional do PT, onde foi responsável pela secretaria nacional de formação política, atividade que acumulou com a coordenação do Instituto Cajamar. Em 1986, participou da coordenação da campanha de Lula a deputado federal constituinte. Durante as eleições presidenciais de 1989, foi coordenador-geral da campanha Lula.

Wladimir Pomar é autor de diversos estudos e livros sobre a China, entre os quais *O enigma chinês: capitalismo ou socialismo* (Alfa-ômega); *China, o dragão do século XXI* (Ática); *A revolução chinesa* (Unesp); *China: desfazendo*

mitos (Editora Página 13 & Editora Publisher).

É autor, também, de uma trilogia sobre a teoria e a prática das tentativas de construção do socialismo, ao longo do século XX: *Rasgando a cortina* (Brasil Urgente), *Miragem do mercado* (Brasil Urgente) e *A ilusão dos inocentes* (Scritta).

Outra vertente de suas obras aborda a história do Brasil e da esquerda brasileira. É o caso de *Araguaia, o partido e a guerrilha* (Brasil Debates) e de *Pedro Pomar: uma vida em vermelho* (Xamã); *Quase lá: Lula e o susto das elites* (Brasil Urgente) e *Um mundo a ganhar* (Viramundo); *O Brasil em 1990* e *Era Vargas: a modernização conservadora* (Ática).

Nos últimos trinta anos, publicou e deu entrevistas para diversos jornais e revistas, colaborando regularmente com o Correio da Cidadania e com a revista Teoria e Debate.

Grande parte de seus textos ainda não foi organizado para consultas, nem publicado em formato de livro. É o caso do romance inédito *O nome da vida*. No prelo, uma coletânea de seus textos políticos. Nos planos de médio prazo, um estudo sobre a dialética marxista.

Casado com Rachel, é pai de três filhos, avô de 11 netos e 2 bisnetos.

Livros de Wladimir Pomar

Araguaia, o partido e a guerrilha. São Paulo: Brasil Debates, 1980.

O enigma chinês: capitalismo ou socialismo. São Paulo: Alfa-ômega, 1987.

Rasgando a cortina. São Paulo: Brasil Urgente, 1991.

A miragem do mercado. São Paulo: Brasil Urgente, 1991.

A ilusão dos inocentes. São Paulo: Scritta, 1994.

O Brasil em 1990. São Paulo: Editora Ática, 1996.

China, o dragão do século XXI. São Paulo: Editora Ática, 1996.

Um mundo a ganhar: revolução democrática e socialista. São Paulo: Viramundo, 2002.

Pedro Pomar: uma vida em vermelho. São Paulo: Xamã, 2003.

Era Vargas: a modernização conservadora. São Paulo: Editora Ática, 2004.

A revolução chinesa. São Paulo: Unesp, 2004.

Pedro Pomar: um comunista militante. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

China: desfazendo mitos. São Paulo: Publisher e Editora Página 13, 2009.

Quase lá, Lula o susto das elites. São Paulo: Editora Página 13, 2009.

Os latifundiários. São Paulo: Editora Página 13, 2009.